

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA ÁFRICA: UMA ANÁLISE  
DOS CASOS DO SUDÃO E DA NIGÉRIA**

**JANAINA RYSDYK**

**Porto Alegre  
Dezembro 2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA ÁFRICA: UMA ANÁLISE  
DOS CASOS DO SUDÃO E DA NIGÉRIA**

**JANAINA RYSDYK**

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul como requisito para  
a obtenção do grau de **Mestre em  
Ciência Política**. Sob orientação do  
**Prof. Dr. Paulo Fagundes  
Visentini**.

**Porto Alegre  
Dezembro 2010**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini, pela inspiração, pelo apoio, pela compreensão e pelo profissionalismo com que sempre me acolheu durante a orientação deste trabalho.

Agradeço também ao conjunto de professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS, que colaboraram para a minha formação acadêmica e intelectual, em especial para o Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik, pelo incentivo em iniciar a pós-graduação nessa área e pelo constante apoio durante o curso.

Meu agradecimento ao meu irmão, Rodrigo Rysdyk, pelo apoio e carinho que sempre dedicou aos meus projetos de vida, especialmente no trajeto para a realização deste trabalho.

## RESUMO

A relação sino-africana tem raízes seculares, passando por períodos de intercâmbio intenso, alternados por ciclos de menor interação. Na atualidade, o interesse chinês no continente africano está centrado em apoio político, no mercado consumidor para seus produtos manufaturados e, principalmente, em fontes de recursos naturais – com ênfase para o petróleo -, as quais possam garantir o abastecimento do país e possibilitar a continuidade do vertiginoso crescimento econômico apresentado pela China, nas últimas décadas. Nesse contexto, o fortalecimento dos vínculos com países africanos fornecedores de petróleo, como a Nigéria e o Sudão, torna-se uma questão de grande relevância para a política externa chinesa, pois os governantes do gigante asiático precisam elaborar estratégias, que possibilitem aumentar a cooperação com o continente, sem deixar de considerar a realidade interna de cada país africano. O presente trabalho tem como objetivo central o estudo das características da política externa chinesa para África, visando identificar se há um padrão utilizado para todo o continente africano, ou se a política externa chinesa varia para cada país africano. Para tanto, serão analisados dois casos, Sudão e Nigéria, no período entre a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, e os dias atuais.

Palavras-chaves: China, África, Política Externa, Sudão, Nigéria.

## **ABSTRACT**

The Sino-African relationship has secular roots, going through periods of intense exchange, alternating cycles of less interaction. Currently, the Chinese's interest in Africa is focused on political support, in the consumer market for its manufactured products and, mainly, in sources of natural resources - with particular emphasis on oil - which can guarantee the supply of the country and also enable the economy to continue growing, as the last decades. In this context, the strengthening of ties with African oil suppliers such as Nigeria and Sudan, becomes a matter of great importance for Chinese foreign policy, because the Chinese government needs to elaborate strategies to increase the cooperation with the continent, considering the internal reality of each African country. This work is mainly aimed to the characteristics of Chinese foreign policy for Africa, to identify if there is a model for the Chinese relationship with the entire African continent, or the Chinese foreign policy varies case by case, based on the analysis of two cases, and Sudan Nigeria; in the period between the proclamation of the People's Republic of China (PRC), in 1949, and the current days.

Keywords: China, Africa, Foreign Policy, Sudan, Nigeria.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	7
2. A RELAÇÃO SINO-AFRICANA APÓS 1949 .....	17
Reaproximação sino-africana entre 1949 e 1978.....	17
Segundo momento da reaproximação sino-africana .....	27
Revitalização da relação sino-africana – FOCAC .....	29
Resultados do FOCAC .....	33
Indústria e Comércio .....	34
Integração chinesa com organismos regionais africanos .....	44
3. A PRESENÇA CHINESA NO SUDÃO.....	49
A República do Sudão .....	50
Primeira fase do relacionamento sino-sudanês (1959 a 1990).....	51
As Guerras Civis sudanesas.....	52
Segunda fase do relacionamento sino-sudanês (1990 aos dias atuais) .....	58
A China e o petróleo sudanês .....	62
Acordo Geral de Paz (CPA) .....	67
A China e o Governo do Sul do Sudão (GOSS).....	70
Conflito de Darfur.....	71
Iniciativas das Nações Unidas e da União Africana em Darfur.....	76
A China em Darfur.....	78
4. A RELAÇÃO SINO-NIGERIANA.....	80
República Federal da Nigéria .....	80
Relação sino-nigeriana (1960 - 1999) .....	82
Relação sino-nigeriana de 1999 aos dias atuais.....	87
A China e o petróleo nigeriano .....	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6. REFERÊNCIAS .....	110
Anexo I: Mapa político do Sudão .....	116
Anexo II: Empresas chinesas nos consórcios do setor petrolífero do Sudão..	117
Anexo III: Presença chinesa nos blocos petrolíferos do Sudão.....	118
Anexo IV: Mapa Político da Nigéria .....	119
Anexo V: Principais Blocos Petrolíferos da Nigéria .....	120

## 1. INTRODUÇÃO

A relação sino-africana tem raízes seculares, passando por períodos de intercâmbio intenso, alternados por ciclos de menor interação. Na atualidade, o interesse chinês no continente africano está centrado em apoio político, no mercado consumidor para seus produtos manufaturados e, principalmente, em fontes de recursos naturais – com ênfase para o petróleo -, as quais possam garantir o abastecimento do país e possibilitar a continuidade do vertiginoso crescimento econômico apresentado pela China, nas últimas décadas. Nesse contexto, o fortalecimento dos vínculos com países africanos fornecedores de petróleo, como a Nigéria e o Sudão, torna-se uma questão de grande relevância para a política externa chinesa, pois os governantes do gigante asiático precisam elaborar estratégias, que possibilitem aumentar a cooperação com o continente, sem deixar de considerar a realidade interna de país africano.

A política externa chinesa foi fortemente influenciada por uma série de mudanças internas, as quais foram iniciadas no final da década de 1970. Sob o comando de Deng Xiaoping, foi implantado um programa nacional rumo às “Quatro Modernizações” – na agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia. Os governantes chineses, desde então, trabalham no sentido de promover o crescimento econômico do país, pois, para essas lideranças, uma economia forte é a fórmula para atingir alto nível de desenvolvimento da população chinesa e maior segurança em longo prazo. A estratégia de desenvolvimento da economia tem obtido sucesso, visto que o crescimento médio tem-se mantido por volta de 9% há duas décadas. De acordo com dados do Banco Mundial, em 2009, mesmo enfrentando os efeitos da recessão mundial no primeiro semestre, o país terminou o ano com crescimento econômico de 8,7%, e a expectativa é de que esse percentual cresça para 9,5% em 2010<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> China Quartely Update – março 2010 disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:22506322~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:318950,00.html> > acesso em 16 de maio de 2010.

As mudanças ocorridas internamente influenciaram o relacionamento da China com os demais países. No governo de Deng Xiaoping, a diplomacia chinesa passou a ter um caráter não ideológico e a política externa baseou-se no conceito de *soft power*<sup>2</sup> e nos cinco princípios da coexistência pacífica formulados pelo primeiro-ministro Zhou EnLai na década de 1950: respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas; coexistência pacífica. Deng Xiaoping procurou um papel mais ativo para a China no sistema internacional, expandindo e intensificando relações bilaterais, participando de acordos regionais e estendendo seu envolvimento em organizações multilaterais. Durante a década de 1990, o presidente chinês acrescentou aos cinco princípios de Zhou En-Lai a chamada Estratégia dos 24 caracteres: “*Observe calmly; secure our position; cope with affairs calmly; hide our capacities and bide our time; be good at maintaining a low profile; and never claim leadership*”<sup>3</sup>, em mais uma demonstração da intenção chinesa de alcançar seus objetivos sem o uso da força bélica.

A rápida ascensão econômica, aliada aos altos índices de urbanização e às alterações no padrão de consumo da população, aumentou drasticamente a demanda chinesa por hidrocarbonetos, entre eles o petróleo. Até meados da década de 1980, a China ostentava o posto de maior exportador de petróleo do Leste Asiático<sup>4</sup>. Em 1993, no entanto, o país deparou-se com o fim da autossuficiência do produto<sup>5</sup> e a necessidade de reorganizar rapidamente suas fontes de energia primária, ocorrendo, assim, o ingresso chinês na corrida mundial por suprimentos e reservas petrolíferas. De acordo com dados da agência estadunidense Energy Information Administration (EIA), em 2008, a China consumiu aproximadamente 7,8 milhões de barris de petróleo por dia, tornando-se o segundo maior país consumidor do produto no mundo, atrás somente dos EUA. Entre 2009 e 2010, a demanda chinesa por petróleo tem

---

<sup>2</sup> Dentro da área das Relações Internacionais, o conceito de *soft power* ou *poder brando*, cunhado pelo autor Joseph S. Nye, refere-se à habilidade de um Estado de alcançar seus objetivos utilizando meios culturais ou ideológicos, ou seja, pela capacidade de atrair a cooperação de outros Estados, ao invés do uso da força, coerção.

<sup>3</sup> KLEINE-AHLBRANDT, 2008, p.41.

<sup>4</sup> JIANHAI, ZWEIG, 2005, p.25.

<sup>5</sup> JIANG, 2008, p.53.

previsão de aumentar para 8,2 milhões de barris por dia, ao passo que a produção do país continuará estável, na marca de 4 milhões de barris por dia.

Essa necessidade sem precedentes por recursos energéticos requer grande atenção dos governantes, que se debruçam no desenvolvimento de estratégias que convençam os Estados fornecedores – muitos dos quais já fortemente vinculados a multinacionais ocidentais – a incluir a China entre seus principais parceiros comerciais. Na busca por contratos para exploração e fornecimento, as três principais empresas petrolíferas chinesas, as estatais *China National Petroleum Corporation (CNPC)*, *China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)* e *China Petroleum and Chemical Corporation (SINOPEC)*, têm a vantagem de não precisarem apresentar altos índices de lucratividade individuais, podendo assumir riscos que são inconcebíveis para empresas ocidentais. Dessa forma, as estatais petrolíferas ficam aptas a atender às necessidades da estratégia de desenvolvimento do Estado chinês.

Na concorrência por fornecedores no mercado internacional, os governantes chineses, além da vantagem já mencionada de contar com empresas estatais capazes de competir de forma mais agressiva nos processos licitatórios pelos direitos de exploração, ainda dispõem de atrativos diferenciados para promover o desenvolvimento de relações comerciais sólidas e de longo prazo com os países fornecedores. Grandes investimentos em infraestrutura, crédito de longo prazo, cancelamento de dívidas e oferecimento de ajuda humanitária fazem parte do “pacote” chinês oferecido para Estados como Equador, Austrália, Venezuela, Filipinas e, também, países do continente africano, os quais são ricos não só em recursos energéticos como em muitas outras fontes de matérias-primas.

De acordo com a EIA<sup>6</sup>, em 2008, a China importou 3,6 milhões de barris/dia de petróleo em estado bruto, sendo 50% provenientes de países da região do Oriente Médio, 30% de países situados na África, 3% na região Ásia-Pacífico e 17% nas demais regiões. Com base nesses dados, pode-se

---

<sup>6</sup> EIA <http://www.eia.doe.gov/cabs/China/Oil.html>

perceber que a estratégia da política externa chinesa para obtenção de recursos energéticos está sendo bem recebida por muitos países africanos, os quais já contribuem com um volume significativo das importações chinesas do produto. Todavia, viu-se que é previsto que a demanda da China por petróleo cresça, exigindo que os chineses trabalhem no sentido de fortalecer ainda mais os laços com os africanos e, assim, aumentar o volume de petróleo importado da região.

Em janeiro de 2006, governo chinês publicou o chamado *White Paper*, no qual foi detalhada a política externa chinesa para África, apresentando a disposição da China de desenvolver uma nova parceria estratégica, caracterizada pela igualdade política e pela confiança mútua, cooperação econômica *win-win* e intercâmbio cultural. Em novembro do mesmo ano, foi realizada a terceira reunião ministerial do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC)<sup>7</sup>, em Pequim, contando com a participação de representantes de 48 Estados africanos – dentre esses, 41 eram Chefes de Estado – e da cúpula do governo chinês. Durante a cerimônia de abertura do III FOCAC, o presidente Hu Jintao anunciou as oito etapas do plano do governo chinês para fortalecer a cooperação sino-africana<sup>8</sup>. Para as áreas de comércio e investimentos, foi prometida a criação de um fundo de investimentos no valor de 5 bilhões de dólares, no intuito de viabilizar e dar suporte aos investimentos de empresas chinesas na África; o incentivo a uma maior abertura do mercado chinês aos africanos, por meio do aumento (de 190 para 440) no número de produtos sem impostos de importação; assim como o estabelecimento de até cinco zonas de comércio e cooperação econômica entre a China e a África, no prazo de três anos<sup>9</sup>. Na área de infraestrutura e formação, foi anunciada a construção de um centro de conferências para a União Africana (UA) – visando promover a integração dos países africanos – e uma série de medidas para infraestrutura e promoção de treinamento e especialização (treinamento de 15.000 profissionais africanos, construção de 30 hospitais, 30 centros de tratamento e

---

<sup>7</sup> A FOCAC foi estabelecida pela China e por países africanos em 2000, com intuito de promover a cooperação Sul-Sul. Antes da Cúpula de 2006, houve duas outras reuniões, em Pequim (2000) e Etiópia (2003).

<sup>8</sup> Discurso do presidente Hu Jintao durante a cerimônia de abertura do III FOCAC. Disponível em: < <http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjhy/SP32009/t606840.htm> > Acesso em 10 de março de 2010.

<sup>9</sup> *Ibidem*.

prevenção da malária, envio de 100 especialistas em agricultura e 100 jovens voluntários, construção de 100 escolas rurais e o aumento de 2.000 para 4.000 bolsas de estudos do governo chinês para estudantes africanos até 2009)<sup>10</sup>.

Além das medidas na área de investimentos, infraestrutura e comércio, o presidente chinês anunciou, também, um plano para fomentar o desenvolvimento africano, dobrando a assistência para a África entre 2006 e 2009, dispondo 3 bilhões de dólares em empréstimos preferenciais e 2 bilhões de dólares em crédito para exportação até 2009, além de cancelar a dívida de todos os empréstimos devidos pelos países pobres, altamente endividados e países em desenvolvimento da África com relações diplomáticas com a China. Durante a cúpula do IV FOCAC, realizada em novembro de 2009 na cidade de Sharm el-Sheik, no Egito, o ministro chinês das Relações Exteriores, Yang Jiechi, declarou que as oito etapas anunciadas em 2006 para o fortalecimento das relações sino-africanas foram cumpridas<sup>11</sup>. No entanto, de acordo com um relatório elaborado pelo Centre for Chinese Studies (CCS), burocracia, atrasos no transporte e questões organizacionais minaram a implementação de muitos projetos de infraestrutura programados no Fórum anterior<sup>12</sup>. As relações comerciais e os investimentos realizados pela China confirmam um estreitamento no relacionamento entre o país asiático e a África; porém, de acordo com Samy (2010), é impossível precisar o valor da ajuda chinesa aos africanos, já que a China não publica os números exatos de seus investimentos. O motivo de o governo chinês não ser transparente sobre os dados de sua ajuda aos países africanos parece estar ligado ao fato de os governantes preferirem passar a imagem da China como um país ainda em desenvolvimento, assim como evitarem qualquer ressentimento da população chinesa, especialmente dos que vivem na pobreza, com relação à ajuda que seu país disponibiliza aos estrangeiros<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> Ibidem.

<sup>11</sup> Relatório Discurso do Ministro chinês das Relações Exteriores, Yang Jiechi durante o IV FOCAC. Disponível em: < <http://www.focac.org/eng/dsjbjzjhy/zyjh/t627658.htm> > Acesso em 10 junho de 2010.

<sup>12</sup> Centre for Chinese Studies (CCS). Disponível em: < <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf> > Acesso 11 de junho de 2010.

<sup>13</sup> SAMY, 2010, p.81.

Oferecendo aos seus parceiros africanos incentivos econômicos e políticos e recebendo em troca a garantia de fornecimento – por meio de contratos comerciais de longo prazo ou sob a forma de *joint ventures*<sup>14</sup> com empresas locais, com investimentos diretos para exploração e produção –, os governantes chineses recorrem à expressão *win-win* para caracterizar os projetos bilaterais e demonstrar que a cooperação Sino-Africana resultará em benefícios para ambos os lados.

A maior parte dos governos de países africanos vê grandes vantagens em fortalecer os laços com a China, pois, além da disposição em investir na construção de estradas, hospitais, pontes, escolas, ferrovias, estádios e portos e de assinar acordos bilaterais para o cancelamento de dívidas, o governo chinês, ao contrário de entidades multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, dispõe-se a realizar os investimentos sem condicioná-los a mudanças na política interna dos países (democracia, direitos humanos, etc.). A única condição política imposta pelos chineses é o não reconhecimento de Taiwan como nação independente. De acordo com Zweig e Jianhai (2005, p.31), “a política externa chinesa guiada pela busca de recursos naturais não dá espaço para moralidade”, ou seja, a China não julga a viabilidade de acordos comerciais baseada na política interna de um país. A frase do diplomata chinês Zhou Wenzhong resume a posição da China sobre o assunto: “Negócios são negócios. Nós tentamos separar política de negócios”<sup>15</sup>.

O princípio chinês de não interferência em assuntos internos de outros Estados conquista a confiança de muitos governantes africanos e possibilita a concretização de negócios com a vantagem de enfrentar pouca concorrência por parte de empresas ocidentais, as quais muitas vezes são desestimuladas pelo governo doméstico ou por investidores de manterem relações comerciais com países africanos que não apresentam os padrões mínimos de governança.

---

<sup>14</sup> Joint Venture é a associação de empresas, não definitiva, com vistas à exploração de determinados negócios num dado mercado, sem a perda das suas personalidades jurídicas. Esse instrumento é uma etapa anterior a uma possível participação societária e, na verdade, a conexão destas se dá por interesses convergentes (PEREIRA, 2006, p.2)

<sup>15</sup> ALDEN, 2008, p. 299.

No entanto, essa estratégia chinesa gera vigorosas críticas de muitos países ocidentais e organizações multilaterais, que pressionam para um posicionamento mais ativo da China, principalmente em assuntos que envolvem desastres humanitários, como no caso do Sudão. Na década de 1990, empresas ocidentais foram encorajadas a abandonar suas atividades no Estado sudanês, devido à eclosão da segunda guerra civil<sup>16</sup> e das acusações feitas por países do Ocidente sobre o Sudão estar abrigando terroristas. Com a saída das empresas ocidentais, abriu-se espaço para as estatais chinesas, que, mesmo com o aparecimento de evidências da prática de genocídio no conflito da região de Darfur, mantiveram as suas relações comerciais com o país, alegando que os conflitos armados eram uma questão interna a ser resolvida pelo governo e pelo povo sudanês.

Foi somente em 2006, quando os conflitos na região se intensificaram, colocando em risco os altos investimentos realizados e, também, acarretando um custo significativo para a imagem da China junto à comunidade internacional, que os governantes chineses decidiram utilizar sua boa relação com o governo de Omar Al-Bashir para convencê-lo a cooperar com a Organização das Nações Unidas (ONU) e aceitar a entrada de uma missão de paz no país, demonstrando o *soft power* chinês. Vale ressaltar que a China é o maior parceiro econômico do Sudão, importando 54% do petróleo produzido no país e, por meio da estatal CNPC, possuindo 40% das ações da maior petrolífera sudanesa, a *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC). Em 2008, os sudaneses foram o segundo maior fornecedor africano de petróleo para China, exportando 214 mil barris por dia, atrás somente de Angola<sup>17</sup>. Nesse mesmo período, dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam que 95% das receitas de exportações e 60% das receitas do governo central sudanês derivaram do setor petrolífero<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> O Sudão é o maior país da África em dimensões territoriais – 2,5 milhões de km<sup>2</sup>. De acordo com dados do Banco Mundial, o número total de habitantes chega a 41,3 milhões, os quais são majoritariamente muçulmanos ao Norte e animistas-cristãos ao Sul. As diferenças entre as duas regiões geraram uma história de conflitos que resultaram em duas guerras civis, sendo a primeira de 1955 a 1972, com uma trégua até 1983, e a outra de 1983 a 2005. Atualmente, o país sofre com conflitos na região de Darfur, iniciados em 2003, em que grupos armados se rebelaram contra o governo central, acarretando milhares de mortes.

<sup>17</sup> EIA – disponível em: < <http://www.eia.doe.gov/cabs/Sudan/Oil.html> > Acesso em 15 de junho de 2010.

<sup>18</sup> FMI Country Report, n.09/218, julho 2009, p.4.

Com a previsão do crescimento da demanda chinesa por petróleo, o governo de Hu Jintao, além de manter os laços já fortemente estabelecidos com fornecedores como o Sudão, também precisa desenvolver estratégias para aumentar sua participação nas exportações de outros grandes produtores africanos, os quais, atualmente, enviam somente uma pequena parte da sua produção à China. Um bom exemplo de como os chineses estão atuando para aumentar sua participação nas exportações dos grandes produtores africanos de petróleo é o caso da Nigéria. Atualmente, os nigerianos são os maiores produtores petrolíferos na África, com 2,2 milhões de barris/dia<sup>19</sup>; porém, em 2008, esse país africano foi responsável por apenas 3% das importações chinesas provenientes da África<sup>20</sup>. Apostando no aumento desse percentual, os chineses fazem altos investimentos no país. De acordo com MTHEMBU-SALTER (2009), dos 10,5 bilhões de dólares investidos pela China no setor petrolífero entre 2001 e 2007, aproximadamente a metade, 4,8 bilhões de dólares, foi destinada à Nigéria.

A estratégia da política externa chinesa de oferecer investimentos em infraestrutura para fortalecer os laços com os Estados africanos foi muito bem recebida durante a gestão do presidente nigeriano Olusegun Obasanjo, entre 1999 e 2007. Nesse período, a política nigeriana para os licitantes asiáticos, em busca de contratos para exploração e fornecimento de petróleo, vinha ao encontro da estratégia chinesa para o continente africano. Obasanjo utilizava a estratégia do *oil for infrastructure* para negociar com investidores estrangeiros do setor petrolífero. Essa estratégia previa que, em troca do direito de primeira recusa (RFR) nos processos de licitação ou descontos na assinatura de contratos para a exploração dos blocos petrolíferos, a China e outros países asiáticos precisavam assumir o compromisso de investir em projetos de infraestrutura na Nigéria. Aparentemente, a motivação para essa política foi a crescente frustração do governo nigeriano com os resultados da sua relação com o Ocidente e com as inúmeras condições por estes impostas para o envio de ajuda ao país. Durante o governo de Obasanjo, multinacionais chinesas

---

<sup>19</sup> EIA – <http://www.eia.doe.gov/cabs/Nigeria/Oil.html>

<sup>20</sup> FOSTER *et al*, 2009, p.40.

assinaram inúmeros contratos na área de construção, telecomunicação, transporte, energia, entre outros.

Em 2006, o governante nigeriano trabalhou para emendar a Constituição e concorrer ao seu terceiro mandato como presidente, porém não conseguiu aprovação do Legislativo para participar das eleições. Umaru Musa Yar'Adua, pertencente ao mesmo partido político (PDP)<sup>21</sup>, foi eleito presidente da Nigéria. Apesar de as eleições terem sido consideradas fraudulentas e não terem recebido o endosso dos observadores dos EUA e da União Europeia, o novo presidente foi empossado em 29 de maio de 2007.

Logo que assumiu a presidência, o novo governo passou a revisar os acordos do *oil for infrastructure*, resultando na suspensão ou no cancelamento de diversos contratos. As novas lideranças não estavam alinhadas com a estratégia de investimentos diretos em infraestrutura, preferindo negociar o petróleo em troca de injeções de dinheiro no orçamento.

A China, por sua vez, parece estar decidida a seguir as bases ditadas pelo novo governo e continuar, assim, aumentando sua presença na Nigéria. A estatal chinesa SINOPEC pagou, em Junho de 2009, 7.2 bilhões de dólares pela empresa petrolífera canadense Addax, dando controle aos chineses de parte significativa das reservas petrolíferas nigerianas<sup>22</sup>.

Com base nessas ponderações iniciais, o presente trabalho tem como objetivo central o estudo das características da política externa chinesa para África, visando identificar se há um padrão utilizado para todo o continente africano, ou se a política externa chinesa varia para cada país africano. Para tanto, serão analisados dois casos, Sudão e Nigéria, no período entre a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, e os dias atuais<sup>23</sup>. Cabe ressaltar que a escolha do Sudão e da Nigéria para nortear esse estudo, se deve ao fato destes países africanos enfrentarem realidades

---

<sup>21</sup> Partido Democrático Popular.

<sup>22</sup> MTHEMBU-SALTER, p. 25, 2009.

<sup>23</sup> Na análise dos casos empíricos, outros recortes temporais, relacionados com os países africanos em questão, também embasarão o estudo.

políticas, sociais e econômicas bastante distintas, ao mesmo tempo em que possuem abundantes fontes de petróleo - recurso energético de crescente demanda na China e, por esse motivo, crucial para garantir a continuidade do crescimento econômico do país asiático.

A hipótese principal do trabalho é de que o governo chinês, apesar de utilizar um padrão para nortear sua política externa para o continente africano, muitas vezes, precisa flexibilizá-lo a fim de alinhar seus próprios interesses econômicos e políticos com a realidade interna bastante diversa dentre Estados africanos como o Sudão e a Nigéria.

A abordagem será histórico-descritiva e serão utilizadas fontes bibliográficas, análise de documentos oficiais e declarações de governantes africanos e chineses, assim como análise de dados estatísticos em fontes eletrônicas: EIA, World Bank, FMI, OPEC, entre outras.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após as considerações expostas nesta introdução, o capítulo 2 apresentará um histórico da relação sino-africana, visando identificar se há um padrão na política externa chinesa para todo o continente africano. Nos capítulos 3 e 4, será estudada a relação da China com o Sudão e a Nigéria, respectivamente, procurando identificar se a política externa chinesa para estes países segue um padrão utilizado para todo o continente, ou se apresenta características próprias. Feito isso, serão apresentadas as considerações finais deste trabalho.

## 2. A RELAÇÃO SINO-AFRICANA APÓS 1949

Na história recente, pode-se observar a reaproximação entre o país asiático e o continente africano em dois momentos. O primeiro período teve início com a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, e foi marcado, principalmente, pelos interesses políticos e ideológicos do governo de Mao Tsé Tung, os quais coincidiram com a busca dos países africanos pela independência de suas metrópoles europeias.

O segundo momento - iniciado no final da década de 1980 - envolveu interesses políticos e econômicos de ambos os lados. A China buscou apoio político no continente africano para enfrentar o isolamento diplomático imposto pelo Ocidente<sup>24</sup> – devido ao chamado Massacre da Praça Tiananmen<sup>25</sup>. No âmbito econômico, o interesse chinês se concentrou nas fontes de recursos naturais e no gigantesco mercado africano para os seus produtos manufaturados. Na África, a partir desse período, muitos governantes passaram a perceber a nação asiática como um modelo político e econômico, o qual oferece estratégias para redução da pobreza, o crescimento econômico e a inserção internacional, sem, no entanto, exigir mudanças em assuntos internos de cada país. Ademais, os chineses passaram a prover importantes fontes de investimentos, ajuda econômica e tecnológica, bem como suporte político em organizações internacionais, por exemplo, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

### Reaproximação sino-africana entre 1949 e 1978

No primeiro momento da reaproximação, entre a proclamação da República (1949) e a abertura econômica (1978), a política externa chinesa para a África foi marcada pela ideologia e por questões políticas. A China envolveu-se intensamente na luta contra o imperialismo e o colonialismo,

---

<sup>24</sup> Principalmente pelos EUA e pela União Europeia.

<sup>25</sup> As manifestações que deflagraram o chamado Massacre da Praça Tiananmen ocorreram entre 15 de abril e 04 de junho de 1989, em Beijing. Os protestos foram motivados pela insatisfação de grupos da sociedade chinesa, como estudantes, intelectuais e trabalhadores urbanos, com os rumos do sistema político e as reformas econômicas realizadas pelo governo. No dia 03 de junho, os governantes decidiram enviar a infantaria e tanques do exército para Praça Tiananmen, no intuito de suprimir os protestos. O uso da força militar contra os manifestantes ocasionou mortes de centenas de civis.

posição que, para os países africanos, resultou no suporte chinês ao processo de descolonização, por meio de assistência econômica, apoio diplomático, transferência de armas e treinamentos. Anshan (2007) salienta que a economia da China, nesse período, estava a serviço da diplomacia e que os projetos de infraestrutura e os empréstimos disponibilizados aos africanos, com baixos juros e prazo estendido para pagamento, não refletiam a precária situação econômica interna do país, tornando o relacionamento sino-africano dessa época limitado e sem base prática ou sustentável.

O processo para o estabelecimento de relações diplomáticas entre o governo de Mao Tsé-Tung e os novos países independentes da África e da Ásia teve início durante a Conferência de Bandung<sup>26</sup>, em 1955. Nesse encontro, o primeiro-ministro da China, Zhou EnLai, apresentou os cinco princípios da coexistência pacífica, no intuito de demonstrar como o governo chinês planejava conduzir a sua política externa. Além disso, o *premier* chinês conheceu o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, o que culminou no estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países em 1956. Após o Egito, o governo de Mao Tsé-Tung foi reconhecido por outros países africanos como Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné, ainda na década de 1950<sup>27</sup>. Atualmente, a China mantém relações diplomáticas com 49 dentre as 53 nações da África.

Entre 1963 e 1965, Zhou EnLai realizou três visitas oficiais ao continente africano e anunciou os oito princípios chineses para a assistência econômica e tecnológica aos países estrangeiros: igualdade e benefício mútuo; respeito à soberania e não imposição de condições; concessão de empréstimos com juros baixos e flexibilidade na condição de pagamento; ênfase no desenvolvimento e independência econômica dos países beneficiários; investimentos pequenos com retornos rápidos; fornecimento de equipamentos

---

<sup>26</sup> A Conferência de Bandung ocorreu em abril de 1955, na Indonésia, e reuniu líderes de 29 países afro-asiáticos, incluindo a República Popular da China. De acordo com Marques, Berutti e Faria (2007), o objetivo da conferência foi a condenação do imperialismo, da discriminação racial e da construção de armas atômicas pelas grandes potências. Os participantes apontaram, ainda, a disposição para tentar impedir a intervenção, principalmente os EUA e a URSS, nos assuntos internos dos Estados. Surgiu, assim, o movimento afro-asiático, precursor do Movimento dos Países Não-Alinhados.

<sup>27</sup> Oliveira, 2007. <http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/674760.pdf>

de alta qualidade com base nos preços do mercado internacional; transferência de tecnologia; e igualdade no tratamento para especialistas da China, garantindo que os chineses não requisitariam condições especiais de trabalho, quando enviados pelo governo de seu país, para realização de projetos em terras estrangeiras.

As visitas do primeiro-ministro chinês à África resultaram, já em 1964, na assinatura, entre a China e seis países africanos, de acordos que se referiam a projetos de infraestrutura e assistência tecnológica. Além disso, os chineses foram responsáveis por 53% dos empréstimos concedidos aos Estados africanos naquele ano, todos negociados para pagamentos em longo prazo<sup>28</sup>.

A construção da ferrovia Tanzânia-Zâmbia (Tazara) é apontada como o projeto chinês de maior projeção na África nesse primeiro período de reaproximação. Entre 1970 e 1975, foram construídos 1.860 km de ferrovia para ligar a capital tanzanesa, Dar es Salaam, à província de Copperbelt, na Zâmbia, já que os zambianos estavam encontrando dificuldades para transportar mercadorias através da Rodésia (atual Zimbábue) e da África do Sul. Para a realização da obra, a China concedeu empréstimo de 405 milhões de dólares, sem juros, além da mão de obra de cinquenta mil trabalhadores<sup>29</sup>.

Além do cunho ideológico, o apoio do governo chinês aos movimentos de descolonização e aos projetos das novas nações independentes africanas também tinha um caráter político, visto que os chineses esperavam o suporte africano para alcançar seus objetivos no cenário internacional. Samy (2010) aponta que, entre as décadas 1960 e 1970, a política de assistência chinesa aos países estrangeiros era guiada, fundamentalmente, por dois fatores: a deterioração do relacionamento sino-soviético e a necessidade de garantir, em organizações internacionais como as Nações Unidas, o não reconhecimento de Taiwan como uma nação independente. Nesse contexto, em 1971, os países africanos foram essenciais para os chineses garantirem um assento

---

<sup>28</sup> South African Institute of International Affairs (SAIIA)  
[http://www.saiia.org.za/images/stories/research/chap/chap\\_toolkit\\_200909.pdf](http://www.saiia.org.za/images/stories/research/chap/chap_toolkit_200909.pdf)

<sup>29</sup> Ibidem.

permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, pois a África foi responsável por 26 dos 76 votos em favor da China<sup>30</sup>. Na ocasião, o presidente Mao Tsé-Tung admitiu: “*We were brought back into the United Nations by our Black African friends*”<sup>31</sup>.

O volume do comércio sino-africano, entre as décadas de 1960 e 1970, como mostra a tabela 01, pode ser considerado modesto, pois – apesar de aumentar de 110,5 milhões de dólares (1960) para 177,2 milhões de dólares em 1970 – representou, apenas, entre 1% e 2% do total de importações e exportações chinesas no período. Outro ponto a ser ressaltado é que, nesse período, a balança comercial registrou um superávit em favor dos chineses, já que o volume total de exportações para a África foi maior do que o volume das importações realizadas do continente africano.

**Tabela 01: Comércio entre China e o continente africano 1950-2000**

<b>Ano</b>	<b>Exportação U\$/milhões</b>	<b>Importações U\$/milhões</b>	<b>Total Comerciado U\$/milhões</b>
1950	8,9	3,2	12,1
1960	33,8	76,7	110,5
1970	112,1	65,1	177,2
1980	575,7	384	959,7
1990	659,6	275,3	934,9
1991	1001,8	438,4	1440,2
1992	1390,8	659,8	2050,6
1993	1527,5	1003,1	2530,6
1994	1749	894	2643
1995	2493,8	1427,5	3921,3
1996	2566,6	1464	4030,6
1997	3200	2470	5670
1998	4059,3	1476,5	5535,8
1999	4109,0	2375,0	6484,0
2000	5043,0	5555,0	10598,0

Fonte: KONINGS, 2007, p.348

Com o início do governo de Deng Xiaoping, a relação da China com o continente africano passou a ser mais pragmática. Durante a década de 1980, os governantes chineses estavam concentrados em resolver questões internas

<sup>30</sup> SAMY, 2010.

<sup>31</sup> ANSHAN, 2007, p.78.

e no desenvolvimento econômico do seu próprio país. Dessa forma, a assistência econômica, assim como o comércio bilateral<sup>32</sup> e a ajuda humanitária à África, foram reduzidos.

Na 12ª Assembleia Nacional do Partido Comunista Chinês (PCC), que ocorreu em 1982, foi anunciado que a nova política externa do país seria embasada na Paz e Desenvolvimento, ao invés da ênfase em Guerra e Revolução<sup>33</sup>. Além disso, a antiga estratégia da economia servindo a diplomacia foi revertida pelo princípio da diplomacia a serviço da economia. Nesse mesmo ano, o primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, visitou onze países africanos<sup>34</sup> e anunciou que a China passaria a observar quatro princípios na sua relação com o continente: igualdade e vantagens recíprocas; valorização da eficácia; diversidade em formas de cooperação; e desenvolvimento mútuo. Com esses novos fundamentos, os chineses visavam demonstrar que buscariam reciprocidade, igualdade e colaboração no relacionamento com a África, em detrimento de uma relação baseada na assistência econômica aos Estados africanos.

Apesar de os diplomatas chineses continuarem discursando sobre a cooperação Sul-Sul e a China ainda fornecer ajuda econômica – mesmo que modesta – à África, a ausência de visitas da cúpula do governo chinês ao continente africano na década de 1980 indica que o país asiático estava trabalhando para diversificar suas relações com outros Estados da comunidade internacional e que a África passou a ter um papel de menor relevância dentro da política externa chinesa. Nesse período se desenhava o fim da Guerra Fria, refletindo a reaproximação sino-soviética e tornando, conseqüentemente, o continente africano menos estratégico na disputa da China com a URSS e os EUA por zonas de influência.

---

<sup>32</sup> De acordo com TAYLOR (1998), a partir da metade da década, as exportações da China para os países africanos foram reduzidas em 61%.

<sup>33</sup> ANSHAN, 2007, p.72.

<sup>34</sup> Egito, Argélia, Marrocos, Guiné, Gabão, República Democrática do Congo, Congo, Zâmbia, Zimbábue, Tanzânia e Quênia (TAYLOR, 1998, p. 445).

Com o afastamento chinês, a parceria comercial e a assistência econômica provenientes de países ocidentais, como os EUA, tornaram-se ainda mais importantes para a África. Diante desse cenário, muitos governantes africanos cederam à pressão do Ocidente e iniciaram uma série de ajustes estruturais nos seus países, os quais estavam baseados, principalmente, no chamado Consenso de Washington<sup>35</sup>. Os organismos multilaterais e doadores ocidentais apresentavam os dez princípios do Consenso como uma fórmula para promover a recuperação econômica dos países em desenvolvimento e, frequentemente, utilizavam a implementação desses fundamentos como condição para a concessão de empréstimos do FMI e assistência aos países africanos.

De acordo com OBIORAH (2007), logo que imposições como a redução de gastos públicos, as restrições macroeconômicas, o respeito aos direitos humanos e, em alguns casos, a democratização – com o fim dos regimes de partido único e eleições para o governo – foram introduzidas como condição para a aprovação de projetos na África, os governantes africanos resistiram vigorosamente, alegando que tais reformas não seriam adequadas às suas nações, pois poderiam desencadear conflitos étnicos e instabilidade interna. Entretanto, essas discordâncias foram diminuindo à medida que a ajuda econômica não era enviada pelos ocidentais.

Na década de 1990, a maioria dos governos africanos pareciam ter absorvido a tese de que a democratização e os ajustes estruturais levariam à recuperação da economia, no curto prazo, e ao desenvolvimento sustentável, no longo prazo. Todavia, muitos setores da sociedade civil africana alegavam e continuam afirmando, nos dias atuais, que as reformas apresentadas no

---

<sup>35</sup> A expressão Consenso de Washington foi cunhada pelo economista estadunidense John Williamson e trata de um conjunto de dez pontos, entendidos como centrais para o desenvolvimento de um país. São eles: disciplina fiscal, por meio da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infraestrutura; reforma tributária; liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização, com a venda de empresas estatais; desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas; e direito de propriedade.

Consenso de Washington falharam na redução da pobreza em seus países. Apesar de concordarem com certas condições impostas, como a democratização e padrões mínimos de governança, afirmam que as reformas e os condicionamentos não asseguraram a concretização das metas de desenvolvimento.

Dentro deste contexto, a China, que já começava a apresentar um crescimento econômico surpreendente, embasado nas reformas iniciadas por Deng Xiaoping, emergiu como um modelo político e econômico alternativo ao Consenso de Washington, oferecendo uma estratégia para a redução da pobreza, o crescimento econômico e a inserção internacional, a qual não exigia interferência nos assuntos políticos, econômicos ou sociais das outras nações. Neste ponto, vale uma análise mais detalhada sobre o Consenso de Pequim, expressão cunhada por Joshua Cooper Ramo, no intuito de contrapor o modelo chinês de desenvolvimento ao Consenso de Washington:

“A China está abrindo caminho para outras nações ao redor do mundo, as quais estão tentando, não apenas encontrar uma forma de desenvolver seus países, mas também de se encaixar na ordem mundial de uma maneira que lhes permita ser realmente independentes, protegerem sua cultura e escolhas políticas, em um mundo em que o poder gravita em torno de um único centro. Eu chamo isto de nova física do poder e desenvolvimento do Consenso de Pequim”. (2004, p.4, tradução da autora)

Segundo RAMO (2004) é possível identificar três teoremas básicos dentro do modelo chinês de desenvolvimento. O primeiro trata da inovação: o governo chinês tem-se beneficiado de investimentos em alta tecnologia, inovação e educação, como formas de aumentar a produtividade total dos fatores da economia chinesa. O autor menciona que na China as mudanças ocorrem em velocidade tão alta que a inovação constante é a única forma de combater os problemas causados pelas próprias transformações.

O segundo teorema refere-se à sustentabilidade, ou seja, as taxas elevadas de crescimento não bastam, e o governo busca agora o desenvolvimento equilibrado. Nota-se que, desde o início do seu processo de

abertura econômica, a China deixou de ser uma das nações mais igualitárias do mundo para constar na lista das mais desiguais. A percepção da desigualdade como risco à estabilidade social, somada ao temor de que as taxas de crescimento acabem se chocando com limites estruturais de recursos, levou o governo chinês a adotar o discurso da necessidade de desenvolvimento equilibrado.

O último teorema é o da autodeterminação e diz respeito ao poder emergente da China, o qual é alicerçado no exemplo de seu próprio modelo, na força de seu sistema econômico e na defesa rígida da soberania nacional. O Partido Comunista Chinês tem utilizado o conceito de *soft power* (poder brando) para definir a sua política externa. Vale neste ponto um estudo mais detalhado sobre o conceito de poder e de *soft power* dentro da área de relações internacionais (RIs), visando um melhor entendimento da política externa chinesa.

No estudo das relações internacionais (RIs), diversas conceituações de poder coexistem, pois, enquanto alguns autores o definem como a soma das capacidades do Estado em termos políticos, militares, econômicos e tecnológicos, outros estabelecem uma definição em termos relativos, ao definirem o poder de um Estado não em relação a suas capacidades intrínsecas, mas sim em comparação com os demais Estados com os quais compete. De acordo com BARNETT e DUVAL (2005), o conceito de poder proveniente da corrente realista das RIs – no qual o poder é definido como a habilidade dos Estados de usar recursos materiais para fazer com que os outros façam o que, de outra forma, não fariam – dominou os debates sobre o tema até algumas décadas atrás. Para esses autores, qualquer consideração sobre poder na política internacional deve considerar os fatores apresentados pelo realismo; todavia, eles argumentam que os estudiosos da área devem trabalhar com múltiplas concepções de poder, de modo a aprofundar a compreensão sobre o tema.

A partir da década de 1970, autores ligados à corrente neoliberal institucionalista das RIs incorporaram novas premissas ao conceito realista de

poder. Para eles, os Estados com interesses em comum tendem a criar instituições e acordos internacionais, promovendo a cooperação no sistema internacional. A intensificação dos intercâmbios econômicos, políticos e culturais provoca transformação e evolução na natureza do poder, cujas formas se ampliam para além do tradicional *hard power*, ou *poder bruto* – passíveis de serem vistos e sentidos, como poderio militar, tamanho e geografia do país, recursos naturais, matérias-primas, entre outros –, para incluir as dimensões do *soft power* (poder brando), ou seja, a habilidade de um Estado de alcançar seus objetivos utilizando meios culturais ou ideológicos, desenvolvendo a capacidade de atrair a cooperação de outras nações sem o uso da força bélica.

Joseph Nye cunhou o termo *soft power* em seu livro “*Bound to Lead – The changing nature of american power*”, publicado em 1990. Para ele, *soft power* é a habilidade de um Estado de alcançar seus objetivos utilizando meios culturais ou ideológicos, ou seja, pela capacidade de atrair a cooperação de outras nações sem o uso da força, da coerção. Na sua obra “*Soft Power: The means of Success in World Politics*”, de 2004, NYE (2004:11) aponta três fontes básicas de *soft power*: a atratividade da cultura, os valores políticos e a política externa de uma nação. Cultura e instituições políticas atraentes provocam admiração, ajudando os líderes políticos de um país a estabelecer agendas de colaboração que envolvam outros Estados.

Esse conceito tem sido utilizado frequentemente nos discursos do presidente Hu Jintao, do premier Wen Jiabao e de outros importantes líderes políticos, demonstrando que o governo chinês considera o fortalecimento de seu *soft power* um importante elemento para a obtenção de seus objetivos internos e externos. De acordo com YOSHIHARA e HOLMES (2008), o *soft power* chinês tem crescido pelo uso das três fontes básica apresentadas por Nye. A cultura chinesa sempre inspirou outros povos e, nas últimas décadas, parece estar passando por um renascimento. Há um aumento significativo no número de centros de estudos de língua chinesa e matrículas de estrangeiros em universidades chinesas. O instituto Confúcio – um centro cultural destinado a promover a língua e a cultura chinesa, com patrocínio do Ministério da

Educação Chinês – já está estabelecido em mais de 15 universidades nos EUA e em mais de 100 em todo o mundo<sup>36</sup>.

No âmbito da política externa, o governo chinês vem trabalhando para aumentar sua participação em acordos regionais, bilaterais e multilaterais, mantendo o princípio de não interferência em assuntos internos de outros países. Em termos de ideais políticos, apesar de a China não contar com um regime político democrático, a combinação de governo autoritário com crescimento econômico torna-se um grande atrativo para muitos países em desenvolvimento da África, da América Latina e de partes da Ásia, os quais se identificam com essa nova opção de governo.

Vale ressaltar que, apesar de os chineses buscarem a ascensão na comunidade internacional, utilizando-se da diplomacia, da cultura e da ideologia e sem o uso da força bélica, seus governantes têm procurado construir outras armas poderosas no mundo globalizado. Vide, como exemplo, as reservas internacionais, que chegaram a 2,45 trilhões de dólares em junho de 2010<sup>37</sup> – boa parte acumulada em títulos do governo dos EUA. Elas são um reflexo da política de manutenção de uma taxa de câmbio desvalorizada, um dos motores do modelo exportador chinês. Ramo considera essas reservas internacionais uma parte importante do Consenso de Pequim na área de segurança, não porque os chineses ambicionam território ou hegemonia, mas porque tais reservas proporcionam a possibilidade real da autodeterminação chinesa<sup>38</sup>.

Ainda não está comprovado que o modelo bem-sucedido de crescimento econômico da China vai, de fato, se transformar em um projeto igualmente bem-sucedido de desenvolvimento, que beneficie uma parcela mais significativa da população. Entretanto, muitos governantes africanos, insatisfeitos com as imposições e as interferências nos assuntos internos de seus países e, também, frustrados com a falta de resultados positivos do

---

<sup>36</sup> YOSHIHARA; HOLMES, 2008, p.125.

<sup>37</sup> Banco Central chinês < <http://www.pbc.gov.cn/english/detail.asp?col=6400&ID=1501> > acesso em 20 julho de 2010.

<sup>38</sup> RAMO, 2004, p.50.

Consenso de Washington e com a demora no envio de ajuda por parte do Ocidente, perceberam a reaproximação e o aumento da presença chinesa no continente, a partir da década de 1990, como uma alternativa para seus problemas internos.

### **Segundo momento da reaproximação sino-africana**

A postura chinesa de relativo afastamento em relação ao continente africano foi alterada no final da década de 1980, devido a uma série de fatores políticos e econômicos. Politicamente, a China necessitou do apoio africano após o chamado Massacre da Praça Tiananmen, ocorrido em 1989. No plano econômico, havia a necessidade sem precedentes por fontes de recursos naturais, para garantir a continuidade do crescimento econômico, bem como a abertura de mercado para os produtos chineses manufaturados.

A morte de centenas de civis, ocorrida em 04 de Junho de 1989, gerou uma severa crise na relação da China com o Ocidente, incluindo críticas em relação à violação dos direitos humanos e um embargo de armas, imposto pelos EUA e pela União Europeia<sup>39</sup>. O governo chinês, por sua vez, condenou tal postura, acusando os países ocidentais de interferência nos assuntos internos do seu país e de violação à soberania da China.

A estratégia da cúpula do PCC para resistir às críticas do Ocidente foi enviar seus diplomatas em busca de parcerias nos países em desenvolvimento, os quais também estavam sofrendo pressão para democratizar seus regimes políticos. Entre 1989 e 1992, o Ministro das Relações Exteriores chinês, Qian Qichen, realizou quatorze visitas à África<sup>40</sup>, com o objetivo de explicar a posição de Beijing diante do episódio de Tiananmen, reforçar a ideia da cooperação Sul-Sul e reafirmar os cinco princípios da política externa formulados na década de 1950, com ênfase no princípio de não interferência em assuntos internos de outras nações.

---

<sup>39</sup> TULL, 2006, p.460.

<sup>40</sup> TAYLOR, 1998, p.450.

Nesse contexto, muitos líderes africanos, insatisfeitos com os resultados do Consenso de Washington, tornaram-se importantes aliados da China, por compartilharem opiniões sobre a democratização e os direitos humanos e perceberem o país asiático como um novo modelo de desenvolvimento. A visão chinesa de que o direito econômico e o direito à subsistência são prioridades para os países em desenvolvimento e precedem os direitos políticos foi apoiada por muitas nações na África<sup>41</sup>. Além disso, havia o entendimento dos governantes africanos de que qualquer mobilização bem-sucedida de um segmento da sociedade chinesa contra seu governo poderia gerar precedentes para mobilizações dessa natureza também na África.

Assim, naquele momento, o alinhamento das nações africanas à posição da China pode ser resumido em três pontos<sup>42</sup>: i) o autointeresse das elites africanas sob a ameaça dos projetos de democratização, ii) a solidariedade e o ressentimento com a interferência ocidental em assuntos internos de outro país em desenvolvimento<sup>43</sup>, e iii) o entendimento pragmático de que o envolvimento nas críticas ocidentais à China poderia ameaçar uma importante fonte de ajuda estrangeira ao continente africano. Vale salientar que, entre 1956 e 1987, mesmo com o decréscimo dos valores dispensados na década de 1980, a China forneceu o total de 4.783 milhões de dólares em ajuda econômica aos países africanos, significando 62% dos investimentos chineses em programas de assistência para outros países<sup>44</sup>.

Atualmente, o governo chinês continua contando com o apoio político da África, principalmente para o não reconhecimento de Taiwan como nação independente<sup>45</sup> e, também, para enfrentar as frequentes acusações ocidentais com relação ao desrespeito dos direitos humanos<sup>46</sup>. Em contrapartida, os

---

<sup>41</sup> TAYLOR, 2006, p.939.

<sup>42</sup> TAYLOR, 1998, p.447

<sup>43</sup> Os governantes africanos acreditavam que as críticas ocidentais à China almejavam retardar o rápido desenvolvimento econômico que o país asiático vinha apresentando na primeira década do governo de Deng Xiaoping. Para SNOW (1995), tanto a China quanto a África acreditavam estar enfrentando inimigos em comum: o imperialismo e o neoimperialismo dos países desenvolvidos.

<sup>44</sup> TAYLOR, 1998, P.449.

<sup>45</sup> Apenas quatro, dos 53 países africanos, mantêm relações diplomáticas com Taiwan. São eles Suazilândia, São Tomé e Príncipe, Gâmbia e Burkina Faso.

<sup>46</sup> Juntos os países africanos representam mais de 30% dos votos em organizações internacionais, como as Nações Unidas.

chineses apoiam o continente africano na comunidade internacional, usando o seu poder de veto no Conselho de Segurança da ONU para conter as sanções econômicas propostas pelos EUA e outros países ocidentais, como no caso do Conflito de Darfur, no Sudão. A China, ainda, defende a expansão dos membros permanentes do Conselho de Segurança, no intuito de incluir nações africanas.

Além do suporte político, não há dúvidas sobre o interesse econômico na reaproximação das duas regiões. O governo chinês, visando manter o crescimento da economia em ritmo acelerado, precisou buscar parcerias na África para garantir o suprimento de hidrocarbonetos e de outros recursos naturais, bem como para abrir espaço no mercado consumidor africano para seus produtos manufaturados. A maioria dos países africanos, por sua vez, percebe a China como um novo modelo de desenvolvimento a ser seguido e, também, uma importante fonte de investimentos, ajuda econômica e tecnológica.

A combinação de interesses políticos e econômicos transformou a África em parceiro cada vez mais relevante para a China no século XXI. Assim, mais do que se reaproximar, o governo de Hu Jintao deseja revitalizar, expandir e aprofundar a sua relação com o continente africano, por meio de pacotes de ajuda econômica, investimentos em infraestrutura, bem como, por meio da diplomacia e a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

### **Revitalização da relação sino-africana – FOCAC**

A ideia da criação do FOCAC – Fórum de Cooperação China-África – foi lançada durante a visita realizada pelo presidente chinês Jiang Zemin à África, em 1996. A fundação desse fórum é considerada um passo importante para a revitalização e o fortalecimento da relação sino-africana, pois fornece um mecanismo diplomático que promove o diálogo entre a China e a África,

facilitando o desenvolvimento de uma agenda comum no âmbito político e econômico, além do avanço na cooperação Sul-Sul<sup>47</sup>.

O primeiro FOCAC, realizado em outubro de 2000, na cidade de Beijing, contou com a abertura do presidente Jiang Zemin e a participação de três presidentes, além de ministros africanos, representando 44 países da África<sup>48</sup>. Após essa primeira reunião, foram publicados dois importantes documentos: a Declaração de Beijing do FOCAC e o Programa para a Cooperação Sino-Africana no Desenvolvimento Econômico e Social. Nesses documentos, os líderes chineses e africanos acordaram sobre o estabelecimento de uma parceria estratégica para o desenvolvimento econômico.

Na segunda reunião ministerial, em 2003, na cidade de Adis Abeba, participaram o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, o primeiro-ministro da Etiópia, Meles Zenawi, além de seis presidentes africanos, três vice-presidentes, o presidente da União Africana (UA)<sup>49</sup>, Alpha Oumar Konare, e o secretário-geral da ONU. Nesse fórum foi lançado o Plano de Ação Addis Ababa para o período de 2004 a 2006, no qual a China se comprometeu a aumentar gradualmente sua assistência à África, promovendo o treinamento profissional para dez mil africanos, em três anos, incentivando o turismo e os investimentos de empresas privadas chinesas nos países africanos<sup>50</sup>. Além disso, os governantes chineses anunciaram o cancelamento das dívidas de 31 países africanos, no total de 1,3 bilhões de dólares, e também prometeram representar os interesses africanos em organizações multilaterais, apoiar a NEPAD<sup>51</sup> e aumentar a participação nas forças de paz da ONU<sup>52</sup>.

---

<sup>47</sup> O FOCAC reúne os níveis ministeriais da China e dos países africanos a cada três anos.

<sup>48</sup> FOCAC - <http://www.focac.org/eng/ltada/dyjbzjhy/DOC12009/t606797.htm>

<sup>49</sup> A União Africana (UA) foi criada em julho de 2002 e substituiu a Organização da Unidade Africana (OUA). Atualmente conta com a participação de todos os países do continente, com exceção do Marrocos. Essa organização tem o objetivo central de aumentar a integração econômica e cooperação política entre os povos africanos.

<sup>50</sup> CCS – Centre for Chinese Studies – <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>

<sup>51</sup> Em 2001, a África do Sul, juntamente com outras lideranças africanas, criaram o programa de desenvolvimento econômico NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano. Esse programa visa o vínculo entre democracia, governabilidade e desenvolvimento econômico, além de propor uma nova base ideária de inserção internacional da África e retomar certa ofensiva diplomática do continente no debate sobre o desenvolvimento.

<sup>52</sup> Idem.

O III FOCAC, realizado em 2006, novamente na cidade de Beijing, atraiu a atenção mundial ao contar com a participação de representantes de 48 Estados africanos – entre eles 41 Chefes de Estado. Essa reunião celebrou o 50<sup>a</sup> aniversário das primeiras relações diplomáticas entre a República Popular da China e o continente africano e foi considerada o maior encontro, até então, verificado entre os dirigentes chineses e africanos, desde 1956.

Durante o fórum de 2006, o Presidente Hu Jintao abordou o tema da cooperação Sul-Sul no contexto da globalização e do avanço das tecnologias, assim como reiterou a importância da África para a política externa da China. O governante chinês anunciou, também, um plano de ação composto por oito etapas, com medidas nas áreas de infraestrutura, desenvolvimento, comércio e investimentos, visando fortalecer cooperação sino-africana<sup>53</sup>.

Um ponto importante dessa reunião do FOCAC foi o interesse renovado da China em expandir o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na África. A partir do plano de ação anunciado, criou-se um fundo de investimentos no valor de cinco bilhões de dólares para viabilizar e dar suporte às empresas chinesas dispostas a realizarem projetos no continente africano. Ao término da cúpula de 2006, já foi possível observar os resultados positivos dessa iniciativa, com a assinatura de dezesseis acordos comerciais, no total de 1,9 bilhões de dólares, em áreas como tecnologia e comunicação, infraestrutura e recursos naturais. O maior contrato foi assinado com o Egito, para a construção de uma fundição de alumínio, no valor de 938 milhões de dólares, a ser realizada pela estatal chinesa *China International Trust and Investment Company* (CITIC). Outros contratos assinados na época incluíam, além de acordos com o Quênia e a África do Sul, 60 milhões de dólares com o Sudão, para o desenvolvimento da indústria de tecidos; 300 milhões de dólares com a Nigéria, para a melhoria da infraestrutura rodoviária; 200 milhões com a Zâmbia, para a mineração de cobre; além de um contrato para o desenvolvimento da rede telefônica em

---

<sup>53</sup> Discurso do presidente Hu Jintao durante a cerimônia de abertura do III FOCAC. Disponível em: < <http://www.focac.org/eng/ltada/dscbjzjhy/SP32009/t606840.htm> > Acesso em 10 de março de 2010.

Gana e a finalização de um acordo de 600 milhões de dólares para a construção de uma barragem de 400 MW pela da *Sino Hydro Corporation*<sup>54</sup>

O IV FOCAC foi realizado em Sharm El Sheik, no Egito, entre 8 e 9 de novembro de 2009. O plano de ação resultante desse fórum demonstra a intenção dos países africanos e da China de promover a paz e a segurança regional, assim como a posição chinesa de reforçar a colaboração com organizações regionais e sub-regionais na África. O documento também salienta que as duas regiões pretendem fortalecer a coordenação e a cooperação em questões como a crise financeira internacional, as alterações climáticas, a reforma do sistema internacional, as metas do desenvolvimento do milênio e as negociações da Rodada Doha<sup>55</sup>.

No âmbito da cooperação econômica, o governo chinês, além de conceder o cancelamento de dívidas dos Estados africanos, comprometeu-se com a criação de centros de demonstração da tecnologia agrícola; a abertura de mercado; o fornecimento de empréstimos preferenciais; e a viabilização de empréstimos especiais para as pequenas e médias empresas africanas, visando a capacitação para o desenvolvimento sustentável da África.

Na questão do desenvolvimento, os chineses prometeram conceder assistência em projetos de energia limpa, aumentar a quantidade de bolsas para estudantes africanos, treinar mais profissionais, fornecer equipamentos de assistência médica, além de lançar o Programa de Parceria Científica e Tecnológica China-África, que visa reforçar a capacidade de autodesenvolvimento africano em questões tecnológicas relativas à subsistência da população e ao desenvolvimento econômico. O plano de ação do IV FOCAC, ainda, prevê maior interação cultural e incentivo aos departamentos relevantes de ambas as regiões a manterem subfóruns no

---

<sup>54</sup> NAIDU, 2007, p.288.

<sup>55</sup> Relatório da 4ª Reunião Ministerial do FOCAC, apresentado pelo ministro de Relações Exteriores chinês, Yang Jiechi. Disponível em: < <http://www.focac.org/eng/dsjbzjhy/zyjh/t627658.htm> > Acesso em 10 de junho de 2010.

âmbito FOCAC, a fim de impulsionar a cooperação entre os departamentos funcionais<sup>56</sup>.

## **Resultados do FOCAC**

Apesar da história relativamente breve do FOCAC, já é possível perceber alguns resultados significativos para integração em áreas como agricultura, cultura, treinamento e, principalmente, economia. Entre a primeira cúpula e o III FOCAC, em 2006, a China cancelou, aproximadamente, 1,3 bilhões de dólares em dívidas de trinta países da África, treinou mais de dez mil profissionais africanos, garantiu a entrada sem impostos para 190 produtos africanos, distribuiu 1.200 bolsas de estudos por ano para estudantes africanos em instituições de ensino chinesas, enviou por volta de 16.000 doutores para trabalhar em áreas rurais, entre 2000 e 2005, assim como despachou 700 professores para escolas rurais no continente africano<sup>57</sup>. Esses números aumentaram após o bilionário plano de ação apresentado pelos chineses no III FOCAC e estão programados para continuarem crescendo após o quarto fórum, em 2009.

Os países africanos, na sua maioria, estão satisfeitos com os resultados do fórum, pois consideram adequados os projetos de ajuda, a agenda e as novas propostas de cooperação apresentados pela China. Há, entretanto, líderes sociais e setores da sociedade civil africana – apoiados por correntes de estudiosos, governantes e organizações ocidentais – preocupados com a estrutura dessa parceria estratégica, temendo que, em longo prazo, a presença chinesa na África possa provocar resultados negativos para o desenvolvimento de suas nações.

As principais questões apontadas por essas correntes críticas passam pelo impacto que a inserção da China vem causando na indústria e no comércio do continente, pela falta de maior integração chinesa com organismos regionais africanos, pela insistência de seguir o princípio de não interferência – mesmo em casos como o do Sudão – e, também, pela necessidade de

---

<sup>56</sup> Idem.

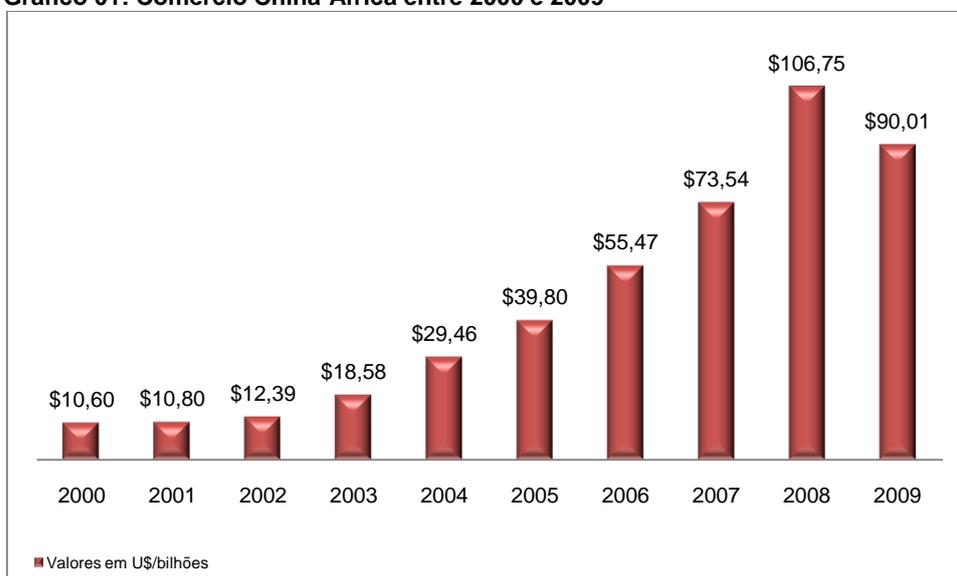
<sup>57</sup> NAIDU; CORKIN; HERMAN, 2009, p.101.

aumentar a transferência de tecnologia do país asiático para África. Buscando maior entendimento sobre essas questões, serão analisados abaixo dados referentes à parceria comercial sino-africana.

## Indústria e Comércio

De acordo com a Tralac (Trade Law Centre for Southern Africa), o comércio sino-africano aumentou de 10,6 bilhões para 39,80 bilhões de dólares entre 2000 e 2005, chegando ao pico de 106,75 bilhões de dólares em 2008 (gráfico 01).

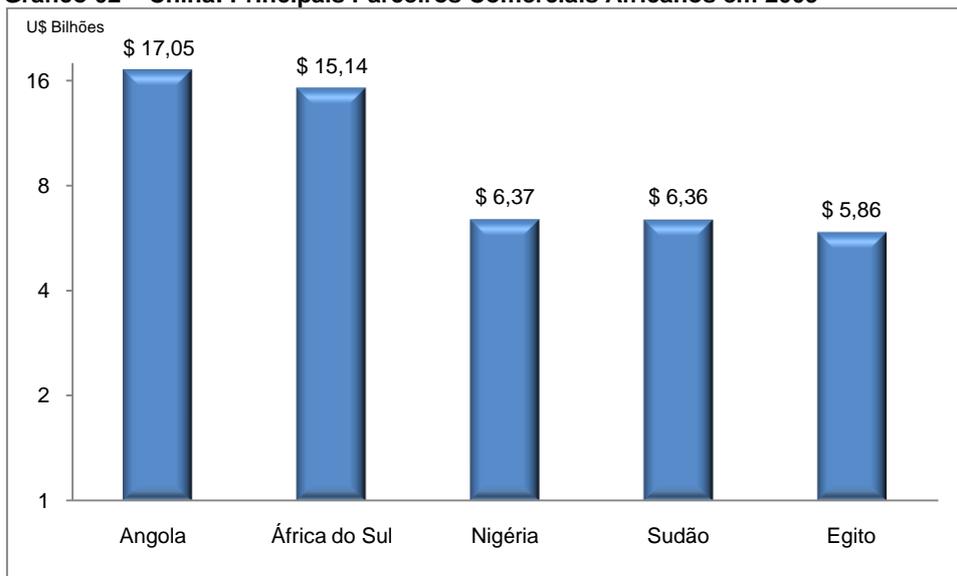
**Gráfico 01: Comércio China-África entre 2000 e 2009**



Fonte: Tralac, 2010.

Em 2009, o total comercializado entre as regiões foi de 90 bilhões de dólares e, apesar da queda de 16% em comparação com 2008, os chineses já haviam-se tornado o terceiro principal parceiro comercial da África, atrás somente dos EUA e da França<sup>58</sup>. Nota-se que dos 90 bilhões de dólares em transações comerciais entre a China e o continente, em 2009, 56% estão concentrados em cinco países: Angola, África do Sul, Nigéria, Sudão e Egito (gráfico 02).

<sup>58</sup> Centre for Chinese Studies – CCS – <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>

**Gráfico 02 – China: Principais Parceiros Comerciais Africanos em 2009**

Fonte: Tralac, 2010.

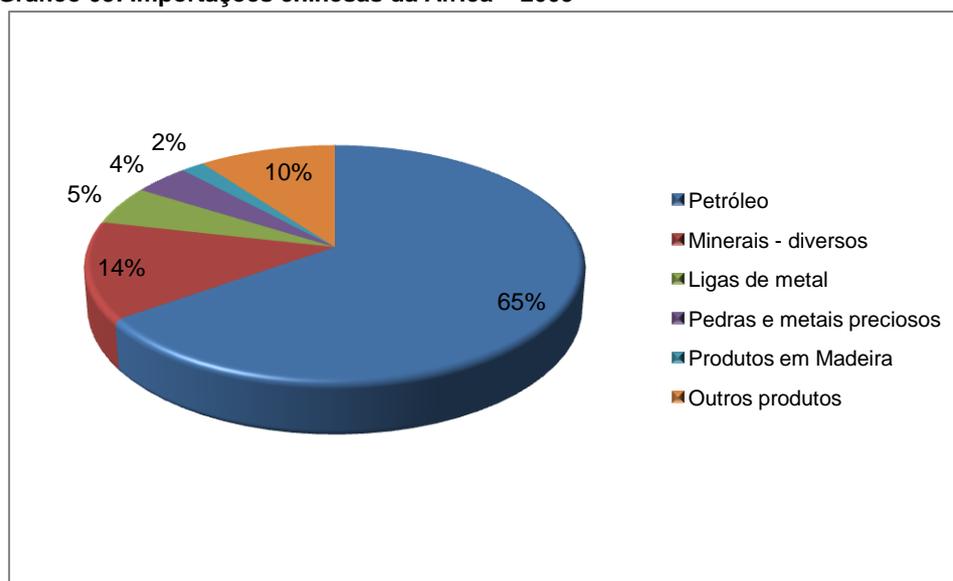
Para KOHLI (2009), a complementaridade das economias é o ponto-chave para explicar o grande aumento na parceria comercial entre as duas regiões, pois, enquanto o continente africano tem recursos naturais para suprir a crescente demanda chinesa, a China oferece produtos manufaturados de baixo custo à população africana. Contudo, existe o receio de que a relação sino-africana fique centrada somente na troca dos recursos naturais africanos pelos produtos manufaturados chineses, na mesma linha do modelo exploratório experimentado pela África durante a colonização ocidental.

Dados corroboram essa preocupação, demonstrando que há uma alta concentração de produtos primários, com predominância do petróleo, no volume de importações chinesas da África, bem como grande diversidade de produtos de valor agregado nas exportações da China para os africanos. No momento não há indícios de que a África esteja desenvolvendo seu setor industrial de forma a exportar para os chineses não apenas recursos primários, mas também um volume significativo de produtos com valor agregado.

Em 2009, do total aproximado de 42 bilhões de dólares em importações realizadas pela China de países africanos, cerca de 38 bilhões de dólares (90%) ficaram concentrados em recursos naturais, sendo 33,22 bilhões de dólares (79%) referentes a produtos minerais (dos quais 65% petróleo e 14%

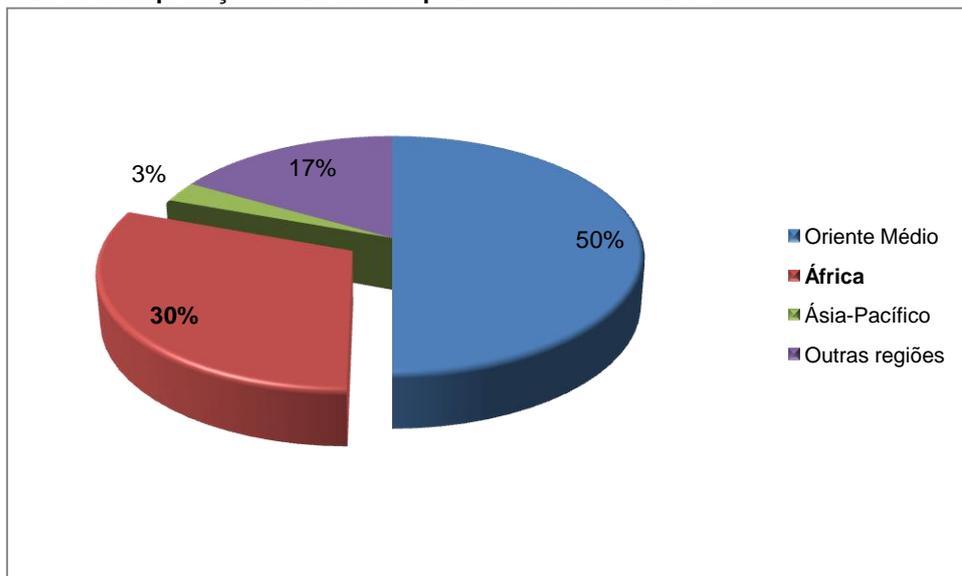
outros minerais); 2,26 bilhões de dólares (5%), ligas metálicas; 1,76 bilhões de dólares (4%), pedras e metais preciosos; e 740 milhões de dólares (2%), produtos de madeira. Os demais 4,31 bilhões de dólares (10%) das importações foram divididos em uma série de outros produtos, especialmente primários (gráfico 03).

**Gráfico 03: Importações chinesas da África – 2009**



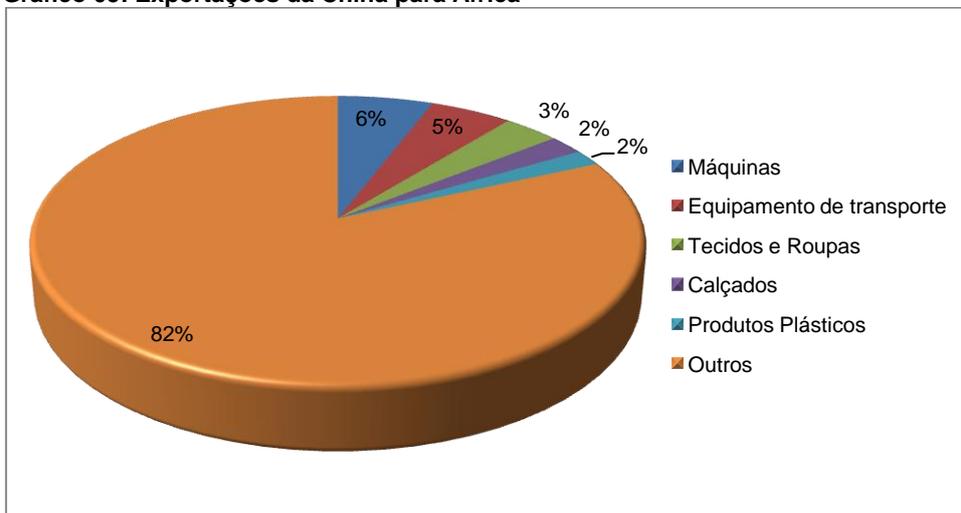
Fonte: Tralac, 2010.

Com referência ao petróleo – principal produto africano importado pelos chineses –, é interessante ressaltar que, de acordo com a EIA, em 2008, a China importou 3,6 milhões de barris/dia, representando, aproximadamente, a metade da sua demanda interna. A África foi a segunda principal região fornecedora, com o total de 1,1 milhões de barris/dia (30%), atrás somente do Oriente Médio, responsável pelo total de 1,8 milhões de barris/dia, ou 50% das importações. Países da região asiática contribuíram com 101 mil barris/dia (3%), enquanto que 603 mil barris/dia (17%) foram provenientes das demais regiões (gráfico 04).

**Gráfico 04: Importações chinesas de petróleo no mundo - 2008**

Fonte: EIA, 2010.

No que tange às exportações da China para a África, a quantia total comerciada, em 2009, foi de 47,72 bilhões de dólares. Percebe-se que os cinco principais tipos de produtos representam apenas 18% do total exportado da China para a África (8,7 bilhões de dólares), demonstrando a diversidade de produtos de valor agregado: 6%, máquinas (2,78 bilhões de dólares); 5% (2,40 bilhões de dólares), equipamentos de transporte; 3% (1,63 bilhão de dólares), tecidos e roupas; 2% (1,03 bilhão de dólares), calçados; e 2% (849 milhões de dólares), produtos plásticos. Os demais 82% do volume de exportações da China para África estão divididos em diversos outros produtos, primordialmente manufaturados (gráfico 05).

**Gráfico 05: Exportações da China para África**

Fonte: Tralac, 2010.

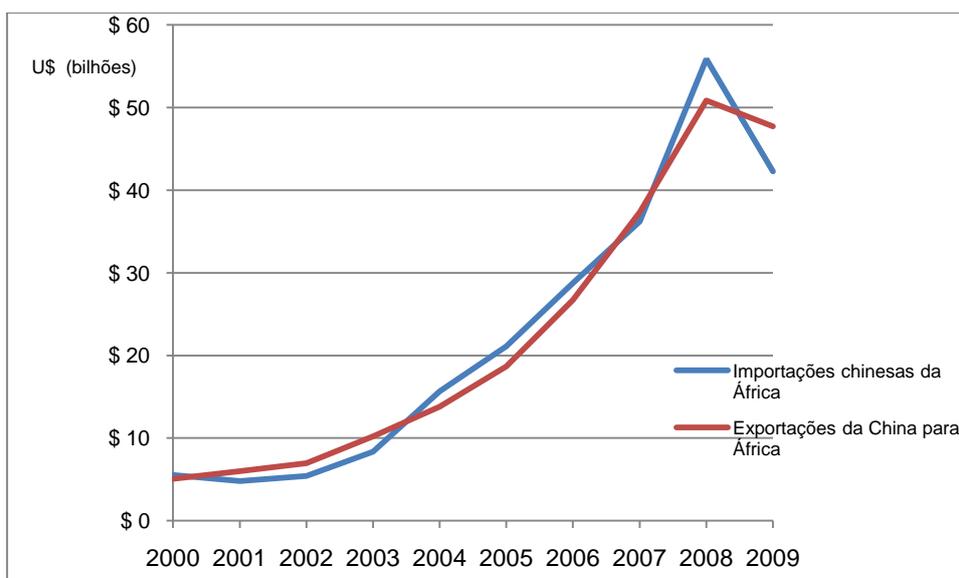
Na tabela 02, pode-se observar o total de importações e exportações entre as regiões, com déficit para ambos os lados, dependendo do período. Em linhas gerais, a balança comercial entre a China e o continente africano não apresentou um desequilíbrio acentuado entre 2000 e 2009 (gráfico 06). A média de importações e exportações entre as duas regiões, nesse período, apresenta um superávit de apenas 0,3% para os africanos.

**Tabela 02: Total de importações e exportações sino-africana entre 2000 e 2009.**

<b>Ano</b>	<b>Importações China da África (U\$/bilhões)</b>	<b>Exportações China para África (U\$/bilhões)</b>
2000	5,54	5,06
2001	4,79	6,01
2002	5,43	6,96
2003	8,36	10,2
2004	15,64	13,82
2005	21,11	18,69
2006	28,77	26,70
2007	36,23	37,31
2008	55,88	50,87
2009	42,28	47,72

Fonte: Tralac, 2010.

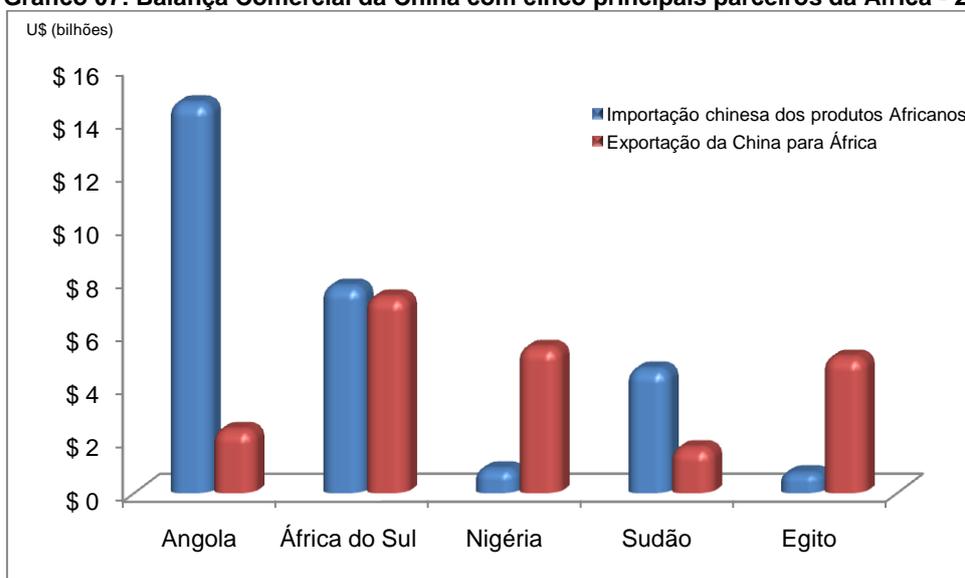
**Gráfico 06: Balança Comercial sino-africana entre 2000 e 2009**



Fonte: Tralac, 2010.

O petróleo é o elemento central do comércio entre as duas regiões. Uma análise das exportações e importações realizadas com a China - separada por país africano -, mostra que, para as nações que não possuem reservas significativas de petróleo ou exportam esse recurso para outras regiões no mercado internacional, há um superávit bastante significativo em favor da China. Como exemplo dessa situação, pode-se observar a relação comercial da China com nações como Nigéria e Egito, as quais constam entre os cinco principais parceiros comerciais da China, em 2009 (gráfico 07).

**Gráfico 07: Balança Comercial da China com cinco principais parceiros da África - 2009**



Fonte: Tralac, 2010.

O comércio com esses dois países está fortemente embasado nas exportações chinesas de produtos manufaturados, representando 86% (5,47 bilhões de dólares) para Nigéria e 87% (5,11 bilhões de dólares) para o Egito, do comércio bilateral entre as regiões (tabela 03).

**Tabela 03: Cinco principais parceiros comerciais da China na África**

	Importações China da África (US\$/bilhões)	Exportações China para África (US\$/bilhões)	Total Comerciado (US\$/bilhões)
Angola	14,66	2,39	17,05
África do Sul	7,77	7,36	15,13
Nigéria	0,898	5,47	6,37
Sudão	4,66	1,7	6,36
Egito	0,752	5,11	5,86

Fonte: Tralac, 2010.

A Nigéria, apesar de ser o maior produtor de petróleo do continente africano, exporta apenas uma pequena parte do seu petróleo aos chineses, optando por negociar 44% da sua produção com os EUA. De acordo com a *Central Intelligence Agency* (CIA), 95% da economia nigeriana estão baseados na exportação de petróleo<sup>59</sup>, ou seja, o país não detém fontes abundantes de outros recursos naturais ou uma indústria desenvolvida que promovam outros produtos para exportação. Dessa forma, a relação comercial sino-nigeriana fica centrada nos produtos manufaturados chineses. Em 2009, a balança comercial entre os dois países ficou bastante desigual, pois do total de 6,37 bilhões de dólares comerciados, apenas 14%, ou 898 milhões de dólares, foram referentes às importações da China do país.

O total comerciado entre a China e o Egito, em 2009, foi de 5,86 bilhões de dólares, sendo que 87% deste total (5,11 bilhões de dólares) foram referentes às exportações chinesas aos egípcios. No mesmo ano, somente 13% do total comerciado entre os dois países (752 milhões de dólares) foram referentes às importações chinesas do Egito, sendo o petróleo responsável por 63% (474 milhões de dólares) deste total.

A balança comercial da China com países como Sudão e Angola, os quais possuem grandes reservas petrolíferas e negociam com os chineses a maior parte da sua produção<sup>60</sup>, mostra o inverso da situação nigeriana e egípcia. As importações chinesas equivalem a 73% (4,66 bilhões de dólares) do comércio com o Sudão, sendo o petróleo responsável por 99,7% desse total. No caso angolano, a importação do petróleo é ainda mais significativa, representando 85% (14,66 bilhões de dólares) do comércio com os chineses.

A China é o segundo maior consumidor de petróleo no mundo, atrás somente dos EUA. De acordo com dados da EIA, entre 2009 e 2010, a demanda chinesa por esse recurso energético tem previsão de aumentar para 8,2 milhões de barris por dia, enquanto a produção do país deve continuar

---

<sup>59</sup> Central Intelligence Agency – CIA. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html> > Acesso em 01 de agosto de 2010.

<sup>60</sup> De acordo com a EIA, 55% do petróleo sudanês e 29% do angolano são exportados para China.

estável, na marca de 4 milhões de barris/dia. Considerando que, em 2008, a África foi responsável por 30% das importações chinesas do produto, atrás somente dos países do Oriente Médio, a tendência é que esse aumento na demanda chinesa acarrete o aumento do comércio entre as duas regiões nos próximos anos.

Analisando os dados apresentados acima, percebe-se que há fundamentos para o receio com relação às características do comércio sino-africano, pois as transações comerciais entre as duas regiões, de fato, estão centradas na troca de recursos naturais por produtos manufaturados. Há risco de que os países ricos em recursos naturais enfrentem a chamada *doença holandesa* – ou seja, a entrada significativa de moeda estrangeira, decorrente das exportações, pode acarretar a sobrevalorização da moeda nacional e a consequente falta de competitividade dos produtos manufaturados nacionais em relação aos produtos externos<sup>61</sup>.

Os países que possuem reservas significativas de recursos naturais precisam ficar atentos ao resultado que o fluxo de produtos manufaturados chineses causa na indústria local e, conseqüentemente, no número de empregos formais em seu território. Atualmente, a indústria dos países africanos, na sua esmagadora maioria, não tem como competir com a alta capacidade de produção das empresas chinesas dentro de relações recíprocas de comércio.

O setor têxtil é citado como exemplo do resultado da concorrência direta dos produtos africanos com os chineses, não apenas no mercado interno como, também, no mercado internacional. Em 2000, as exportações das fábricas de tecido africanas passaram a operar nos EUA, sob a vigência da AGOA – Lei de Crescimento e Oportunidade para África<sup>62</sup>. A partir dessa lei, foram estabelecidas quotas para tecidos e roupas importadas da China e foi permitida a entrada dos produtos africanos no mercado estadunidense, sem

---

<sup>61</sup> BRESSER-PEREIRA, 2008, p.48.

<sup>62</sup> A Lei de Crescimento e Oportunidade para África (AGOA) foi criada pelo Congresso dos EUA em maio de 2000 e visa ajudar as economias da África e melhorar a relação econômica dos EUA com essa região.

impostos. O resultado foi um rápido crescimento da exportação de tecidos na África, particularmente em países como África do Sul, Lesoto, Madagascar, Suazilândia e Quênia (tabela 04).

**Tabela 04: Crescimento das exportações de tecido entre 2000 e 2004.**

Fornecedor	Ano	Destino		
		Mundial	EUA	% do total
Quênia	2000	51.527	46.701	90,63%
	2004	305.448	295.520	96,75%
Lesoto	2000	154.192	146.364	94,92%
	2004	494.155	481.787	97,50%
Madagascar	2000	610.683	115.377	18,89%
	2004	559.501	345.728	61,79%
Suazilândia	2000	37.712	33.356	88,45%
	2004	190.537	188.467	98,91%
África do Sul	2000	453.153	150.313	33,17%
	2004	252.453	149.402	59,18%

Fonte: KAPLINSKY, MCCORMICK, MORRIS, 2006, p.10.

No entanto, assim que o acordo expirou, em 1º de janeiro de 2005, e as restrições para os produtos asiáticos foram retiradas, as exportações chinesas para os EUA aumentaram significativamente. Os africanos, por sua vez, perderam participação no mercado, já que não conseguiram competir com os baixos custos dos produtos da China. O efeito negativo foi imediato, pois muitas fábricas africanas fecharam e milhares de trabalhadores perderam seus empregos (tabela 05).

**Tabela 05: Queda nos empregos formais entre 2004 e 2005**

País	2004	2005	%
Quênia	34614	31745	9,30%
Lesoto	50217	35678	28,9%
Suazilândia	32000	14000	56,20%
África do Sul	98000	86000	12,20%

Fonte: KAPLINSKY, MCCORMICK, MORRIS, 2006, p.13.

A situação no setor têxtil gerou protestos em várias regiões da África, não apenas com relação à competição com a China na indústria de roupas e tecidos, mas também em outros setores. Na Nigéria, o sindicato acusou as importações da China pela redução de 350 mil postos de trabalho, e, na

Etiópia, apesar de a competição com os chineses gerar uma melhoria na qualidade dos calçados, houve uma redução nos empregos e no mercado para as empresas locais. Um estudo com 96 micros, pequenas e médias empresas africanas mostrou que, como consequência da competição da China, 28% faliram e 32% foram forçadas a diminuir o tamanho de suas operações<sup>63</sup>.

O enfraquecimento da indústria local – devido à impossibilidade atual dos africanos de competir diretamente com produtos chineses no mercado interno e internacional –, somado ao fato de que multinacionais chinesas, ao se instalarem na África, raramente contratam trabalhadores locais, gera o receio da desindustrialização da África, ou seja, a redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total do continente africano<sup>64</sup>.

As multinacionais chinesas raramente contratam trabalhadores locais na África, optando por trazê-los da China, principalmente porque, do ponto de vista econômico, é mais eficiente e conveniente recrutar trabalhadores chineses do que treinar africanos. Os chineses, geralmente, estão mais familiarizados com a tecnologia dessas empresas e não impõem obstáculos culturais e de comunicação com o gerenciamento. Além disso, funcionários provenientes da China são mais complacentes com a demanda de trabalho, aceitam trabalhar por longas horas, durante feriados e finais de semana<sup>65</sup>. O fato de as empresas chinesas operarem basicamente com mão de obra recrutada em seu próprio país não somente reduz as oportunidades de emprego para os trabalhadores africanos, como também ocasiona a baixa integração com as empresas locais, diminuindo, assim, as oportunidades de transferência tecnológica e de competências. O endereçamento dessa questão pelas lideranças africanas, ao se reunirem com os governantes chineses, no FOCAC ou em reuniões bilaterais, é um dos pontos cruciais para que a presença de empresas chinesas na África oportunize, em longo prazo, desenvolvimento da economia local.

---

<sup>63</sup> KAPLINSKY (2006), p.16.

<sup>64</sup> ROWTHORN; RAMASWANY, 1999.

<sup>65</sup> ANSHAN, 2007, p.81.

Ainda com referência às consequências da relação sino-africana para o setor industrial, é importante ressaltar que, apesar das críticas de a presença comercial chinesa estar enfraquecendo a indústria local, atualmente, com exceção da indústria de têxtil e, em menor medida, do setor calçadista, as empresas chinesas não competem diretamente com as africanas. Na África, a maior parte das empresas locais ainda não disponibiliza capital e tecnologia para competir com empresas chinesas e de outras nações. Em setores como telecomunicação, engenharia e construção civil, os maiores competidores são multinacionais estrangeiras, com as quais as chinesas, frequentemente, acertam longos contratos de parceria.

De acordo com o *Centre for Chinese Studies (CCS)*, cabe aos africanos trabalharem em medidas de proteção de sua indústria e em acordos que vinculem a implantação de empresas multinacionais no seu território, com a transferência de tecnologia e contratação de mão de obra local. A África do Sul buscou uma solução para proteger a indústria têxtil local, por meio do estabelecimento de quotas para os tecidos provenientes da China. A implantação desse mesmo procedimento pode servir de exemplo para proteger não somente a indústria de tecidos, mas também a de outros produtos em todo o continente africano. No entanto, segundo KAPLINSKY (2006), os mercados na África são muito pequenos para permitir economia de escala e competição. Assim, a proteção do mercado africano precisa ser organizada em bases regionais.

### **Integração chinesa com organismos regionais africanos**

Dentro do estudo das relações internacionais, a teoria liberal apresenta o conceito de interdependência, o qual se refere à dependência mútua – ou seja, os Estados sofrem o impacto do que acontece em outros lugares, das ações de seus semelhantes em outros países. Assim, quanto maior o grau de relações transnacionais, de fluxo de capital, bens, pessoas e comunicações além-fronteiras, mais elevado será o nível de interdependência. Os pensadores liberais argumentam que a alta divisão do trabalho na economia internacional intensifica a interdependência, desestimulando e reduzindo os conflitos

violentos entre os Estados. Esses teóricos ressaltam que, a despeito da permanência do risco de os Estados modernos retornarem à opção militar e à corrida armamentista, a probabilidade de que isso aconteça é baixa.

Robert Keohane e Joseph Nye – a partir de dois trabalhos publicados na década de 1970, uma coletânea de artigos intitulada “*Transnational Relations and World Politics*” (1971) e o livro “*Power and Interdependence: World Politics in Transition*” (1977) – apresentaram as instituições internacionais como importantes fatores para a promoção da cooperação entre os Estados. Para esses autores, a grande vantagem da cooperação é criar condições mais estáveis e conhecidas de interação entre as nações e, assim, aliviar a falta de confiança e o sentimento de medo mútuo presente no ambiente, todos considerados problemas tradicionais da anarquia internacional<sup>66</sup>. A intensificação dos intercâmbios econômicos, políticos e culturais provoca uma transformação e evolução na natureza do poder, cujas formas se ampliam para além do tradicional *hard power*, ou poder bruto, para incluir as dimensões do *soft power* (poder brando).

O governo chinês tem buscado maior cooperação na comunidade internacional, por meio da atuação em organizações multilaterais, regionais e, especialmente, por meio de intercâmbio bilateral com os outros Estados. Com relação à África, o FOCAC é a principal demonstração da intenção chinesa de criar condições para a maior interação econômica, política e cultural com o continente africano. Contudo, a insistência do governo chinês de canalizar as negociações no Fórum China-África – em vez de negociar com organizações regionais, as quais visam promover programas integrados e abrangentes de proteção e desenvolvimento para o continente – vem provocando críticas de alguns setores da comunidade africana.

---

<sup>66</sup> O conceito de anarquia internacional foi criado dentro da Teoria Realista das RIs e considera que o sistema internacional é formado por Estados soberanos e que estes não estão dispostos a abrir mão de sua autonomia e identidade própria. Assim, os teóricos consideram impossível a existência, no plano internacional, de uma autoridade suprema legítima e indiscutível que possa estabelecer regras, implementá-las e punir aqueles que não as cumprirem. Diferentemente do que ocorre no pacto doméstico, onde existe a transferência de soberania dos indivíduos ao Estado, no sistema internacional as soberanias já se encontram estabelecidas e não podem ser transferidas, de forma que cada Estado deve garantir sua própria sobrevivência no cenário anárquico do sistema internacional.

O relatório da CCS, publicado em 2010, aponta que algumas lideranças africanas defendem que os países africanos devem trabalhar juntos em soluções para as demandas internas do seu continente para, então, receber o apoio e a cooperação da China. Algumas opções propostas para solucionar essa questão são o envolvimento da China, por meio de um processo específico da União Africana (UA) com o FOCAC, ou então, a fusão do FOCAC com o NEPAD, a qual é vista como um programa de desenvolvimento para África, concebido e gerenciado por africanos.

Entretanto, de acordo com TULL (2006), a resistência dos chineses em apoiar a união do FOCAC com esses organismos regionais ocorre, em grande parte, porque os governantes chineses não querem ser pressionados a oferecer suporte a alguns elementos estruturais de organismos como o NEPAD: democracia, probidade fiscal e transparência, imprensa livre, entre outros. Além disso, as organizações africanas citadas têm defendido procedimentos que claramente violam uma regra fundamental da política externa chinesa, nomeadamente, o princípio da não interferência em assuntos internos de outras nações. Tanto a UA quanto o NEPAD concordam com a intervenção militar, a fim de prevenir ou ajudar a resolver conflitos internos em países que estejam passando por situação de violações dos direitos humanos e crimes contra a humanidade.

Outra questão salientada pelos críticos é que a estratégia chinesa de fornecer ajuda econômica sem a imposição de condições, como probidade fiscal e transparência, pode levar alguns governantes a utilizarem irresponsavelmente as verbas provenientes de acordos com a China, causando endividamento desses países, em longo prazo, em vez de proporcionar o desenvolvimento de suas nações. Estados africanos como Sudão, Angola e Zimbábue, que sofrem com regimes políticos repressivos, conflitos civis, acusações de desrespeito aos direitos humanos e de corrupção, encontraram, no princípio chinês de não interferência em assuntos internos de outras nações, uma forma de ignorar a pressão internacional para reformas econômicas e políticas.

Percebe-se, por meio dos dados apresentados neste capítulo, que, desde o início das transformações políticas e econômicas experimentadas pela China a partir da década de 1980, a política externa está baseada em princípios pragmáticos de integração com a África. O pacote chinês de investimentos, de ajuda econômica e de suporte político - o qual compõe o padrão da política externa chinesa para todo o continente africano - não está embasado em motivos altruístas, mas na necessidade chinesa de suprir a demanda de recursos energéticos e naturais, a fim de dar continuidade ao crescimento acelerado da sua economia, assim como angariar apoio político na comunidade internacional e abrir mercado para seus produtos manufaturados. No entanto, é inegável que o aumento da presença chinesa também é de interesse dos africanos, os quais percebem na China um modelo de desenvolvimento que oferece opções frente ao modelo ocidental, além de trazer mais investimentos em infraestrutura, treinamentos e assistência econômica.

Em face do interesse chinês no território africano, outras nações e investidores passam a prestar mais atenção no potencial do continente, originando outras fontes de negócios e assistência à África. A preocupação referente às características da relação comercial, a qual está centrada, em grande parte, na troca dos produtos manufaturados chineses pelos recursos naturais do continente africano, é relevante, como mostram os dados das exportações e importações entre as duas regiões. Todavia, essa situação não parece ser suficiente para caracterizar a relação da China com a África como colonialista. Vale lembrar que, ao contrário das metrópoles ocidentais, a China proporciona ferramentas para que os Estados africanos – se endereçarem em conjunto medidas para resolver a situação do uso de mão de obra e proteção da indústria local, transferência de tecnologia, entre outras questões – possam encontrar seu próprio caminho para o desenvolvimento.

O governo de Hu Jintao tem interesse em evitar que aumente o descontentamento de alguns setores da sociedade africana com a presença da China no continente, pois protestos contra multinacionais e trabalhadores chineses são cada vez mais frequentes, podendo prejudicar a credibilidade da

China e, conseqüentemente, seus negócios nos países da região. Os planos de ação do FOCAC mostram que, pelo menos teoricamente, há interesse dos governantes chineses em promover maior interação entre o seu país e os organismos regionais, assim como parecem dispostos a dar espaço para discussão de propostas africanas para a agenda do fórum, como demonstra a iniciativa de realizar a reunião preparatória entre membros do governo chinês e africanos, em 18 e 19 de outubro de 2008, ou seja, com mais de um ano de antecedência do IV FOCAC. Nota-se, também, maior flexibilidade dos governantes chineses com relação ao tradicional princípio de não interferência, demonstrado pelo uso da boa relação com o governo sudanês para convencê-lo a aceitar a entrada das missões de paz da ONU na região de Darfur, em 2006.

### 3. A PRESENÇA CHINESA NO SUDÃO

A República do Sudão foi o quarto país da África a estabelecer relações diplomáticas com o governo de Mao Tsé-Tung, em 04 de fevereiro de 1959<sup>67</sup>. Ao analisar as cinco décadas de relacionamento sino-sudanês, é possível identificar dois momentos distintos: antes e depois do desenvolvimento do setor petrolífero no Sudão<sup>68</sup>. No primeiro momento, entre 1959 e o final da década de 1980, os sudaneses ainda não possuíam infraestrutura para a exploração do petróleo em grande escala, tampouco haviam-se tornado exportadores do produto. Assim, a parceria comercial com a China não tinha grande impacto na economia do país africano. No âmbito político e diplomático, os dois países mantiveram um relacionamento amigável, porém limitado. A China utilizou seu tradicional princípio de não interferência em assuntos internos de outros Estados para evitar envolvimento na severa guerra civil que assolava o país africano. O governo sudanês, por sua vez, estava alinhado, até meados da década de 1980, com os Estados Unidos da América (EUA), recebendo apoio econômico do país ocidental e, também, investimentos de empresas estadunidenses no incipiente setor petrolífero.

O segundo momento da relação entre a China e o país africano foi marcado pela parceria no desenvolvimento do setor petrolífero sudanês e pelo consequente aumento do comércio, assim como pelo envolvimento político e diplomático entre os dois países. Para o Sudão, o suporte técnico e financeiro chinês na criação de infraestrutura para extrair, transportar e processar o petróleo possibilitou que o país se tornasse, a partir de 1999, um importante exportador africano desse recurso energético. No âmbito político, o apoio chinês tem sido essencial para o Sudão, pois, após romper o alinhamento com os EUA, no início da década de 1990, o governo sudanês tem recorrido aos chineses para evitar a aprovação de sanções econômicas no Conselho de Segurança das Nações Unidas e, também, intervenções sem a autorização do governo central nos conflitos internos do país.

---

<sup>67</sup> O primeiro país africano a estabelecer relações diplomáticas com a RPC foi o Egito (1956), seguido da Argélia (1958), do Marrocos (1958) e do Sudão (1959).

<sup>68</sup> LARGE, 2008, p.2.

Para os chineses – que aumentam cada vez mais o consumo interno de petróleo –, a parceria com o Sudão tornou-se importante, pois garante o fornecimento de uma parte do consumo interno do produto. Inicialmente, o governo chinês procurou utilizar o princípio de não interferência, no intuito de desvincular o crescimento das transações comerciais dos problemas internos sudaneses. No entanto, o agravamento dos conflitos civis no Sudão, assim como a posição cada vez mais relevante que os chineses vêm assumindo na política internacional, forçaram o governo de Hu Jintao a buscar certa flexibilização na sua política externa. Os chineses procuram, atualmente, uma forma de conciliar os cinco princípios da sua política externa<sup>69</sup> com a necessidade de defender seus interesses econômicos e de responder às pressões internacionais por maior envolvimento, principalmente em situações relacionadas a desastres humanitários, como no caso do Conflito de Darfur.

Neste ponto vale uma análise mais aprofundada das duas fases do relacionamento sino-sudanês destacadas acima, pois cada uma delas fornece elementos importantes para o alcance do objetivo central desse capítulo, o qual visa identificar se a política externa chinesa para esse país segue um padrão utilizado para todo o continente, ou se apresenta características próprias. O capítulo está dividido em três partes: na primeira seção, apresentar-se-ão dados importantes para o entendimento da realidade política, cultural e econômica do Sudão; a segunda parte tratará da primeira fase do relacionamento sino-sudanês, entre 1959 e 1990; na terceira parte será apresentado um estudo sobre o período entre 1990 e os dias atuais, incluindo a relação comercial, com ênfase no mercado petrolífero.

## **A República do Sudão**

O Sudão é o país com maior extensão territorial do continente africano, com 2.505.813 km<sup>2</sup>. Além de ser limitado ao leste pelo Mar Vermelho, por onde faz fronteira com a Arábia Saudita, outros oito países limitam o Sudão<sup>70</sup>: Egito,

---

<sup>69</sup> Respeito mútuo da soberania e da integridade territorial; não agressão mútua; não interferência nos assuntos internos; igualdade e vantagens recíprocas; e coexistência pacífica.

<sup>70</sup> Para um mapa político do país, ver anexo I.

Eritreia, Etiópia, Quênia, Uganda, República Democrática do Congo, República Centro-Africana e Chade<sup>71</sup>.

De acordo com dados da *Central Intelligence Agency* (CIA), em 2010, o total da população sudanesa chegou a aproximadamente 44 milhões de habitantes, sendo composta por diferentes grupos étnicos: 52% são africanos; 39%, árabes; 6%, bejas; 2%, estrangeiros; e 1% da população é de outras formações étnicas. A maioria da população sudanesa é muçulmana (70%), os demais 25% dos sudaneses seguem a crença animista, e 5% são cristãos.

O produto interno bruto (PIB), em 2009, foi de 54,7 bilhões de dólares, sendo composto pelo setor agrícola (32,1%), pela indústria (29,4%) e pelo setor de serviços (38,5%). Em 2008, o petróleo representou 95% das receitas de exportação e 60% das receitas do governo central sudanês, demonstrando a alta dependência da economia do país em relação ao setor petrolífero. Apesar disso, a agricultura continua tendo papel fundamental na economia, pois emprega 80% dos trabalhadores<sup>72</sup>.

Dados da EIA apontam que, em 2009, o Sudão possuía reservas petrolíferas de 5 bilhões de barris, as quais estão localizadas essencialmente na região Centro-Sul do país. A produção aproximada desse recurso energético, em 2008, foi de 480 mil barris/dia, sendo consumidos internamente 86 mil barris/dia, e o restante, destinado à exportação. Mesmo com o alto volume de receita proveniente das exportações petrolíferas, o Sudão continua tendo baixo Índice de Desenvolvimento Humano<sup>73</sup>, ficando na 154ª posição no *ranking* mundial.

### **Primeira fase do relacionamento sino-sudanês (1959 a 1990)**

O estabelecimento das relações diplomáticas com a China ocorreu na mesma década em que os sudaneses se tornaram independentes da

---

<sup>71</sup> CIA. Disponível em < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/su.html> > Acesso em 10 de julho de 2010.

<sup>72</sup> Ibidem.

<sup>73</sup> International Human Development Indicators. Disponível em: < <http://hdrstats.undp.org/en/countries/profiles/SDN.html> > acesso em 01 de agosto de 2010.

metrópole britânica (1956) e, também, em que foram iniciadas as guerras civis entre as regiões Norte e Sul, que assolaram o país entre 1955 e 2005. A situação de conflito interno e a consequente necessidade do governo central de financiar o embate contra as forças rebeldes do Sul facilitaram a crescente presença chinesa no Sudão. Por esse motivo, ao analisar a primeira fase do relacionamento sino-sudanês, é importante também um estudo das causas e consequências desses conflitos armados.

### **As Guerras Civis sudanesas**

As duas guerras civis do Sudão foram interpretadas pela mídia em geral e, também, por muitos acadêmicos, como sendo o resultado de um conflito étnico e religioso, entre o povo árabe muçulmano do Norte e os africanos católicos e animistas do Sul do país<sup>74</sup>. Entretanto, autores como DÖPCKE (1999) e GENTILI (2005) afirmam que os conflitos internos nos países africanos não podem ser compreendidos apenas com base nas diferentes etnias e religiões da população, pois, apesar de esses fatores serem importantes formas de mobilização, sozinhos não constituem a causa da violência. Há importantes questões políticas e econômicas envolvidas nesses conflitos. Döpcke salienta:

“(...) etnicidade e identificação étnica em si não podem ser responsabilizadas pelos conflitos. A própria tradição multiétnica dos Estados africanos pré-coloniais e os exemplos de coexistência pacífica de diversas etnias demonstram que não existe automatismo entre multiétnica e conflito. Mas, etnicidade e regionalismo são suscetíveis de politização em conflito pelo poder ou por recursos econômicos devido às imperfeições do processo político em muitos países africanos.” (1999, p.100)

O Sudão atual é resultado das invasões turco-egípcias, que, no século XIX, começaram a estabelecer as bases do que viria a se constituir o atual território sudanês, seja pela unificação por via militar das numerosas comunidades étnicas existentes no Norte, seja pelo estabelecimento das fronteiras, ao Sul, na busca por mão de obra escrava. Dessa forma, refletindo

---

<sup>74</sup> Para um mapa político do país, ver anexo I.

uma complexa divisão territorial de identidades étnicas, culturais, religiosas e regionais, o Sudão se dividiu entre um Norte árabe, majoritariamente muçulmano, e um Sul composto por populações que se consideram culturalmente subsaariana e adeptas das religiões animista ou cristã.

No período colonial, os britânicos estabeleceram a capital em Cartum – na região Norte – e concentraram seus investimentos nessa parte do país. A região Sul e as demais periferias – como a Província de Darfur, a oeste – foram negligenciadas pela metrópole. Essa marginalização causou grande ressentimento nessas populações periféricas e deu início a um processo de insatisfação, que culminaria nos conflitos armados da década de 1950. O foco da colonização britânica na região Norte do país, especialmente na capital, foi evidenciado em um relatório elaborado pelas Nações Unidas<sup>75</sup>:

“Desde a colonização britânica, o foco da atenção ficou na região central onde o Blue Nile e o White Nile se encontram, assim o desenvolvimento ficou centrado em Cartum e na região fértil de El Jessira onde o algodão de fibra longa tem sido cultivado como a principal cultura agrícola do país. Com exceção dessas regiões, o restante do território sudanês têm sido marginalizado e negligenciado, incluindo Darfur e outras regiões como Cordofão, as Montanhas Nuba, o leste e o Sul.” (2005,p.19, tradução da autora)

Após a independência, as fronteiras estabelecidas no período colonial foram mantidas, e o governo do recém-formado Estado sudanês foi assumido por representantes da população do Norte, os quais nomearam políticos e oficiais árabes para cargos importantes no Sul, conservando a lógica da concentração de poder na capital e a marginalização das demais regiões. O sentimento de pertencimento nacional – embrionário na população desse novo Estado – foi sendo minado, na medida em que os habitantes das periferias foram percebendo a identificação do Estado com as elites políticas no poder e, também, foi ficando evidente a incapacidade do governo central de promover o desenvolvimento com políticas públicas eficazes para o bem-estar social e a segurança de seus habitantes.

---

<sup>75</sup> <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/225/36/PDF/N0522536.pdf?OpenElement>

É possível identificar, assim, um conjunto de fatores políticos e econômicos no desencadeamento das guerras civis entre as regiões Norte e Sul: a instauração das fronteiras iniciadas pelas invasões turco-egípcias; o modelo britânico de colonização; e a opção das elites políticas do país de manter esse modelo de dominação após a independência. As diferenças étnicas e religiosas não constituem a causa principal, mas acabam se tornando uma forma de mobilização, na medida em que o Estado sudanês falha em unir sua população em torno de uma identidade nacional ampla e coesa.

Em 1955, o chamado Motim de Torit, que reuniu uma unidade militar formada por soldados da região Sul contra o governo de Cartum, deu início à violência armada entre as regiões. No final da década de 1950, o general Ibrahim Abboud – levado ao poder por um golpe de Estado – iniciou um projeto de islamização no país, tornando obrigatório o ensino da língua árabe, ordenando a construção de diversas mesquitas, bem como estabelecendo como pré-requisito a conversão ao Islã para o acesso aos cargos administrativos no governo. Além disso, os missionários cristãos que, até então, eram responsáveis pelo ensino na região Sul foram expulsos do país, com base em acusações de incentivo a revolta e ameaça ao território sudanês<sup>76</sup>. Com tais medidas, o governo central acirrou, ainda mais, a insatisfação dos sulistas, resultando na organização das chamadas guerrilhas Anyanya. Segundo JOHNSON (2004), por intermédio dessas guerrilhas os grupos rebeldes intensificaram suas ofensivas contra Cartum, começando oficialmente a Primeira Guerra Civil sudanesa<sup>77</sup>.

Na década de 1960, a guerra civil se tornou ainda mais intensa, especialmente depois que os insurgentes conseguiram aumentar seu arsenal bélico devido à interceptação de armamentos que o governo central enviava para apoiar o Movimento dos Simba, na República Democrática do Congo, entre 1964-1965<sup>78</sup>. Nessa mesma época, o presidente Abboud recebeu, em

---

<sup>76</sup> FERREIRA, 2000, p.27.

<sup>77</sup> Segundo SALIH (2005), além da Anyanya foram formados, no mesmo período, outros movimentos regionais, como o Beja Congress (BC), a General Union of Nuba Mountains (GUNM) e a Front for the Renaissance of Darfur (FRD).

<sup>78</sup> JOHNSON, 2004, p.31

Cartum, o primeiro-ministro chinês Zhou EnLai, o qual anunciou os oito princípios da China para a assistência econômica e tecnológica aos países estrangeiros<sup>79</sup>, reforçando o relacionamento amistoso com o governo sudanês. Para a China, a boa relação sino-sudanesa era essencial, já que os seus governantes precisavam garantir que Taiwan obtivesse o menor número possível de aliados no continente africano.

Ainda em 1964, o regime militar sudanês foi substituído por um governo democrático, que também foi pouco efetivo em solucionar os problemas econômicos e a guerra civil do país. As grandes divergências entre os partidos no Parlamento frustraram as expectativas tanto de fortalecimento do Estado sudanês quanto de união da população em torno de uma nação coesa. Ao perceber a fraqueza do regime democrático, um grupo comandado pelo coronel Gaafar Mohamed al-Nimeiri organizou o segundo golpe de Estado, que durou dezesseis anos e se tornou o maior período ditatorial já enfrentado pelo Sudão até a atualidade.

De acordo com FERREIRA (2000), o começo do governo de al-Nimeiri foi marcado pelo alinhamento com a União Soviética e com a Líbia. Entretanto, ao perceber a conivência desses países com a tentativa de golpes de Estado sofrida pelo seu governo em 1971, al-Nimeiri mudou sua política externa e buscou apoio político e econômico no Egito e, principalmente, nos EUA.

A aproximação com o governo de Nixon trouxe suporte humanitário, financeiro e militar, assim como investimentos de multinacionais estadunidenses no incipiente setor petrolífero sudanês. Em contrapartida, o Sudão foi o primeiro país da região a restabelecer relações diplomáticas com os EUA após a Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio, além de se manifestar em favor dos acordos de Camp David, assinados em 1978. Ainda em relação à

---

<sup>79</sup> Igualdade e benefício mútuo; respeito à soberania e não imposição de condições; concessão de empréstimos com juros baixos e flexibilidade na condição de pagamento; ênfase no desenvolvimento e independência econômica dos países beneficiários; investimentos pequenos com retornos rápidos; fornecimento de equipamentos de alta qualidade com base nos preços do mercado internacional; transferência de tecnologia; e igualdade no tratamento para especialistas da China, garantindo que os chineses não requisitariam condições especiais de trabalho quando enviados pelo governo de seu país para realização de projetos em terras estrangeiras.

política externa do Sudão durante o governo de al-Nimeiri, é interessante ressaltar que, em 1971, os sudaneses demonstraram a intenção de manter o bom relacionamento com o governo chinês, ao, juntamente com outros países africanos, votarem em favor do assento permanente para a China no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

No âmbito interno, o novo regime instituiu a União Socialista Sudanesa (SSU) como único partido político legítimo no país e procurou desenvolver a economia por meio da exportação de algodão<sup>80</sup>. Além disso, al-Nimeiri foi reconhecido internacionalmente ao conseguir pôr fim à Primeira Guerra civil, em 1972, com a assinatura do Acordo de Adis Abeba. Esse acordo reconheceu os estados do Sul como uma região autônoma, prevendo, por exemplo, a existência de uma assembleia e de um corpo executivo eleito, de um orçamento próprio, a absorção gradual das forças de guerrilha Anyanya no exército nacional e o inglês como língua oficial da região<sup>81</sup>.

Contudo, a estabilidade gerada por esse Acordo de Paz não foi duradora, uma vez que o compromisso com o desenvolvimento econômico, social e cultural da região Sul não foi cumprido. Os sulistas não tardaram a perceber que al-Nimeiri continuava a realizar projetos, os quais envolviam interesses da região Sul, sem consultar suas lideranças, como, por exemplo, as negociações realizadas com empresas estrangeiras<sup>82</sup> para a exploração do petróleo descoberto em Upper Nile e Jonglei, região Centro-Sul do país e, também, para a construção do Canal Jonglei, destinado a aumentar a quantidade de água disponível para irrigação, porém beneficiando exclusivamente a população do Norte.

Novamente sentindo-se marginalizados, os rebeldes sulistas começaram a organizar o reinício da luta armada contra Cartum. O estopim para a eclosão da Segunda Guerra Civil ocorreu em 1983, quando o governo central anunciou medidas que contrariavam decisões essenciais do Acordo de Paz: a dissolução

---

<sup>80</sup> ZEN, 2005, p.229.

<sup>81</sup> FERREIRA, 2000, p.28.

<sup>82</sup> Chevron dos EUA e Total (França).

da administração regional do Sul e a divisão da região em três territórios distintos, assim como a decisão de promover a islamização do Estado sudanês, com a imposição da sharia<sup>83</sup>, ou seja, de leis islâmicas em todo o território.

Pode-se perceber que o recomeço da luta entre Cartum e a região Sul foi causado pelos mesmos motivos da primeira guerra, ou, como aponta ARYA (2009), o período entre 1955 e 2005 nada mais é do que um único conflito, intercalado por onze anos de cessar-fogo. No entanto, é importante salientar que a segunda parte da guerra civil teve consequências ainda mais desastrosas para o país, com milhões de mortos e desalojados. De acordo com o relatório das Nações Unidas,

“Desde que começou, em 1983, o conflito interno entre o Norte e o Sul tem impactado o Sudão em muitos aspectos. É o mais longo conflito na África, envolvendo sérios abusos aos direitos humanos e desastres humanitários. Durante o conflito, mais de 2 milhões de pessoas morreram e 4,5 milhões de pessoas foram forçadas a abandonar suas casas.” (2005, p.20, tradução da autora)

As forças rebeldes mobilizaram-se por meio do Movimento de Libertação do Povo Sudanês (SPLM) e seu braço armado, o Exército de Libertação do Povo Sudanês (SPLA). Esse movimento era liderado pelo tenente-coronel John Garang, absorvendo as guerrilhas Anyanya, no intuito de “lutar pela incorporação do sul em uma nação democrática que reconhecesse os direitos e igualdade de todos os cidadãos” (FERREIRA, 2000, p.28). Para contrapor a ofensiva dos rebeldes, o governo central decidiu utilizar, além das forças armadas nacionais, a ação de milícias, as quais intensificaram o já violento conflito entre as duas regiões.

Os efeitos dessa guerra civil, assim como a crise econômica nacional e a grande fome – gerada pela seca de 1983-1984 – resultaram na queda do governo de al-Nimeiri, após revolta popular, em abril de 1985. O Sudão pós-

---

<sup>83</sup> A sharia foi introduzida por Nimeiri devido à pressão exercida pelas elites islâmicas. Ao instituir o monopartidarismo, Nimeiri retirou os líderes islâmicos do governo, porém, ao sentir-se pressionado pelas tentativas de golpe desses grupos, o presidente promoveu a chamada Reconciliação Nacional, com a qual as principais lideranças islâmicas voltaram a compor as bases do governo.

Nimeiri passou por um período transicional, entre abril de 1985 e abril de 1986, tendo o Conselho Militar Transicional (CMT) para supervisionar os assuntos do país e a transição para o governo democrático.

Em abril de 1986, Sadiq al-Mahdi tornou-se primeiro-ministro sudanês por meio de eleições multipartidárias. O novo governo enfrentou várias dificuldades relacionadas à falta de alimentos, assim como uma situação econômica caótica e o acirramento da guerra civil. As recorrentes derrotas sofridas pelas tropas governamentais frente às forças rebeldes do Sul obrigaram o governo de al-Mahdi a fazer concessões políticas, incluindo o fim da lei islâmica, o que foi encarado pelos mais radicais como uma traição à identidade árabe-islâmica.

A recorrente falha do governo democrático em fortalecer o Estado, promovendo o desenvolvimento, assim como o fim da instabilidade interna do país, oportunizaram um novo golpe militar, em 30 de junho de 1989. A Frente Islâmica Nacional (NIF), liderada pelo Brigadeiro Omar Hassan Ahnmad al-Bashir, com o apoio do líder espiritual Hassan al-Turabi, assumiu o poder central.

Nesse mesmo ano, a China voltou sua política externa para o continente africano, em busca de apoio político e de recursos naturais. Após o massacre da Praça Tiananmen, os chineses precisavam da África para enfrentar o isolamento diplomático e, no âmbito econômico, necessitavam de fornecedores de recursos naturais – especialmente o petróleo – para suprir a sua crescente demanda interna. O Sudão, por sua vez, comandado por al-Bashir, precisou do apoio financeiro para desenvolver seu setor petrolífero, além do suporte político para enfrentar as crescentes críticas internacionais sobre a situação interna do país. Nesse contexto, teve início a segunda fase da relação sino-africana.

### **Segunda fase do relacionamento sino-sudanês (1990 aos dias atuais)**

Ao assumir o governo do Sudão, al-Bashir concentrou todos os seus esforços no cerceamento da oposição política e, também, na consolidação do

poder interno no Norte do país. A lei islâmica, *sharia*, foi restabelecida, tornando comum o estabelecimento de políticas repressivas embasadas no fundamentalismo islâmico. No intuito de conseguir se estabilizar no poder, o Partido do Congresso Nacional (NCP)<sup>84</sup> interrompeu todos os direitos e instituições democráticas, criou um serviço secreto central e comitês populares locais leais ao regime. Além disso, foram oficialmente institucionalizadas as Forças Populares de Defesa (PDF), as quais, de acordo com SALIH (2005), ocasionaram a militarização generalizada da sociedade sudanesa, gerando um agravamento ainda maior dos conflitos internos no Sudão.

“A lei das Forças Populares de Defesa (PDF) estabeleceu uma força paramilitar para treinar homens e mulheres em tarefas civis e militares, elevar seu nível de consciência de segurança, instilar a disciplina militar, para que, assim, eles pudessem cooperar com as forças armadas regulares e com o serviço de segurança. (...) De acordo com fontes confiáveis das forças armadas do Sudão, em 1999 havia 80.000 tropas regulares nas forças armadas no Sudão, 3.500 oficiais do NIF comissionados e 150.000 PDF.” (SALIH, 2005, p.9, tradução da autora)

O novo regime intitulou o conflito com os sulistas como *Jihad* e começou uma campanha militar de neutralização dos rebeldes do Sul, visando uma vitória que se traduzisse na imposição da sua visão ideológica da sociedade. No início da década de 1990, o NCP oportunizou a entrada de vários grupos rebeldes de outros países, incluindo grupos islâmicos radicais do Oriente Médio, que pudessem ajudar na realização desse objetivo.

No que se refere à política externa, o Governo do Sudão (GOS) apoiou Saddam Hussein na Guerra do Golfo, adotando uma posição fortemente antiestadunidense, a qual contribuiu para o enfraquecimento das relações do Sudão com países muçulmanos de regimes moderados, como o Egito e a Jordânia<sup>85</sup>, ao mesmo tempo em que ocasionou o estreitamento do relacionamento com governos fundamentalistas, como o do Irã.

Durante uma visita a Cartum, em dezembro de 1991, o então presidente iraniano Hashemi Rafsanjani declarou o Sudão como “vanguarda da Revolução

---

<sup>84</sup> A NCP é o braço jurídico-legal da NIF.

<sup>85</sup> FERREIRA, 2000, p.30.

Islâmica no continente africano” (ARYA, 2009, p.67), oferecendo dez milhões de dólares em ajuda econômica e o envio de dois mil soldados do Exército dos Guardiões da Revolução Islâmica (IRGC) para treinar as forças de segurança sudanesas e grupos islâmicos estrangeiros. Cartum, por sua vez, permitiu que Teerã usasse o território sudanês como ponto de encontro dos grupos extremistas iranianos. Ademais, utilizando o financiamento oferecido pelo Irã, os sudaneses firmaram acordo com a China para a compra de armamentos no valor de 300 milhões de dólares, incluindo dois helicópteros, cem mil libras de bombas de alta altitude, além de um esconderijo de munições de grande porte e outras exportações de aviões militares e armas pequenas<sup>86</sup>.

ARYA (2009) e LARGE (2008) ressaltam um crescente envolvimento do Sudão com grupos considerados terroristas, a partir da metade da década de 1990. O governo de al-Bashir, fortemente embasado nos ideais do líder al-Turabi, autorizou a entrada de muçulmanos no país sem a necessidade de visto. Assim, ativistas islâmicos da Argélia, da Tunísia e do Egito receberam passaportes sudaneses, e até mesmo terroristas, como o venezuelano Ilich Ramirez Sanchez – conhecido como Carlos, o Chacal – e Osama Bin Laden, receberam asilo do governo sudanês<sup>87</sup>.

Em junho de 1995, o Sudão foi associado à tentativa de assassinato do presidente egípcio Hosni Mubarak, já que os terroristas envolvidos no atentado haviam sido treinados no seu território. Além disso, após a al-Qaeda realizar um ataque à embaixada americana no Quênia – matando 263 pessoas e ferindo cinco mil –, o governo estadunidense autorizou, em retaliação, o bombardeio de uma fábrica farmacêutica em Cartum, alegando que o local estava sendo usado por Bin Laden e outros terroristas para produzir armas químicas<sup>88</sup>.

Os indícios cada vez maiores do envolvimento do governo de al-Bashir com grupos extremistas e com atentados em territórios estrangeiros, assim

---

<sup>86</sup> LARGE, 2008, p.95.

<sup>87</sup> De acordo com ARYA (2009), Osama Bin Laden viveu no Sudão de 1991 até 1996, onde se casou com a sobrinha de al-Turabi e coordenou seus negócios e as operações da al-Qaeda. Estima-se que o terrorista saudita tenha treinado mais de cinco mil guerrilheiros nos campos do Sudão, em 1994.

<sup>88</sup> ARYA, 2009, p. 68.

como as recorrentes violações dos direitos humanos ocorridas durante a guerra contra o Sul, foram ocasionando um progressivo isolamento diplomático do governo sudanês por parte dos países ocidentais e da ala moderada do Oriente Médio. Os EUA, antigo parceiro político e econômico, a partir desse período, passaram a considerar o Sudão um dos Estados párias, juntamente com a Líbia e o Irã.

Segundo LARGE (2008), o afastamento diplomático vivenciado pelo regime de al-Bashir, aliado às dificuldades no relacionamento com o Banco Mundial e o FMI, serviram de base para o crescimento da presença chinesa no Sudão. Uma relação de mútuo interesse se estabeleceu entre os dois países, pois o governo sudanês necessitava tanto de suporte político, para enfrentar as severas críticas internacionais com relação à guerra civil e os abusos cometidos contra os direitos humanos, quanto de apoio econômico, para financiar a guerra contra o Sul e amenizar a grave crise financeira. A China, por sua vez, buscava apoio político e, acima de tudo, fornecedores de recursos naturais – no caso do Sudão, o petróleo –, para dar continuidade ao seu crescimento econômico.

Inicialmente, o governo chinês utilizou o princípio de não interferência em assuntos internos de outros Estados para justificar os seus crescentes investimentos no Sudão, mesmo depois de o país ter sido considerado “patrocinador do terrorismo” pelos EUA (ARYA, 2009, p.68) e o presidente sudanês ter sido acusado, pela comunidade internacional, de inúmeros abusos contra os direitos humanos, como, por exemplo, raptos de crianças, recrutamento forçado, torturas, expulsão do povo *Nuer* das suas terras, uso da fome como instrumento de combate, etc.<sup>89</sup>.

Em meados de 1990, o presidente sudanês visitou Pequim e demonstrou interesse em realizar uma parceria com a China para desenvolver o setor petrolífero do seu país. Como forma de atingir seus objetivos com relação ao fornecimento desse recurso energético, o governo chinês iniciou,

---

<sup>89</sup> FERREIRA, 2000, p.31.

então, uma série de investimentos na construção da infraestrutura necessária para extrair, transportar, processar e exportar o petróleo. Teve início, assim, o aumento da presença da China no setor petrolífero sudanês.

### **A China e o petróleo sudanês**

O envolvimento do país asiático com o petróleo sudanês foi intensificado quando a estatal chinesa CNPC comprou 40% das ações da *Greater Nile Petroleum Operating Company* (GNPOC), a maior petrolífera do Sudão<sup>90</sup>. Essa empresa tem a concessão para explorar três blocos petrolíferos (1, 2 e 4) no Sul do país, mais precisamente nas áreas de Unity e Cordofão do Sul. De acordo com a EIA, a capacidade total desses poços é estimada em 450 mil barris/dia, porém o pico da produção anual, até o momento, ocorreu em 2006, com 270 mil barris/dia. Em 2008, o total produzido caiu para 210 mil barris/dia, e, em curto prazo, a produção desses poços tende a continuar em declínio.

A CNPC comprou, também, 41% das ações da Petrodar, segunda maior petrolífera sudanesa, que tem a concessão de exploração dos blocos 3 e 7, em Upper Nile, na região Sul. Além das ações adquiridas pela CNPC, os chineses contam, por meio da estatal Sinopec, com mais 6% das ações da Petrodar<sup>91</sup>, contabilizando o total de 47% das ações dessa empresa sudanesa. Segundo a EIA, esses poços têm reservas estimadas em 460 milhões de barris e produziram, em 2008, cerca de 200 mil barris/dia. Há estimativas de que a produção aumente em 50 mil barris/dia, em 2010, porém alguns analistas afirmam que esse acréscimo somente será possível se o projeto de infraestrutura para escoar a produção, incluindo 1.392 km de oleodutos até o Porto do Sudão, estiver operando de acordo.

Ainda com relação ao crescimento da presença chinesa no setor petrolífero sudanês, é interessante ressaltar que a China tem participação na exploração de outros três blocos. A *Red Sea Petroleum Operating Company* (RSPOC), que detém a concessão para exploração do bloco 15, em águas

---

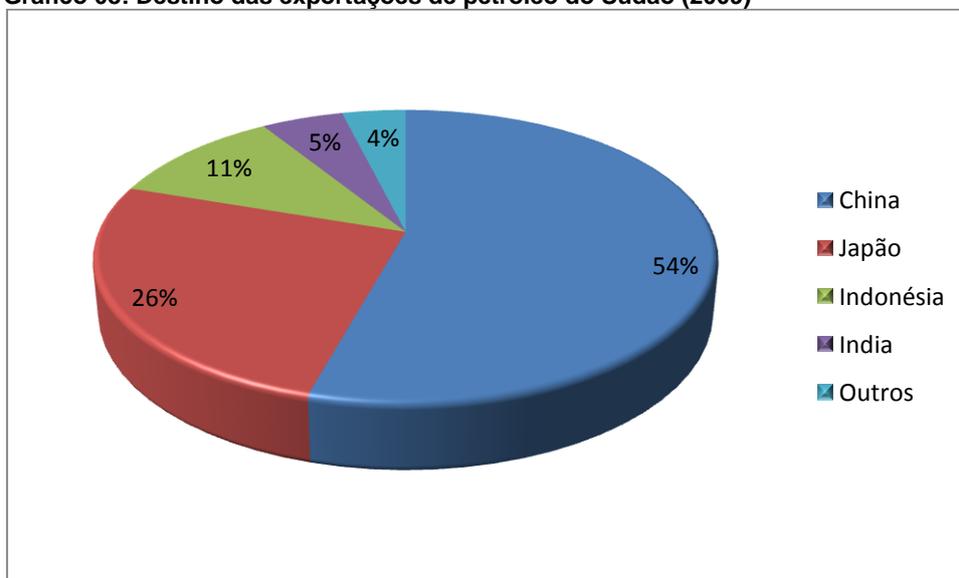
<sup>90</sup> Para informação sobre as demais empresas que compõem esse consórcio, ver anexo II.

<sup>91</sup> *Ibidem*.

profundas, está dividida entre CNPC (35%), Petronas (35%), Sudapet (15%), Express Petroleum & Gas (10%) e Hi-Tech (5%). Além disso, a CNPC possui 95% da CNPCIS, que controla o bloco 6, na região Oeste<sup>92</sup>, assim como um acordo com o governo sudanês para exploração do bloco 13, *offshore*, localizado no Nordeste sudanês<sup>93</sup>.

No que tange às exportações de petróleo, dados da EIA apontam que o Sudão, em 2008, produziu aproximadamente 480 mil barris de petróleo por dia, consumindo apenas 86 mil barris/dia. O restante, ou seja, 394 mil barris/dia, foram exportados para o mercado asiático, especialmente para a China, que foi responsável pelo consumo de 54% (214 mil barris/dia) desse total. O Japão foi o segundo maior consumidor do petróleo sudanês, importando 26% da produção sudanesa (102 mil barris/dia), e a Indonésia, terceiro maior parceiro no período, importou 11% da produção (43 mil barris/dia). A Índia comprou 5% da produção (19,7 mil barris/dia), e os demais 4% (15,3 mil barris/dia) foram importados para outros países asiáticos, como Coreia do Sul, Taiwan, Tailândia e Malásia (gráfico 08).

**Gráfico 08: Destino das exportações de petróleo do Sudão (2009)**



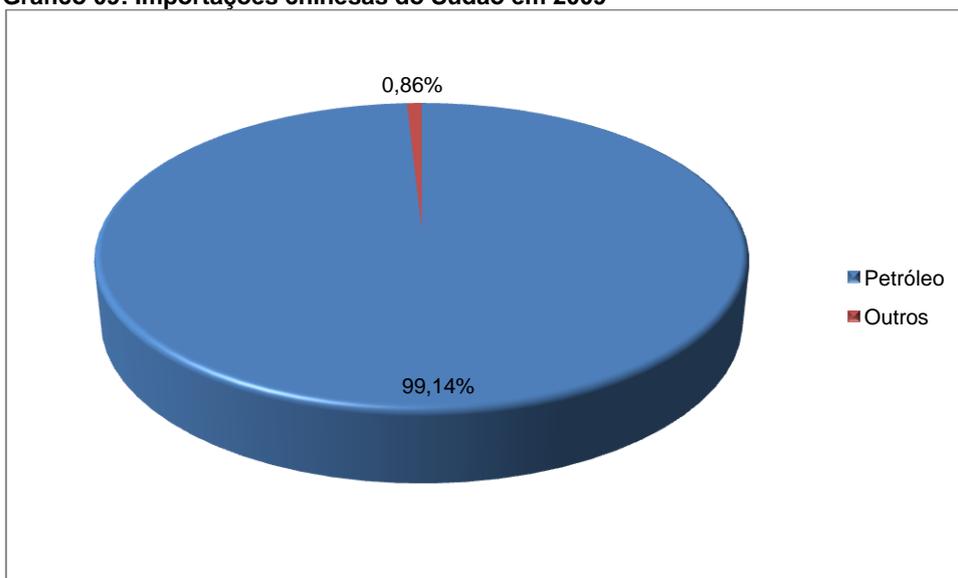
Fonte: EIA, 2010.

<sup>92</sup> Idem.

<sup>93</sup> Ver mapa com a localização dos mapas petrolíferos do Sudão no anexo III.

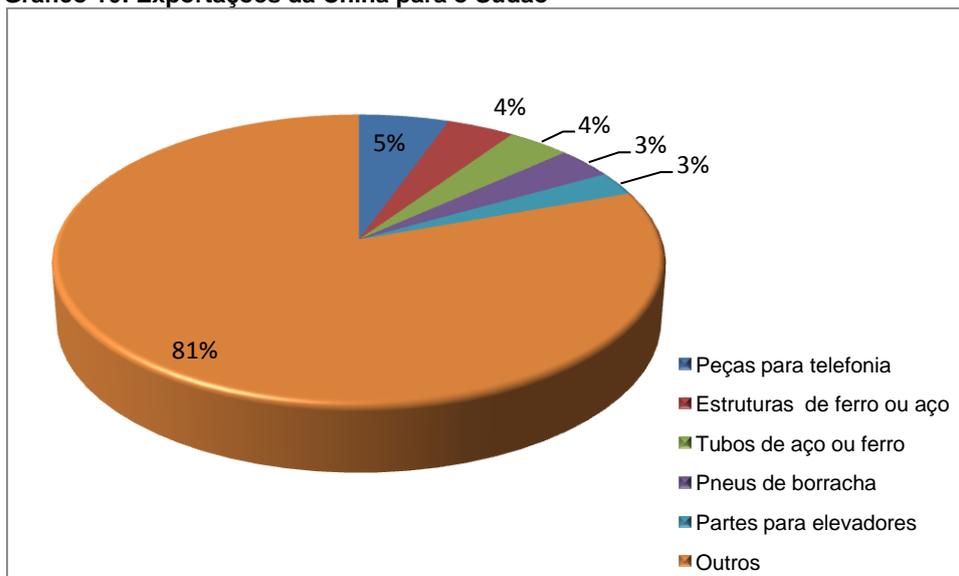
Ao analisar o total de transações comerciais realizadas entre a China e o Sudão, percebe-se que o petróleo é o principal elemento do comércio sino-sudanês. Em 2009, do total de 4,66 bilhões de dólares importados pela China do Sudão, 99,14% (4,62 bilhões de dólares) foram referentes à compra de petróleo e 0,86% (40 milhões de dólares) dividiram-se em uma série de outros produtos como couro, algodão cru, resíduos e sucata de cobre, entre outros (gráfico 09).

**Gráfico 09: Importações chinesas do Sudão em 2009**



Fonte: Tralac, 2010.

No que tange às exportações da China para os sudaneses, nota-se uma grande diversificação de produtos manufaturados. Os cinco principais produtos comercializados representam apenas 19% (330 milhões de dólares) do volume total exportado em 2009, que chegou a 1,7 bilhão de dólares. Os 81% restantes, ou 1,37 bilhão de dólares, estão distribuídos em uma grande variedade de outros produtos (gráfico 10).

**Gráfico 10: Exportações da China para o Sudão**

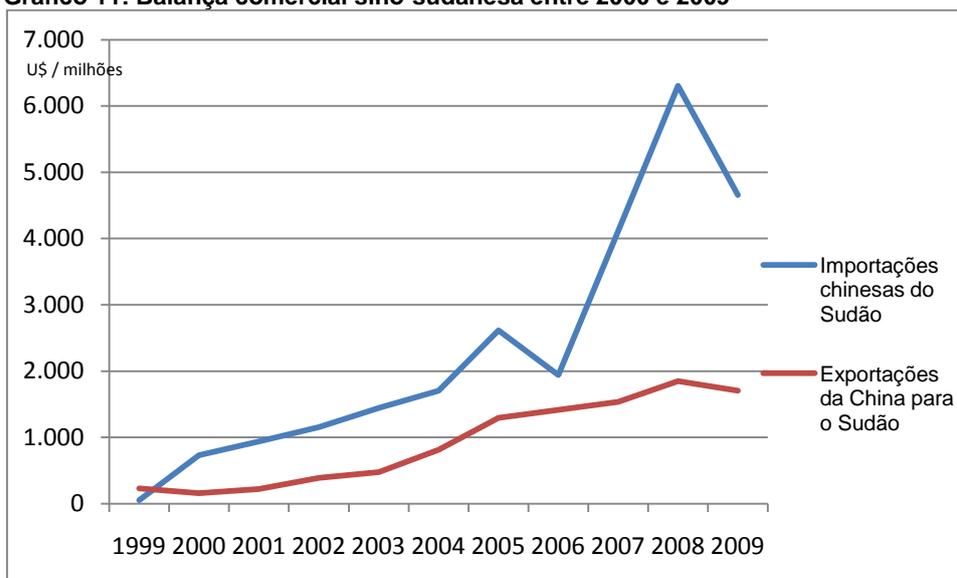
Fonte: Tralac, 2010.

Analisando a balança comercial entre os dois países no período de 1999, quando o Sudão começou a exportar petróleo, até 2009, percebe-se que desde 2000 há superávit para os sudaneses, devido ao crescente volume de importações chinesas de petróleo (tabela 06). O gráfico 11 permite visualizar mais claramente o superávit em favor dos sudaneses, com ápice em 2008, com o total aproximado de 6,3 bilhões de dólares em exportações para a China e apenas 1,8 bilhão de dólares em importações.

**Tabela 06: Balança comercial sino-nigeriana entre 1999 e 2009**

Ano	Importação China – Sudão (U\$ x milhões)	Exportação China-Sudão (U\$ x milhões)
1999	53	230
2000	732	158
2001	938	220
2002	1157	392
2003	1443	478
2004	1705	816
2005	2615	1294
2006	1941	1417
2007	4114	1536
2008	6302	1850
2009	4659	1704

Fonte: Tralac, 2010.

**Gráfico 11: Balança comercial sino-sudanesa entre 2000 e 2009**

Fonte: Tralac, 2010.

PATEY (2010) alerta para o risco de os sudaneses enfrentarem a chamada “doença holandesa”, pois o aumento na entrada de moeda estrangeira no país africano, proveniente das exportações do petróleo, pode ocasionar a sobrevalorização da moeda nacional e, conseqüentemente, queda da competitividade dos produtos manufaturados domesticamente em relação aos produtos estrangeiros. Dessa forma, o já enfraquecido setor industrial sudanês tende a se defrontar com mais esse obstáculo para se desenvolver.

Outro fator importante para a análise da presença chinesa no setor petrolífero do Sudão é a relação de dependência que a economia sudanesa vem desenvolvendo das exportações de petróleo e, por conseguinte, da parceria com a China. Em 2008, o petróleo representou 95% das receitas de exportação e 60% das receitas do governo central sudanês<sup>94</sup>, e, no mesmo período, a China foi o destino de 54% das exportações do setor petrolífero. Ora, se a economia sudanesa demonstra ser altamente dependente do petróleo e mais da metade das exportações desse produto é destinada aos chineses, pode-se concluir que o bom andamento das finanças sudanesas, pelo menos nesse momento, está fortemente relacionado com a parceria entre o governo sudanês e o país asiático. A China é um parceiro-chave para a

<sup>94</sup> FMI Country Report, n.09/218, julho 2009.

economia sudanesa; no entanto, o inverso não é verdadeiro. De acordo com a EIA, o Sudão forneceu por volta de 6% do petróleo consumido na China em 2008, enquanto países como Angola e Arábia Saudita foram responsáveis por cerca de 15% e 20%, respectivamente.

O vínculo no âmbito econômico reflete-se na relação política entre os dois países. Em 2006, o agravamento da crise civil na região de Darfur – que colocou em risco os investimentos chineses no setor petrolífero, assim como intensificou a pressão internacional por um posicionamento mais ativo do governo chinês – fez com que Pequim interferisse diretamente no assunto, solicitando a autorização do governo central sudanês para a entrada de uma força de paz no Sudão, organizada pelas Nações Unidas em conjunto com a União Africana. Nesse caso, a parceria econômica com o país asiático foi um fator relevante para a decisão de al-Bashir de atender ao pedido da China e aceitar a missão de paz no seu território.

### **Acordo Geral de Paz (CPA)**

O final da década de 1990, além de ter sido marcado economicamente pelo início das exportações de petróleo, também contou com mudanças na política interna e externa no Sudão. No que tange à política interna, durante o ano de 1999, rivalidades pessoais entre o presidente Omar al-Bashir e o ideólogo do regime e líder do Parlamento Hassan al-Turabi resultaram na dissolução do Legislativo, suspensão da Constituição, declaração de Estado de Emergência e expulsão de al-Turabi do governo<sup>95</sup>. Com relação à política externa, o governo de al-Bashir percebeu que a ideologia islâmico fundamentalista prejudicava as relações exteriores do país e, assim, o presidente tratou de reduzir tal discurso, facilitando a cooperação regional e, também, o diálogo com os Estados Unidos.

O maior envolvimento do Sudão na comunidade internacional trouxe não apenas vantagens como acordos regionais e o restabelecimento das relações

---

<sup>95</sup> Ao ser expulso do governo, al-Turabi fundou o Partido do Congresso Popular (PCP) e o Movimento Justiça e Igualdade (JEM) na região de Darfur, em oposição ao governo de al-Bashir.

diplomáticas com o governo Bush, mas também grande pressão para que o governo sudanês desse um fim à guerra civil no país. Assim, em 2002, foi iniciada uma série de negociações entre o governo central e os rebeldes do Sul – representados pelo grupo SPLM/A –, que culminaram na assinatura do Acordo Geral de Paz (CPA), em Naivasha, no Quênia, no dia 09 de janeiro de 2005.

Esse acordo, assinado sob a égide da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)<sup>96</sup>, teve apoio imediato dos chineses, como se pode perceber nas palavras do seu embaixador no Sudão: “A China apóia plenamente o CPA, visando estabelecer a paz, a unidade e o desenvolvimento do Sudão (...)”<sup>97</sup>.

O CPA é um acordo complexo e ambicioso, que visa estabelecer a paz por meio de correções do desequilíbrio histórico na divisão do poder e dos recursos econômicos. Seus protocolos, que incluem questões relacionadas a Estado e religião, autodeterminação, divisão de poder, recursos econômicos e segurança proporcionaram à região Sul do país maior autonomia econômica e política, baseando-se no modelo “um país, dois sistemas”.

O Sudão passou a ter uma autoridade central – Governo da Unidade Nacional (GONU) – e um governo semiautônomo para a região Sul, intitulado Governo do Sul do Sudão (GOSS), sediado em Juba. O governo central ficou responsável pelos quinze países do Norte e, sob a jurisdição do GOSS, ficaram os outros dez países do sul. De acordo com SCHAFER (2007), os dois governos estão ligados especialmente por instituições como a Corte Constitucional, o Banco Central, o Conselho de Defesa e o gabinete do primeiro vice-presidente, o qual também é presidente do GOSS. Ficou estabelecido que o presidente pode ser proveniente de qualquer uma das duas

---

<sup>96</sup> O organismo sub-regional IGAD – Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento – é formado por sete países: Eritreia, Etiópia, Djibuti, Quênia, Uganda, Sudão e Somália. Surgiu em 1986, com o intuito de coordenar estritamente os esforços dos países-membros no combate à seca e à desertificação. No entanto, durante a década de 1990, os organizadores decidiram revitalizar a IGAD e ampliar sua área de atuação, de modo que passasse a compreender três áreas prioritárias: prevenção de conflitos, gestão e assuntos humanitários; desenvolvimento de infraestrutura (transportes e comunicações); bem como segurança alimentar e proteção ambiental. <http://www.dfa.gov.za/foreign/Multilateral/africa/igad.htm>

<sup>97</sup> LARGE, 2008, p.12, tradução da autora.

regiões, dependendo da maioria dos votos nas eleições, e que, dos dois vice-presidentes, um precisa ser do Norte, e o outro, do Sul. O primeiro vice-presidente deve ser da região oposta à do presidente eleito nas urnas.

Referentemente à economia, o Acordo de Paz instituiu a divisão dos lucros provenientes da exportação do petróleo (50% para o Norte, 42% para o Sul e 8% divididos entre as províncias produtoras). No plano militar, foram estabelecidos dois exércitos distintos, um para cada território, apesar de já estar previsto um exército misto para as três regiões mais sensíveis: Abyei, Montanhas do Nuba e Nilo Azul<sup>98</sup>. Além disso, ficou acertada a adoção de uma nova Constituição nacional, incluindo a limitação da *sharia* para as comunidades muçulmanas do Norte, o agendamento de eleições para 2010, assim como um período interino de seis anos, depois do qual a população do Sul decidirá, por um referendo, se permanecerá fazendo parte de um Sudão unido ou optará pela independência total<sup>99</sup>.

Com relação à implementação dos compromissos assumidos em 2005, o GONU – sob o comando de al-Bashir, que venceu as eleições realizadas em abril de 2010 – tem sido acusado de não estar verdadeiramente empenhado em cumprir algumas demandas acordadas. As acusações de descaso podem ser percebidas, por exemplo, na recusa de al-Bashir em aceitar as conclusões da comissão criada para determinar as fronteiras de Abyei, que é uma das principais áreas produtoras de petróleo<sup>100</sup>. Além disso, o GONU foi acusado de não realizar o censo nacional corretamente e atrasar a delimitação das demais fronteiras Norte-Sul, ou seja, o governo de al-Bashir é suspeito de prejudicar

---

<sup>98</sup> Essas três regiões, apesar de majoritariamente africanas e cristãs, estão sob o controle do governo do Norte. Entretanto, o SPLM/A, apoiado pela população local, tem reivindicado o controle dessas regiões fronteiriças.

<sup>99</sup> Vale ressaltar que, pela primeira vez na história africana, um Acordo de Paz estabelece a possibilidade e o direito de secessão do território de um Estado estabelecido, confrontando, assim, a regra básica da Unidade Africana, a qual considera as fronteiras africanas indissolúveis.

<sup>100</sup> De acordo com Inverno e Prendergast, logo após a assinatura do CPA, foi criada a Comissão Abyei Limites (ABC), composta por cinco representantes de cada uma das duas partes e cinco especialistas internacionais. Foi acordado que, se os Comissários selecionados por ambas as partes chegassem a um acordo, as fronteiras de Abyei seriam determinadas por peritos internacionais e que essa seria definitiva e vinculativa. Os integrantes foram nomeados pelos Estados Unidos, o Reino Unido e IGAD, a pedido de ambas as partes. O ABC agiu rapidamente e apresentou suas conclusões ao GONU, em 14 de julho de 2005, que, porém, foram rejeitadas pelo presidente al-Bashir. A determinação da fronteira teve de ser encaminhada, assim, para uma arbitragem internacional.

<http://www.enoughproject.org/publications/peace-rocks-sudan%E2%80%99s-comprehensive-peace-agreement>

implementações cruciais para o sucesso do CPA, as quais se refletem no número de eleitores para as eleições nacionais e referendo de autodeterminação, assim como na repartição das receitas do petróleo.

Pode-se perceber que a assinatura do CPA e a instauração da paz entre Norte e Sul foi apenas o começo do desafio para os governantes sudaneses, pois a manutenção da situação pacífica entre as duas regiões somente será possível se os compromissos assumidos no Acordo de Naivasha forem colocados em prática. Ademais, os sudaneses precisam ampliar a paz para as outras regiões do país, especialmente para a província de Darfur, que enfrenta um grave conflito armado desde 2003.

### **A China e o Governo do Sul do Sudão (GOSS)**

Ao analisar os protocolos do CPA, percebe-se que a arquitetura política do Sudão mudou drasticamente após 2005. Dessa forma, os chineses, que até então mantinham uma relação exclusiva com o governo de Cartum, precisaram também buscar o apoio do novo governo do Sul do país. A maior autonomia da população do Sul de gerir seus recursos e a possibilidade de essa região se tornar independente a partir do referendo de 2011 trouxeram um grande desafio para a política externa chinesa, que precisa considerar os interesses dessa nova elite política para, assim, garantir seus próprios objetivos, nomeadamente os contratos para exploração de petróleo no Sul.

A aproximação da China com o novo governo do Sul sudanês começou com a visita de uma delegação do GOSS à Pequim, em 2005, na qual foi tratada uma possível cooperação e assistência econômica da China para a região. Em julho de 2007, o presidente do Sudão do Sul (e primeiro vice-presidente do Sudão), Salva Kiir Mayardit, realizou outra viagem à Pequim, dessa vez acertando um empréstimo de 300 milhões de dólares para a sua região. Em contrapartida, os chineses receberam a garantia de que os contratos para a exploração de petróleo seriam mantidos pelo GOSS<sup>101</sup> não

---

<sup>101</sup> LARGE, 2008, p.102.

apenas nos termos do CPA, como também no caso de secessão, em 2011. Depois da visita de uma delegação do governo chinês à Juba, durante agosto de 2007, um novo pacote de assistência econômica foi anunciado para financiar a construção de uma hidrelétrica e outros projetos de infraestrutura<sup>102</sup>.

Esse processo de aproximação entre a China e o GOSS sugere que o governo chinês reconhece a nova realidade política do Sudão, formalizada e desenvolvida com o CPA. Independentemente de ter apoiado o governo do Norte durante a guerra civil e da desconfiança que esse histórico gera em algumas autoridades do GOSS, a política externa chinesa parece estar se adaptando às necessidades dos novos atores políticos do Sul e, assim, garantindo as concessões para exploração de petróleo, mesmo em caso de secessão.

Além do desafio de alinhar os interesses do seu país com a maior autonomia sulista, os chineses enfrentam um desafio ainda maior no que se refere ao seu posicionamento com relação a Darfur. O início do embate armado nessa região trouxe para os chineses não somente a necessidade de defender seus investimentos no Sudão, mas também a de desenvolver uma estratégia que permita que a sua política externa, tradicionalmente embasada no princípio de não interferência, atenda a demanda da comunidade internacional por maior envolvimento nesse conflito.

Considerando as consequências da situação em Darfur para a realidade interna do Sudão, assim como a mudança que ela acarreta na relação sino-sudanesa, torna-se interessante que esse trabalho apresente um estudo mais aprofundado desse conflito, o qual já é caracterizado como desastre humanitário.

### **Conflito de Darfur**

O conflito de Darfur, além de estar relacionado com a histórica marginalização de Darfur pelo governo central, é também resultado das

---

<sup>102</sup> Ibidem.

negociações do CPA, iniciadas em 2002. Os estados fora do eixo Norte-Sul foram excluídos das discussões sobre o Acordo de Paz, pois os mediadores estavam receosos de que a inclusão de outras regiões fosse prejudicar o bom andamento das negociações. Dessa forma, o sentimento de descaso, associado à percepção de que a região Sul, por meio da luta armada contra o governo, foi capaz de obter maior divisão do poder e autonomia, incentivaram grupos rebeldes a atacarem postos governamentais no Oeste, dando início ao chamado Conflito de Darfur.

No início de 2003, postos governamentais situados na província de Darfur foram atacados por rebeldes que se dividiam em dois grupos – Movimento de Libertação do Sudão (SLM/A) e Movimento Justiça e Igualdade (JEM). Esses grupos protestavam contra a marginalização política sofrida pela região Oeste durante as negociações do CPA, e pretendiam sinalizar ao mundo que a assinatura do Acordo de Paz não seria suficiente para resolver a desigualdade social, política e econômica nas regiões fora do eixo Norte-Sul.

O nome Darfur significa “Terra dos Fur”, e refere-se à população fur, que forma uma das etnias predominantes na região. Além desse grupo étnico africano, outros dois, também de etnia africana, se destacam: os masalit e os zaghawa. Essas etnias se dedicam principalmente à agricultura e compartilham o território com vários grupos étnicos minoritários nômades de origem árabe. Nesse ponto é importante ressaltar que a variável religiosa não pode ser considerada para explicar as causas do conflito na região, já que a população darfuriana, apesar de formada por várias etnias, pertence, majoritariamente, à religião muçulmana.

Até a conquista turco-egípcia, no final do século XIX, essa região era governada por sultanatos independentes, nos quais as populações árabes e africanas conviviam em relativa paz. Em 1916, a região de Darfur foi incorporada ao Sudão por forças anglo-egípcias, porém a estrutura administrativa nativa foi mantida. Essa estrutura autóctone contava com autonomia para resolver questões sobre a alocação de terra para fins agrícolas ou de pastoreio e, também, para administrar os tribunais locais, como centros

de resolução de conflito. Entretanto, o autogoverno não se estendia para os assuntos socioeconômicos, os quais – tal qual ocorria em outras regiões periféricas do país – eram negligenciados pelo governo central.

Após a independência do país, na década de 1950, a marginalização das periferias foi perpetuada pelas elites políticas de Cartum, e, assim, os sulistas, os darfurianos, as populações do Leste e de alguns territórios do extremo norte (fronteira com o Egito) continuaram à parte das decisões políticas do país, sofrendo com a falta de recursos para desenvolver suas regiões.

Em 1971, o presidente Nimeiri aboliu o sistema de administração nativa e o substituiu por conselhos regionais, distritais e de áreas específicas. A partir de então, o Estado se tornou dono de todas as terras que não tinham proprietário privado, e, assim, foi destituído o poder dos chefes locais, que antes decidiam sobre o uso desses territórios. Essa medida do governo central trouxe muita incerteza para a população de região de Darfur e abriu espaço para a disputa tribal, já que uma localidade antes utilizada por uma tribo poderia, de acordo com o novo sistema, ser controlada por outra.

A disputa pelo controle das terras foi acirrada nos meados da década de 1980, durante a seca regional que transformou o solo arável em deserto e gerou, conseqüentemente, uma fome devastadora entre 1983 e 1984. Nesse período, um grande número de povos nômades árabes, do norte de Darfur e do Chade, se assentou na área de lavoura central, tradicionalmente dominada pela população agricultora. Essa situação gerou animosidade entre fazendeiros africanos e os nômades árabes, que, à procura de pasto, constantemente marchavam sobre as terras das fazendas, inutilizando-as. Grupos de lavradores árabes “que um dia haviam celebrado o retorno anual dos nômades árabes, cujos animais haviam fertilizado suas terras e ajudado a levar suas colheitas ao mercado, começaram a impedir a migração desses nômades” (POWER, 2004 apud BADMUS, 2006, p.325).

O governo central, envolvido na guerra com os sulistas, não prestou atenção nos conflitos da região Oeste, que, entre 1987 e 1989, presenciou uma brutal batalha entre os grupos de fazendeiros *fur* e os pastores árabes, com perdas humanas e materiais para ambos os lados. Estima-se que, nesse embate, mais de dois mil fazendeiros *fur* e quinhentos árabes foram assassinados, 40 mil cabeças de gado foram perdidas, além de quatrocentas vilas e centenas de tendas nômades terem sido queimadas<sup>103</sup>. Apesar da realização de uma Conferência Intertribal Local, em 1989, as recomendações para compensação e punição foram largamente desconsideradas, não resolvendo a tensão entre a população.

Autores como JOOMA (2006) e BADMUS (2008) consideram que a desertificação do solo, a fome devastadora e o subsequente embate pelo controle das terras aráveis contribuíram fortemente para o atual conflito de Darfur. No entanto, pode-se dizer que o elemento central para o desencadeamento da violência armada na região foi o fato de os darfurianos terem percebido a negligência com relação aos graves problemas de sua região durante as negociações do CPA. É possível perceber, assim, que as interpretações comumente divulgadas pela mídia, de que o conflito em Darfur é causado pelas diferenças étnicas da população, não consideram variáveis mais amplas e complexas da questão, como os fatores políticos e econômicos.

Conforme mencionado anteriormente, os grupos étnicos da região de Darfur – primordialmente árabes nômades e africanos sedentários – conviviam em relativa paz até a década de 1970. Tal qual ocorreu na guerra entre Norte e Sul, a identidade étnica somente se tornou fator de mobilização em Darfur quando o Estado falhou em promover uma identidade nacional coesa, com políticas voltadas para resolver as incertezas com relação à divisão de terras e à grave situação de subdesenvolvimento da região. JOOMA destaca que “na essência, o conflito em Darfur emana da governança fraca, que afeta todo o Sudão” (2006, p.1, tradução da autora).

---

<sup>103</sup> BADMUS, 2008, p.325

Dentro desse contexto, os principais grupos rebeldes de Darfur, SLM/A e JEM, percebendo que várias demandas dos sulistas haviam sido atendidas após o embate armado contra Cartum, resolveram também levantar armas contra o governo central a partir de 2003. Inicialmente, o governo de al-Bashir menosprezou os insurgentes darfurianos, porém, diante do agravamento dos conflitos na região e da ameaça que essa situação gerava para sua própria hegemonia, Cartum optou por utilizar milícias regionais, intituladas *Janjaweed*, para reforçar o trabalho das Forças Armadas nacionais no combate contra os rebeldes. Essas milícias, formadas principalmente por grupos nômades árabes de Darfur, receberam armamentos do governo central, assim como liberdade para agirem de acordo com as suas próprias normas<sup>104</sup>.

O resultado das ações praticadas pelas milícias e forças militares sudanesas na Província de Darfur foi devastador. Vilas nas regiões dominadas pelos rebeldes foram saqueadas e incendiadas, mulheres foram estupradas e homens assassinados, centenas de milhares de sobreviventes foram forçados a fugir para a vizinha República do Chade, enquanto muitos continuam deslocados internamente no Sudão. Apesar de não haver consenso sobre a estimativa de mortes geradas pelo conflito de Darfur, a ONU calcula a soma de 300 mil mortes e três milhões de refugiados desde o começo dos conflitos, em 2003<sup>105</sup>. Um relatório das Nações Unidas classificou as ações do governo central do Sudão e das milícias *Janjaweed* da seguinte forma:

“(...) o governo do Sudão e as milícias Janjaweed são responsáveis por sérias violações nos direitos humanos internacionais (...). A Comissão aponta que as forças governamentais e as milícias conduziram ataques indiscriminados, incluindo morte de civis, tortura, desaparecimentos, destruição de aldeias, estupro e outras formas de violência sexual, pilhagens e deslocamentos forçados, em todo o Darfur. Esses atos foram executados em bases amplas e sistemáticas e, portanto, podem ser considerados crimes contra a humanidade.” (NAÇÕES UNIDAS, 2005, p.3, tradução da autora).

---

<sup>104</sup> BADMUS, 2008, p.327.

<sup>105</sup> CENTRO DE NOTÍCIAS DAS NAÇÕES UNIDAS, ICC sends Sudan's failure to honour arrest warrants to Security Council. Disponível em: <http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=34819&Cr=darfur&Cr1=&Kw1=darfur&Kw2=&Kw3=>. Acesso em 02 agosto, 2010.

## Iniciativas das Nações Unidas e da União Africana em Darfur

Tendo em vista o grande número de mortes e o grau da violência e sofrimento imposto à população de Darfur, organizações multilaterais e regionais têm-se mobilizado na busca por uma solução para o conflito armado na região. Em julho de 2004, a União Africana (UA) iniciou sua estratégia de apoio, com negociações para o Acordo de Cessar-fogo Humanitário, o qual foi assinado em 08 de abril, na cidade de N'Djamena, na República do Chade. No intuito de monitorar o acordo, foi criada a Missão da União Africana no Sudão (AMIS), que chegou contar, em 2005, com 6.171 militares e 1.560 policiais.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas também se manifestou com relação à grave situação dos darfurianos. Por meio da Resolução 1556<sup>106</sup>, que computou treze votos a favor e a abstenção da China e do Paquistão, o Conselho convocou o governo do Sudão a desarmar as milícias *Janjaweed* e prender seus líderes e associados, os quais tinham violado os direitos humanos e cometido atrocidades na região de Darfur. Essa resolução requisitou, ainda, que o governo central voltasse às negociações com os grupos SLM/A e JEM, além de estabelecer um embargo de armas aos atores não estatais da região. O Conselho de Segurança ameaçou Cartum com medidas mais severas, caso o governo de al-Bashir falhasse em executar os passos necessários para dar fim à violência e às atrocidades contra a população civil da região.

Em 2005, o Conselho criou, por meio da Resolução 1590<sup>107</sup>, a Missão das Nações Unidas para o Sudão (UNMIS), que se destinava a ajudar na implantação dos compromissos assumidos no Acordo de Paz entre Norte e Sul, e, também, reprimir a violência em Darfur. A missão foi estabelecida por um período de seis meses e contou com 10 mil militares e 715 policiais.

Mesmo com a pressão da comunidade internacional, Cartum não demonstrou o esforço necessário para deter a violência em Darfur. Assim, o

---

<sup>106</sup> <http://www.un.org/News/Press/docs/2004/sc8160.doc.htm>

<sup>107</sup> <http://www.un.org/News/Press/docs/2005/sc8343.doc.htm>

Conselho, por meio da Resolução 1591<sup>108</sup>, resolveu intensificar sua ação na região, fortalecendo o monitoramento do embargo de armas; congelando os bens dos sudaneses suspeitos da prática de crimes de guerra; impondo sanções e restrições de viagens a líderes de milícias e a oficiais militares do governo sudanês que controlam tais líderes; e buscando o julgamento de tais indivíduos no Tribunal Penal Internacional. De acordo com BADMUS (2008), apesar dessas medidas punitivas, essa resolução das Nações Unidas pouco contribuiu para impedir o fluxo de armas dentro do país e para deter a resposta desumana de Cartum à insurgência em Darfur.

A União Africana, por sua vez, continuando os esforços para gerar um acordo mais duradouro do que o cessar-fogo, promoveu novas negociações, que resultaram no Acordo de Paz de Darfur (DPA). Esse acordo, no entanto, foi assinado por apenas uma das facções do SLM/A, representada por Minni Arkoi Minnawi. Dessa forma, além de não promover a paz na região, o DPA ainda acabou causando certo agravamento da situação, já que aos embates entre rebeldes e governo foram somados novos conflitos entre rebeldes signatários do DPA e os não signatários. Com o fracasso do Acordo de Paz, as Nações Unidas decidiram expandir a ação da UNMIS para Darfur (Resolução 1706)<sup>109</sup>, reforçando as tropas para um total de 17.300 militares e 3.300 policiais civis. Vale salientar que, na votação dessa resolução, a China, mais uma vez, mostrou seu alinhamento com o governo de al-Bashir, ao se abster na votação, juntamente com a Rússia e o Catar.

Em julho de 2007, o Conselho de Segurança autorizou – dessa vez contando com o voto favorável dos chineses – o estabelecimento de uma Operação Híbrida UA e ONU em Darfur (Resolução 1769), referida pela sigla UNAMID. O mandato inicial era de 12 meses, porém, com a continuidade do conflito na região, esse período foi sendo ampliado. Recentemente, em julho de 2010, o Conselho estendeu o mandato da UNAMID até julho de 2011<sup>110</sup>.

---

<sup>108</sup> <http://www.un.org/sc/committees/1591/index.shtml>

<sup>109</sup> <http://www.un.org/News/Press/docs/2006/sc8821.doc.htm>

<sup>110</sup> [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1935\(2010\)](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1935(2010))

## A China em Darfur

Até meados da década de 2000, a China alegava que os conflitos armados eram uma questão interna a ser resolvida pelo governo e o povo sudanês, optando, assim, por se abster nas votações de diversas resoluções do Conselho de Segurança, ou, até mesmo, impedindo que sanções econômicas fossem votadas, fazendo uso da ameaça de veto. O governo chinês insistia em que exercer pressão política e econômica sobre o governo central seria contraprodutivo para o país africano. TULL (2006) salienta que, ao rejeitar as tentativas do Conselho de Segurança de sancionar economicamente os sudaneses, a China pretendia, principalmente, defender seus próprios interesses na região, pois as sanções colocavam em risco o fornecimento de petróleo e os investimentos realizados no país. Além disso, a situação conflituosa e instável em Darfur acabava favorecendo a presença chinesa no país africano, já que mantinha as multinacionais ocidentais fora das negociações.

O agravamento do conflito em Darfur, principalmente após 2006, trouxe mudanças para a política externa chinesa. Nesse período, o conflito se espalhou por toda a fronteira com a República do Chade, ameaçando os investimentos realizados pelos chineses na região. Associado aos riscos econômicos, o governo de Hu Jintao percebeu que a estratégia de não interferência acarretava um custo significativo para a imagem do país junto à comunidade internacional<sup>111</sup>.

Assim, em 2007, ao votar a favor da Resolução 1769, os chineses demonstraram interesse em adotar uma abordagem mais flexível para sua política externa, a qual pudesse não apenas defender os seus interesses econômicos e garantir um bom relacionamento com os países africanos, mas, também, amenizar as críticas internacionais relacionadas à falta de um posicionamento mais ativo em desastres humanitários, como no caso de Darfur. Vale salientar que, apesar de votar em favor da UNAMID, o governo chinês utilizou o seu bom relacionamento com o governo do Sudão, a fim de

---

<sup>111</sup> KLEINE-AHLBRANDT e SMALL, 2008, p.46-47.

garantir que o presidente al-Bashir desse a sua anuência para a entrada da missão de paz no seu território, evitando, dessa forma, o uso da força bélica e possíveis acusações de desrespeito à soberania do país africano, em mais uma demonstração do *soft power* chinês. Resta saber se a parceria chinesa com organizações internacionais para diminuir o sofrimento da população em Darfur se ampliará no intuito de promover o êxito da implementação do CPA.

De acordo com os autores KLEINE-AHLBRANDT e SMALL (2008), o apoio incondicional a governos impopulares e repressivos parece estar sendo reavaliado pelas lideranças políticas da China. Nos últimos anos, os chineses vêm tentando equilibrar seus interesses econômicos com a responsabilidade que o seu novo papel como importante ator da política internacional exige. No caso do Sudão, ainda em 2007, a principal agência chinesa de planejamento econômico, em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores e com o Ministério do Comércio, publicou um documento anunciando que esse país africano havia sido retirado da lista de Estados preferenciais para investimento de empresas chinesas.

Apesar de a parceria comercial sino-sudanesa continuar prosperando, percebe-se que os chineses estão buscando outras fontes de recursos energéticos na região, no intuito de obter maior flexibilidade para o seu abastecimento interno<sup>112</sup>. Os recentes investimentos na Nigéria e em Angola, grandes produtores de petróleo na África, demonstram o interesse chinês em diversificar seus investimentos no setor.

---

<sup>112</sup> GILL et alli, 2007, p.14.

#### **4. A RELAÇÃO SINO-NIGERIANA**

A República Federal da Nigéria tornou-se independente da metrópole britânica em outubro de 1960. Nas quatro décadas seguintes, o governo nigeriano assumiu uma posição pró-Occidente, concentrando sua política externa nos EUA e países europeus. Com relação à política externa para a China, apesar de não ter havido um movimento de apoio a Taiwan, também não houve esforço dos nigerianos para aprofundar o relacionamento com o governo chinês até o início do governo de Olusegun Obasanjo, em 1999. É possível perceber, portanto, dois momentos distintos no relacionamento sino-nigeriano: o primeiro, entre 1960 e 1999, marcado pelo pouco entrosamento entre os dois governos; e um segundo período – de 1999 até os dias atuais –, quando a China passa a ter maior interação com o governo nigeriano, principalmente no âmbito econômico, com aumento significativo dos investimentos chineses no país africano, assim como do comércio entre os dois países.

O objetivo desse capítulo é o estudo do relacionamento político e econômico da China com a Nigéria, após o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1960, buscando identificar se a política externa chinesa para esse país segue um padrão utilizado para todo o continente, ou se apresenta características próprias. O capítulo está dividido em três partes: primeiramente serão apresentados dados fundamentais para a compreensão da realidade política, cultural e econômica da Nigéria; na segunda parte, tratar-se-á da relação sino-nigeriana entre 1960 e 1999; e finalmente, na última seção, haverá um estudo sobre o período entre 1999 e os dias atuais, incluindo a relação comercial, com ênfase no mercado petrolífero.

##### **República Federal da Nigéria**

A República Federal da Nigéria tem área total de 923.769 km<sup>2</sup> e está localizada na África Ocidental, fazendo fronteira com Golfo da Guiné, Benin,

Camarões, Chade e Níger<sup>113</sup>. De acordo com o Banco Mundial<sup>114</sup>, o país conta com um total aproximado de 154 milhões de habitantes, sendo considerado o oitavo país mais populoso do mundo e o mais populoso da África. A população nigeriana é composta por mais de 200 grupos étnicos, sendo os mais numerosos e politicamente influentes os hauçás-fulani, muçulmanos, localizados especialmente na região Norte; iorubás, cristãos, centrados predominantemente na região Sudoeste; e a etnia ibo, cristãos da região Sudeste. As duas principais religiões do país são muçulmana (50%) e cristã (40%)<sup>115</sup>.

O PIB, em 2009, foi estimado em 169 bilhões<sup>116</sup> de dólares, o terceiro maior da África, atrás somente da África do Sul e do Egito<sup>117</sup>. A economia do país é altamente dependente do setor petrolífero, o qual foi responsável, em 2008, por 95% das receitas de exportação e 65% da receita do governo<sup>118</sup>. A EIA estima que, em janeiro de 2010, a Nigéria possuía reservas petrolíferas de 37,2 bilhões de barris, as quais estão localizadas, principalmente, na região do Delta do Níger (*onshore*) e na região do Golfo da Guiné (*offshore*). O país é o maior produtor africano desse recurso energético, tendo produzindo 2,2 milhões de barris ao dia em 2009. Ademais, os nigerianos possuem as maiores reservas de gás natural da África, estimadas, em janeiro de 2010, em 5,24 trilhões de metros cúbicos.

Apesar das grandes reservas naturais e da alta receita proveniente da exportação desses recursos, o Banco Mundial aponta que, em 2009, o PIB *per capita* na Nigéria foi de apenas 1.092 dólares. Além disso, a expectativa média de vida é de 47,9 anos; menos da metade da população tem acesso a água potável; e no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2009, o país encontra-se na 158ª posição<sup>119</sup>.

---

<sup>113</sup> Para mapa político da Nigéria, ver anexo IV.

<sup>114</sup> <http://www.worldbank.org/>

<sup>115</sup> Banco Mundial. Disponível em < <http://www.worldbank.org/> >. Acesso em 01 de agosto de 2010.

<sup>116</sup> *Ibidem*.

<sup>117</sup> Central Intelligence Agency – CIA. Disponível em: < <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ni.html> > Acesso em 01 de agosto de 2010.

<sup>118</sup> EIA. Disponível em < <http://www.eia.doe.gov/cabs/Nigeria/Background.html> > Acesso em 01 de agosto de 2010.

<sup>119</sup> UNDP, Relatório de Desenvolvimento Humano 2009 – Disponível em < <http://www.hdr.undp.org> > acesso em 01 de agosto de 2010.

Para MTHEMBU-SALTER (2009), a grande discrepância entre a arrecadação do governo e o baixo índice de desenvolvimento humano da Nigéria está relacionada com sua longa instabilidade política e social. Como será estudado ao longo deste capítulo, os nigerianos sofreram seu primeiro Golpe de Estado em 1966, apenas seis anos após sua independência, e, a partir de então, enfrentaram uma sucessão de golpes militares que perduraram até a restauração da democracia, no final da década de 1990. O país, apesar de atualmente contar com um governo democrático, ainda enfrenta graves problemas como a corrupção; a falta de transparência nas instituições; a inexistência de um projeto de diversificação da economia – que possibilite o desenvolvimento de outros setores, como a indústria e a agricultura; entre outras políticas públicas que promovam a melhoria na qualidade de vida da população em geral.

### **Relação sino-nigeriana (1960 - 1999)**

Na década de 1960, o governo nigeriano pós-independência optou por priorizar a relação com o Ocidente, implicando em um comércio bilateral pouco significativo com os chineses, assim como baixa interação política entre os governos dos dois países. Nesse período, a economia nigeriana estava fortemente vinculada ao setor agrícola, que representava, em 1960, 64,1% do PIB do país e 90% das receitas de exportação do governo central<sup>120</sup>.

Conforme UTOMI (2008), os chineses, que nessa época enfrentavam seus próprios desafios econômicos e políticos, eram considerados um parceiro improvável para o desenvolvimento da Nigéria. A política externa chinesa era marcada pela ideologia e tinha como estratégia a busca de aliados contra o capitalismo e a influência ocidental, principalmente dos EUA – o qual era importante parceiro para os nigerianos. Nesse contexto, o governo chinês também não mostrou interesse em estreitar as relações com a Nigéria, como demonstra o fato de a Nigéria não estar incluída na lista dos dez países africanos visitados pelo premier chinês Zhou Enlai entre 1963 e 1964.

---

<sup>120</sup> ADEDIPE, 2004, p.1.

Em 1966, a Nigéria sofreu seu primeiro Golpe de Estado, levando ao poder o chefe militar Yakubu Gowon. A partir de então, os nigerianos enfrentaram uma sucessão de golpes militares, que perduraram até a restauração do regime democrático, no final da década de 1990. Pouco tempo depois de assumir o poder, em 1967, o presidente Gowon defrontou-se com uma guerra civil, na qual as províncias do Sudeste do país, formadas majoritariamente pela etnia ibo, lutavam pela separação da Nigéria e a proclamação da República de Biafra.

De acordo com MTHEMBU-SALTER (2009), a China apoiou publicamente a secessão das províncias do Sudeste. Um pronunciamento do então Ministro das Relações Exteriores, Chen Yi, vinculou o apoio chinês à proclamação da República de Biafra ao fato de a União Soviética estar apoiando o governo central nigeriano. No entanto, ainda de acordo com MTHEMBU-SALTER, esse posicionamento chinês parecia estar relacionado, especialmente, com a forte aliança chinesa com o governo da Tanzânia, que apoiava a secessão. Os chineses forneceram armamentos aos rebeldes, porém essa contribuição acabou não fazendo nenhuma diferença no resultado da guerra – que acabou em 1970, com a derrota dos insurgentes.

A política externa do governo de Gowon incluía a participação efetiva do país em organizações internacionais e regionais, como as Nações Unidas e a Organização da Unidade África (OUA). A Nigéria teve sua vez como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, colaborando com o fornecimento de tropas para uma missão de paz no Zaire, em 1960. As relações diplomáticas com a China foram estabelecidas em 1971, no mesmo ano em que o governo nigeriano, juntamente com outros países africanos, votou a favor do assento permanente para a China no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em detrimento de Taiwan. A primeira visita oficial do presidente nigeriano à Pequim ocorreu apenas em 1974; todavia, essa viagem não teve maior relevância para a relação entre os dois países, já que dez meses após voltar à Nigéria, Gowon foi deposto da presidência pelo brigadeiro Murtala Ramat Mohammed.

No âmbito econômico, Gowon promoveu um plano de ação intitulado *The First National Development Plan*, que visava, além de fortalecer a economia agrícola, expandir o setor industrial do país. O governo envolveu-se intensamente nesse plano, já que o capital privado gerado localmente não era suficiente para o desenvolvimento do setor. Houve um crescimento significativo da indústria na composição do PIB nigeriano, aumentando de 4,8% para 8,2% em 1970<sup>121</sup>.

No início da década de 1970, a Nigéria se tornou membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e o petróleo substituiu o cacau, o amendoim e outros produtos agrícolas como principal produto de exportação. Por volta de 1975, esse hidrocarboneto já se havia tornado o centro da economia do país africano. Como consequência da falta de política desenvolvimentista, poucos nigerianos se beneficiaram da riqueza gerada pelos hidrocarbonetos; muitos decidiram abandonar o trabalho no campo e migrar para os centros urbanos, que estavam crescendo devido aos negócios gerados pelo setor petrolífero. A crescente migração enfraqueceu o setor agrícola do país e gerou problemas sociais nas zonas urbanas, como desemprego, criminalidade, entre outros.

Com relação à política interna, MELTZ (1991) ressalta que o governo de Gowon foi marcado pela corrupção em todos os níveis da vida nacional. Suborno e nepotismo faziam parte de um complexo sistema de clientelismo e, apesar de os governantes prometerem o fim da corrupção, a população tornou-se cada vez mais consciente dos abusos, por meio, principalmente, das revelações diárias na imprensa. O clima político deteriorou-se, culminando na deposição de Gowon com um Golpe de Estado em 29 de julho de 1975. O brigadeiro Murtala Ramat Mohammed assumiu a presidência, porém seu governo durou apenas alguns meses, pois o presidente foi assassinado, em fevereiro de 1976.

---

<sup>121</sup> Ibidem.

Olusegun Obasanjo assumiu, então, a presidência do país, prometendo restaurar o governo civil e melhorar a qualidade do serviço público. Economicamente, a Nigéria atravessava um momento positivo, devido, especialmente, ao grande volume das exportações petrolíferas. O setor industrial, apesar de enfrentar a escassa infraestrutura, continuava a crescer, com a fabricação de bens de consumo, a montagem de veículos e a produção de medicamentos como sabão, tintas, material de construção, etc. Ainda durante esse período, foi construída uma usina de aço em Ajaokuta, no estado de Kwara, e foram promovidos, pelo do Banco Mundial, projetos de irrigação em larga escala nos estados de Borno, Kano, Sokoto e Bauchi.

Com relação ao comércio com a China, MTHEMBU-SALTER (2009) salienta que Obasanjo demonstrou preocupação com o crescente desequilíbrio da balança comercial, já que a entrada de produtos manufaturados chineses estava aumentando progressivamente. Dessa forma, delegações do alto escalão de ambos os países trabalharam juntas entre 1978 e 1979, resultando em um pacote de ajuda chinesa para Nigéria, incluindo o envio de médicos, assim como de especialistas em agricultura, para ajudar no desenvolvimento de um novo modelo de produção agrícola. Contudo, o pacote de ajuda acordado, além de limitado, não reverteu o desequilíbrio da balança comercial.

Em 1979, foi aprovada a nova Constituição do país – baseada no modelo dos EUA –, na qual foram asseguradas, entre outras reformas, as eleições para presidência, Senado e Câmara dos Deputados. Entre julho e agosto de 1979, foram realizadas as primeiras eleições nacionais sob a égide da nova Constituição, e o presidente eleito, Sheru Shagari – do Partido Nacional da Nigéria (NPN) – assumiu o governo central. Cabe enfatizar que Obasanjo foi o primeiro governante militar do Estado nigeriano a transferir o comando do país para um governo eleito democraticamente.

Os nigerianos criaram grande expectativa em relação à Segunda República: o preço do petróleo continuava em alta e esperava-se que o lucro proveniente das exportações desse produto fosse utilizado para diversificar a economia e promover o desenvolvimento do país. Entretanto, o governo civil

não sobreviveu por muito tempo, pois o NPN não conseguiu formar uma base de apoio sólida no Senado e na Câmara, minando, assim, a possibilidade de uma autoridade central forte. Uma série de problemas sociais, acusações de corrupção e má gestão da economia do país ocasionaram a falta de confiança da população no governo democrático. Denúncias de fraude nas eleições, ocorridas em 1983, foram utilizadas como motivo para um novo golpe militar, que levou à presidência do país o general Muhammadu Buhari.

É importante ressaltar que, nesse mesmo período, a China começava a apresentar o resultado das políticas criadas pelo governo de Deng Xiaoping. Essa nova fase política e econômica da China ocasionou sua aproximação com o continente africano, principalmente na busca por parcerias para o abastecimento de hidrocarbonetos e outros recursos naturais. Contudo, a relação comercial e política com os nigerianos não apresentou, nesse período, um crescimento significativo.

Voltando à situação interna da Nigéria, um dos maiores problemas enfrentados pelo governo de Buhari foi a grande dívida externa do país, acumulada ao longo de décadas de má gestão econômica. Mesmo com a forte pressão do FMI para adoção de medidas que viabilizassem uma reestruturação na economia do país – com redução dos gastos públicos e restrições macroeconômicas –, a crise econômica continuou assolando os nigerianos e enfraquecendo o governo de Buhari. Dentro desse contexto, um novo golpe militar ocorreu em agosto de 1985, levando o general Ibrahim Badamasi Babangida à presidência.

Logo após assumir o governo, Babangida implantou o Programa de Ajuste Estrutural (SAP), apoiado pelo Banco Mundial, no intuito de resolver a caótica situação econômica do país. Nos dois primeiros anos, entre 1986 e 1988, uma série de medidas para redução de gastos públicos, assim como políticas para estimular o investimento estrangeiro na Nigéria, começaram a trazer alguns resultados positivos para a economia. No entanto, as medidas adotadas não foram suficientes para estabilizá-la: o preço do petróleo caiu no mercado mundial; a moeda nacional (naira) sofreu desvalorização em 1986,

1989 e 1990; assim como o número de desempregados aumentou drasticamente. No âmbito político, Babangida se comprometeu com o retorno gradual ao governo democrático, e novas eleições foram marcadas para junho de 1993. No entanto, o resultado do pleito foi anulado, e um novo governo militar estabeleceu-se no país, no mesmo ano, sob o comando do general Sani Abacha.

MTHEMBU-SALTER (2009) salienta que, durante o governo de Abacha, o colapso econômico se intensificou, o Parlamento foi dissolvido, governadores militares foram nomeados para todos os estados do país, assim como foram proibidas atividades políticas e qualquer tipo de oposição ao governo. Com relação à política externa, Abacha decidiu buscar fontes alternativas de ajuda econômica e de investimentos para o país, devido às imposições realizadas pelos países ocidentais no envio de recursos financeiros. Essa decisão levou ao início do contato nigeriano, ainda que modesto, com a China. Note-se que, nesse mesmo período, os chineses se depararam com o fim da sua autossuficiência de petróleo e buscavam formas de expandir, cada vez mais, as suas parcerias na África, especialmente com os países fornecedores do produto.

Em 1994, foi fundada a Câmara de comércio sino-nigeriana, aumentando o comércio bilateral entre os dois países. No ano seguinte, a empresa chinesa *China Civil Engineering Construction Corporation (CCECC)* venceu um contrato de 529 milhões de dólares para a reabilitação do sistema ferroviário da Nigéria. O *premier* chinês à época, Li Ping, visitou a Nigéria em 1997, assinando acordos para projetos de geração de energia, usinas de aço e exploração de petróleo. Contudo, a reabilitação das ferrovias e os acordos assinados pelo primeiro-ministro chinês nunca foram colocados em prática. A parceria sino-nigeriana, então, permaneceu estagnada até 1999, quando Olusegun Obasanjo, dessa vez eleito democraticamente, assumiu a presidência do país.

### **Relação sino-nigeriana de 1999 aos dias atuais**

Apesar de Obasanjo ter sido um governante militar entre 1976 e 1979, seu governo foi visto com grande expectativa pela população. Após o agravamento das medidas ditatoriais ocorridas no país, especialmente durante o governo de Abacha, os nigerianos clamavam por melhorias nos direitos humanos e nas liberdades políticas, assim como por uma liderança responsável, que conseguisse resolver a situação econômica e acabasse com a corrupção e a decadência institucional do país.

Ao assumir a presidência, Obasanjo garantiu melhorias na liberdade de imprensa e política, assim como nos direitos civis. O novo presidente também defendeu a luta contra a corrupção, estabelecendo a Comissão Independente contra Práticas Corruptivas (ICPC), com o intuito de receber e investigar denúncias da prática delituosa. Apesar das medidas visando o fortalecimento da imagem do governo junto à sociedade, o regime democrático de Obasanjo continuou sendo acusado de praticar o clientelismo e, também, de sustentar a corrupção em vários setores da vida pública.

No âmbito econômico, conforme relatório da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO)<sup>122</sup>, o governo central nigeriano optou pela privatização de grandes companhias siderúrgicas, mineradoras e petroquímicas. Além disso, criou um programa de consolidação bancária, o qual fortaleceu o setor financeiro e, assim, melhorou a capacidade estatal de conceder créditos ao setor privado. Na agricultura, houve um impulso rumo ao desenvolvimento, por meio do Programa Nacional Especial para Segurança Alimentar (PNESA), iniciado em 2001. Esse programa ofereceu tecnologias que permitiram aos pequenos produtores diversificar os seus sistemas de trabalho e aumentar a produtividade, propiciando o uso mais sustentável dos recursos naturais e ajudando no desenvolvimento das comunidades rurais. A China envolveu-se no PNESA enviando assessores técnicos, que foram colocados à disposição dos agricultores.

---

<sup>122</sup> [http://www.fao.org/fileadmin/user\\_upload/newsroom/docs/pathways.pdf](http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/newsroom/docs/pathways.pdf)

As políticas macroeconômicas tiveram alguns resultados positivos e, em 2006, a Nigéria conseguiu pagar 12 bilhões de dólares aos seus credores no exterior, praticamente acabando com a sua dívida externa. De acordo com o Banco Mundial, a economia do setor não petrolífero cresceu 9%, em média, entre 2003 e 2009. Em 2008, o setor agrícola voltou a apresentar uma porcentagem significativa do PIB (aproximadamente 40%) e empregou cerca de 70% da população ativa.

A despeito da evolução política, a Nigéria ainda convive sob forte tensão interna entre as regiões Centro-Norte – as quais produzem pouco petróleo, porém são compostas por grupos politicamente dominantes e recebem 87% da renda petrolífera – e os estados do Sul, produtores de petróleo, que ficam com apenas 13% dos lucros provenientes desse setor<sup>123</sup>. Dessa forma, a etnicidade acaba se tornando um fator de mobilização das etnias, as quais estão centradas ao sul do país (ibo, ogoni, ijaw) e reivindicam maior participação nos resultados das exportações petrolíferas. Assim como ocorre no Sudão, grande parte da mídia e muitos acadêmicos apontam os conflitos étnicos como causa dos conflitos internos na Nigéria; no entanto, uma análise mais aprofundada da situação mostra que importantes questões políticas e econômicas são os elementos centrais das insurgências.

Há diversos grupos rebeldes na região do Delta do Níger, os quais reclamam uma parcela maior das receitas provenientes da exportação do petróleo, assim como compensações pelos prejuízos ambientais causados pela exploração do petróleo. O Movimento para Emancipação do Delta do Níger (MEND) é o mais conhecido desses grupos, especialmente pela sua postura violenta contra empresas do setor petrolífero e suas instalações. Em 2006, o MEND começou a atacar instalações de petrolíferas e sequestrar seus funcionários estrangeiros, levando a uma redução na produção do petróleo e à grande insegurança por parte das multinacionais com relação à continuidade dos negócios no país.

---

<sup>123</sup> Ver anexo II para principais regiões de produção petrolífera.

No que tange à política externa, a busca por uma aproximação com os chineses pode ser percebida já no começo do governo de Obasanjo. Aparentemente, a motivação para essa estratégia rumo à Ásia está relacionada com a falta de resultados positivos provenientes do Consenso de Washington. Além disso, o governante nigeriano ficara bastante impressionado com o crescimento econômico chinês e a infraestrutura que conheceu na China, durante suas visitas ao país asiático. Em 2000, a Nigéria enviou representantes para o primeiro Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em Pequim, depois do qual foi assinado um contrato para a empresa chinesa CCECC construir uma vila em Abuja com cinco mil alojamentos, para abrigar os atletas dos Jogos Olímpicos da África. De acordo com UTOMI (2008), a construção dessa vila foi uma oportunidade de os chineses demonstrarem sua crescente cooperação com a África, em um cenário de alcance internacional. Ainda com relação aos investimentos chineses em infraestrutura, cabe salientar que, em 2002, as duas maiores empresas chinesas de fornecimento de equipamentos para o setor de telecomunicação, ZTE e Huawei, começaram ativamente o fornecimento de equipamentos e projetos de implantação de rede para os serviços fixos e sem fio na Nigéria.

A relação sino-nigeriana recebeu ainda mais atenção durante o segundo mandato de Obasanjo, que iniciou em 2003 e perdurou até 2007. Nesse período, o presidente nigeriano visitou Pequim duas vezes e garantiu concessões de vários blocos de petróleo de seu país para as companhias chinesas. Em 2005, o Banco da China financiou a construção de usinas de energia nos estados de Ogun (335 MW), Ondo (335 MW) e Kogi (138 MW)<sup>124</sup>. Além disso, em 2006, o presidente chinês Hu Jintao visitou Abuja e ofereceu 4 bilhões de dólares em ajuda para projetos de infraestrutura, e a China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) investiu 2,3 bilhões de dólares no setor petrolífero nigeriano<sup>125</sup>.

Para MTHEMBU-SALTER (2009), o elemento central da política do governo nigeriano em relação à China pode ser resumido como *oil for*

---

<sup>124</sup> FOSTER *et al*, 2009, p.25.

<sup>125</sup> Centre for Chinese Studies (CCS) in: <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/ENGLISH-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>

*infrastructure*, ou seja, em troca da concessão para a exploração dos blocos petrolíferos nigerianos, o governo de Obasanjo exigia o compromisso de investimento em projetos de infraestrutura no país. A primeira das três rodadas de licitações, realizadas dentro da estratégia *oil for infrastructure*, ocorreu em 2005, com 77 blocos de petróleo oferecidos e a maioria das empresas ocidentais ficando de fora, devido tanto ao direito de primeira recusa (RFR) dado aos chineses quanto à exigência de que o contrato fosse assinado em parceria com empresas nacionais. Nesse processo, somente 44 blocos foram concedidos, e, destes, praticamente a metade foi retirada, já que os ganhadores não cumpriram o prazo de pagamento. As empresas chinesas não deram lance, porque acreditavam, erroneamente, que já haviam assegurado as concessões em acordos anteriores com o governo nigeriano.

Durante a visita do presidente Hu Jintao à Abuja, em 2006, foi assinado um acordo no qual o governante chinês comprometeu as empresas estatais do seu país com a reabilitação da deteriorada rede ferroviária entre Lagos e Kano, na expectativa de receber a concessão de blocos de petróleo em futuras licitações. Ainda durante o ano de 2006, ocorreu outra rodada de licitações, na qual estavam autorizadas a concorrer somente as empresas dispostas a fazer investimentos significativos em projetos de infraestrutura no país. A estatal chinesa CNPC, utilizando o RFR, assegurou dois blocos (OPLs<sup>126</sup> 471 e 298) no Delta do Níger e outros dois (OPLs 732 e 721) na bacia do Lago Chade. Em contrapartida, a empresa chinesa se comprometeu a investir 2 bilhões de dólares para reabilitar a refinaria de Kaduna.

Em outubro de 2006, o governo nigeriano concedeu a construção da ferrovia Lagos-Kano, sem licitação, para a empresa chinesa CCECC. Inicialmente a obra foi orçada em 15,4 bilhões de dólares, porém essa cotação inicial foi reduzida para 8,3 bilhões de dólares, ficando, mesmo assim, muito acima do preço estimado pelo Banco Mundial. Embora estivesse planejado que a maior parte do projeto seria financiada pelo Banco de Exportação e Importação da China (EximBank), com um empréstimo apoiado nas

---

<sup>126</sup> OPL – Oil Production Licences.

concessões dos blocos de petróleo, houve também a exigência de pagamento em *cash* do governo nigeriano. Assim, um adiantamento no valor de 250 milhões de dólares foi realizado para a CCECC em janeiro de 2007<sup>127</sup>. Outro importante projeto de infraestrutura foi iniciado por Obasanjo, ainda no ano de 2006, garantindo um acordo com o governo chinês para construção de uma usina hidrelétrica de 2600 megawatts (MW) em Mambilla, no estado de Taraba. De acordo com MTHEMBU-SALTER (2009), Obasanjo vinculou o projeto da hidrelétrica com a concessão de blocos de petróleo para a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC), na rodada de licitações anunciadas para 2007.

Duas semanas antes de terminar o seu mandato como presidente, Obasanjo realizou a terceira rodada de licitações de blocos petrolíferos. A empresa chinesa CNPC recebeu o direito de primeira recusa (RFR) para um bloco, reafirmando sua promessa de investimentos na refinaria de Kaduna. Para a CNOOC, foi dado RFR para outros quatro blocos, vinculados ao empréstimo de 2,5 bilhões de dólares, realizado pelo governo nigeriano para o financiamento dos projetos da ferrovia Lagos-Kano e da hidrelétrica de Taraba. Apesar dos RFR, as empresas chinesas decidiram não realizar ofertas, devido à insegurança causada pela proximidade da rodada de licitações e o final do mandato de presidente nigeriano.

A busca do governo de Obasanjo por investimentos em projetos de infraestrutura vinha ao encontro da política chinesa para o continente africano, a qual centrava seus investimentos na obtenção de parcerias para o fornecimento de recursos naturais, mercado consumidor e apoio político – sem intervir na política interna dos países parceiros. No entanto, a estratégia do governo chinês teve de ser reelaborada, considerando que, no final do seu segundo mandato, Obasanjo tentou emendar a Constituição para concorrer ao terceiro mandato como presidente da Nigéria, mas não conseguiu aprovação do Legislativo. O novo presidente eleito tinha outra estratégia para conduzir os

---

<sup>127</sup> MTHEMBU-SALTER, 2009, p.3.

investimentos externos no setor petrolífero, a qual não incluía a troca do petróleo por projetos de infraestrutura.

As eleições, ocorridas em 21 de abril de 2007, elegeram Umaru Musa Yar'Adua, pertencente ao mesmo partido político de Obasanjo (PDP)<sup>128</sup>, como novo presidente da Nigéria. Apesar de as eleições terem sido consideradas fraudulentas e não terem recebido o endosso dos observadores dos EUA e da União Europeia, Yar'Adua foi empossado em 29 de maio de 2007.

Ao assumir o cargo, o novo governante passou a revisar os acordos do *oil for infrastructure*, o que resultou na suspensão ou no cancelamento de diversos contratos. MTHEMBU-SALTER (2009) ressalta que alguns desses acordos ainda podem ser reativados; contudo, esse processo somente ocorrerá se as parcerias estiverem em sintonia com a nova realidade política nigeriana. Embora Obasanjo e Yar'Adua pertençam ao mesmo partido político, o novo presidente vinha de um grupo étnico diferente. Enquanto Obasanjo é um iorubá, cristão, proveniente da região Sul, Yar'Adua era um muçulmano do Norte, pertencente à etnia fulani. A elite de apoio do novo governo, ao que parece, não concordará com a continuidade dos acordos realizados por Obasanjo enquanto eles próprios não estiverem beneficiados por tais contratos<sup>129</sup>.

Dessa forma, os contratos realizados entre o governo Obasanjo e os chineses para a realização dos projetos de infraestrutura – reabilitação da ferrovia Lagos-Kano e da refinaria de Kaduna, assim como a construção da usina hidrelétrica de Mambilla – foram suspensos até serem reanalisados. Além disso, Yar'Adua não assinou o acordo necessário para ativar o empréstimo de 2,5 bilhões dólares requisitado pela gestão anterior.

O projeto de reabilitação da ferrovia Lagos-Kano – para o qual a chinesa CCECC foi contratada sem licitação – foi suspenso pelo ministro de transporte, em maio de 2009, pois o atual governo não concorda que a CCECC seja a

---

<sup>128</sup> Partido Democrático Popular.

<sup>129</sup> MTHEMBU-SALTER, 2009, p. 3.

única responsável por projetar, fazer os cálculos da quantidade de material necessário, construir e fiscalizar o projeto. Em declaração à imprensa, o ministro sugeriu que, para o negócio com a CCECC sobreviver, é necessária uma renegociação substancial<sup>130</sup>. Representantes do governo informaram, ainda, que, para o projeto da hidrelétrica de Mambilla continuar, será necessária uma renegociação nas modalidades de financiamento. De acordo com MTHEMBU-SALTER (2009), não apenas os projetos de infraestrutura negociados com os chineses pela gestão de Obasanjo foram paralisados, como também as concessões para exploração dos blocos de petróleo estão sob ameaça. No começo de 2009, um comitê da Câmara dos Deputados sugeriu a suspensão da OPL 298, mantendo, ao que tudo indica, as OPLs 471, 721 e 732.

O governo pós-Obasanjo baseia sua política para o recebimento de investimentos externos em uma estratégia intitulada por MTHEMBU-SALTER de *oil for cash*, ou seja, prefere obter injeções de dinheiro no orçamento a negociar investimentos diretos em infraestrutura. Mesmo após o falecimento de Yar'Adua, em 05 de maio de 2010, o seu sucessor, Goodluck Jonathan, continuou a política de revisão dos antigos contratos de concessão para exploração de petróleo e, também, vem procurando desenvolver o setor petrolífero, por meio de parcerias para construção de novas refinarias no país. O governo de Hu Jintao, por sua vez, parece decidido a seguir os princípios ditados pelo novo governo, como demonstram investimentos recentes do país asiático na Nigéria.

Considerando os dados apresentados acima, percebe-se que o petróleo não é apenas o elemento central da economia nigeriana, mas também o é da relação comercial desse país africano com a China. Assim, torna-se relevante um estudo mais aprofundado sobre o desenvolvimento dessa indústria na Nigéria e, também, sobre o crescimento do envolvimento dos chineses nessa área.

---

<sup>130</sup> Jornal Punch disponível em: <http://www.punchng.com/Articl.aspx?theartic=Art200905034171287>, acesso em: 10 março 2010.

## A China e o petróleo nigeriano

A descoberta de jazidas de petróleo na Nigéria ocorreu no início do século XX. Porém, foi somente em 1937 que a concessionária Shell BP começou a sua busca de forma mais sistemática. A primeira descoberta comercial ocorreu em 1956, em Oloibiri, na região do Delta do Níger<sup>131</sup> e, dois anos mais tarde, o petróleo começou a ser exportado. Mesmo contando com quantidade escassa e rendimentos pouco significativos, os nigerianos percebiam grandes possibilidades de expansão econômica devido a esse produto, acentuando as rivalidades políticas na véspera da independência.

Como mencionado anteriormente, há diversos grupos rebeldes – formados, principalmente, pelas etnias ijaw e ibos, centradas na região Sul do país – lutando contra o governo e as companhias petrolíferas, no intuito de obter melhor distribuição da renda petrolífera e compensações pelos danos ambientais para as regiões produtoras. Nem mesmo a retomada da democracia, em 1999, foi capaz de estabilizar a tensão em torno da questão, e as cada vez mais frequentes ações dos grupos insurgentes têm ocasionado a queda da produção do setor e, conseqüentemente, a redução da receita do Estado.

Conforme PEREIRA (2006), mesmo sendo o maior país exportador de petróleo do continente africano, a capacidade de refino da Nigéria continua sendo insuficiente para suprir a demanda interna do produto, acarretando na necessidade de o país de importar petróleo refinado e seus derivados dos EUA e da Europa. As quatro principais refinarias do país, todas estatais, possuem capacidade para refinar 445 mil barris por dia; contudo, problemas de sabotagem, destruição, má administração e falta de manutenção fazem com que essa quantidade seja reduzida em praticamente 50%, diminuindo, conseqüentemente, as receitas provenientes desse setor.

A primeira refinaria de petróleo nigeriana, Port Harcourt I – localizada no estado de Rios, na região Sul do país – iniciou suas atividades no final de

---

<sup>131</sup> OPEC (2009) – Annual Statistical Bulletin 2009.

1965, com capacidade de 38 mil barris por dia, quantidade suficiente para atender as necessidades internas do país naquele período. Após ter suas operações interrompidas durante a guerra civil – entre 1967 e 1970 –, a refinaria voltou a operar com a capacidade expandida para 60 mil barris diários. Já naquele período, o total refinado não era o bastante para suprir a demanda da economia em crescimento, sendo necessário que quantidades substanciais do produto fossem refinadas pela multinacional Shell e, também, por países vizinhos como Camarões, Gana e Costa do Marfim.

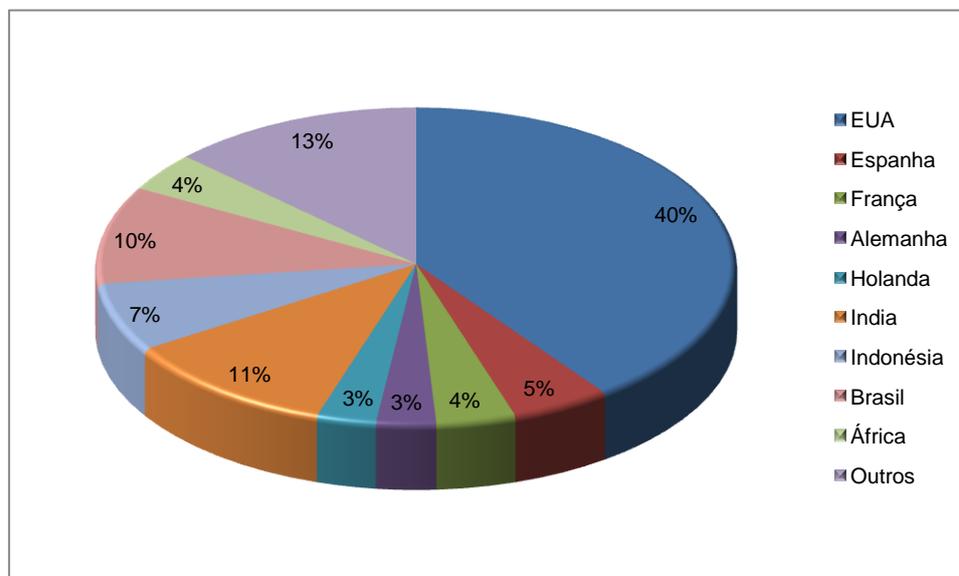
Ao longo da década de 1970, seguindo os princípios dos outros membros da OPEP, a Nigéria nacionalizou a indústria de petróleo, comprando participações das empresas petrolíferas que operavam em seu país. Em 1977, foi criada a Nigerian National Petroleum Company (NNPC), que acumula as funções de órgão regulador da indústria e estatal participante das operações de exploração, produção e refino petrolífero, por meio de *joint ventures* com multinacionais do setor. A NNPC possui 60% de participação em todas as parcerias, exceto no caso com a Shell, em que esse percentual é de 55%.

Em 1978, essa estatal foi responsável pela construção da segunda refinaria nigeriana, localizada na cidade de Warri, estado de Delta, e, em outubro de 1980, inaugurou, em Kaduna, no Centro-Norte do país, a terceira indústria de refino, com capacidade para produzir cerca de 100 mil barris por dia. Entretanto, devido à falta de manutenção, a sua capacidade de refinação real é estimada em apenas 70 por cento desse montante. A Port Harcourt II, quarta refinaria nigeriana, foi concluída em março de 1989.

Em 2009, os nigerianos produziram 2,2 milhões de barris de petróleo por dia, dos quais, de acordo com a EIA, 1,9 milhão de barris/dia foram destinados à exportação. A maior parte do petróleo nigeriano – 760 mil barris/dia (40%) – foi destinada aos EUA. No mesmo período, países europeus como Espanha, França, Alemanha e Holanda importaram, juntos, 285 mil barris/dia (15%); na Ásia, a Índia e a Indonésia importaram 342 mil barris/dia (18%); os brasileiros receberam 190 mil barris/dia (10%); para a África do Sul foram destinados 76 mil barris/dia (4%); e os demais 247 mil barris/dia, ou 13% das exportações,

foram distribuídos entre diversos países, em todos os continentes, nomeadamente Portugal, Itália, UK, China, Canadá, Peru, Senegal, Suíça, Áustria, Austrália, Suécia, Turquia, Japão, Taiwan, Nova Zelândia, Taiwan e Irlanda (gráfico 12).

**Gráfico 12: Destino das exportações nigerianas de petróleo (2009)**



Fonte: EIA, 2010.

No que tange à relação com os chineses, cabe mencionar que, até 1993, a China era autossuficiente na produção do petróleo. Porém, a partir desse período, devido ao grande crescimento da sua economia, o país asiático passou a necessitar de importações do produto, a fim de garantir o seu abastecimento interno. Nesse contexto, o estreitamento da relação sino-nigeriana passou a ser ainda mais significativo para o país asiático, considerando que a Nigéria é o maior produtor de petróleo no continente africano. FOSTER (2009) aponta que, em 2006, do total de petróleo importado pela China da África, apenas 3% foram provenientes da Nigéria. Os chineses, contudo, estão dispostos a continuar realizando investimentos no país, por meio de empresas como a Sinopec, a CNOOC e a CNPC, no intuito de aumentar sua participação no volume de petróleo exportado pelos nigerianos.

Em junho de 2009, a estatal chinesa SINOPEC – aderindo à estratégia do atual governo nigeriano para o setor petrolífero – pagou 7,2 bilhões de

dólares pela petrolífera canadense Addax, proporcionando aos chineses o controle de parte significativa das reservas petrolíferas nigerianas<sup>132</sup>. Outro grande acordo entre os dois países foi acertado em 2010, com a assinatura de um contrato entre a NNPC e a empresa China State Construction Engineering Corporation (CSCEC), para a construção de uma refinaria na Zona Livre de Lekki, no valor de 8 bilhões de dólares. Os chineses vão cobrir 80% dos custos, a NNPC, 20%, enquanto o governo de Lagos fornecerá terra e infraestrutura. Ainda dentro desse acordo, mais 23 bilhões de dólares serão investidos para a construção de outras duas refinarias nos estados de Bayelsa e Kogi<sup>133</sup> e uma petroquímica (ainda sem local definido). As três refinarias juntas serão capazes de processar 750 mil barris por dia e estão previstas para começarem a operar em cinco anos. De acordo com diretor-geral da NNPC, Sheru Ladan, a Nigéria pode economizar, anualmente, dez milhões de dólares nas importações de produtos refinados, enquanto as refinarias permitirão a criação de 20 mil empregos diretos e indiretos<sup>134</sup>.

Apesar de a quantidade de petróleo nigeriano importado pela China ser ainda pouco significativa, se comparada com o volume enviado pela Nigéria para os EUA e países europeus, esse produto tem grande representatividade no volume total de importações chinesas da Nigéria. Em 2009, o setor petrolífero representou 79% do total aproximado de 898 milhões de dólares importados pelos chineses da Nigéria. Além do petróleo, outro recurso energético, o gás natural, foi responsável por 13%, ou cerca de 119 milhões de dólares, das importações no mesmo período. Os demais 8% (67 milhões de dólares) das importações estão divididos em uma série de outros recursos naturais, como minérios, algodão, madeira, entre outros (gráfico 13).

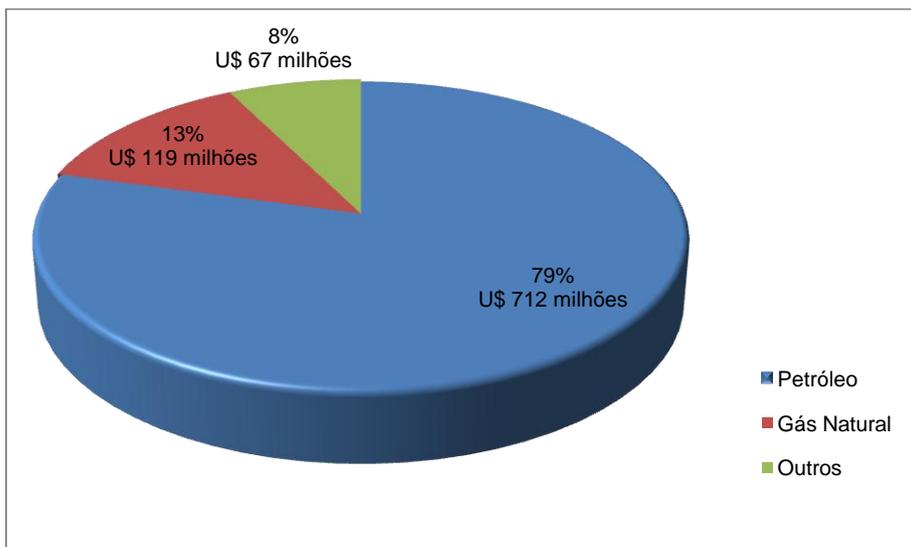
---

<sup>132</sup> MTHEMBU-SALTER, p. 9, 2009.

<sup>133</sup> BBC News, 6 de julho de 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/10527308>

<sup>134</sup> Jornal de Angola, 19 de maio de 2010. Disponível em:

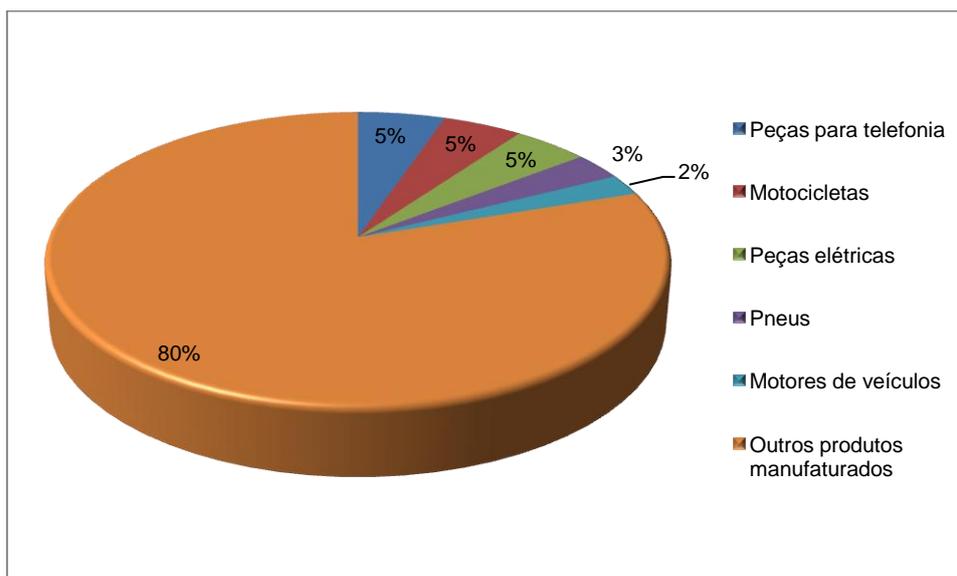
[http://jornaldeangola.sapo.ao/15/0/grupo\\_chines\\_financia\\_a\\_construcao\\_de\\_refinarias\\_de\\_petroleo\\_na\\_nigeria](http://jornaldeangola.sapo.ao/15/0/grupo_chines_financia_a_construcao_de_refinarias_de_petroleo_na_nigeria)

**Gráfico 13: Importações de produtos nigerianos pela China (2009)**

Fonte: Tralac, 2010.

Ao contrário do que ocorre com os nigerianos, que exportam basicamente recursos naturais para a China, as exportações dos chineses para a Nigéria estão centradas em uma série bem diversificada de produtos manufaturados. Como se pode observar no gráfico 14, os cinco principais tipos de produto representam apenas 20% do volume total de 5,47 bilhões de dólares exportados em 2009. Peças para o setor de telefonia representaram por volta de 5%, ou 286 mil dólares das exportações; motocicletas também representaram, aproximadamente, 5% do total exportado; e o mesmo percentual (5%) se aplica para peças elétricas. Pneus representaram 3%, ou 164 mil dólares; e motores de veículos foram responsáveis por cerca de 2% (125 milhões) do volume de exportações no ano de 2009. Os demais 80% das exportações, ou 4,4 bilhões de dólares, estão distribuídos em uma grande variedade de produtos como ar-condicionados, televisores, projetores, pequenas embarcações, inseticidas e fungicidas, perucas e produtos para cabelos, escavadoras, entre outros.

Gráfico 14: Exportação da China para Nigéria (2009)



Fonte: Tralac, 2010.

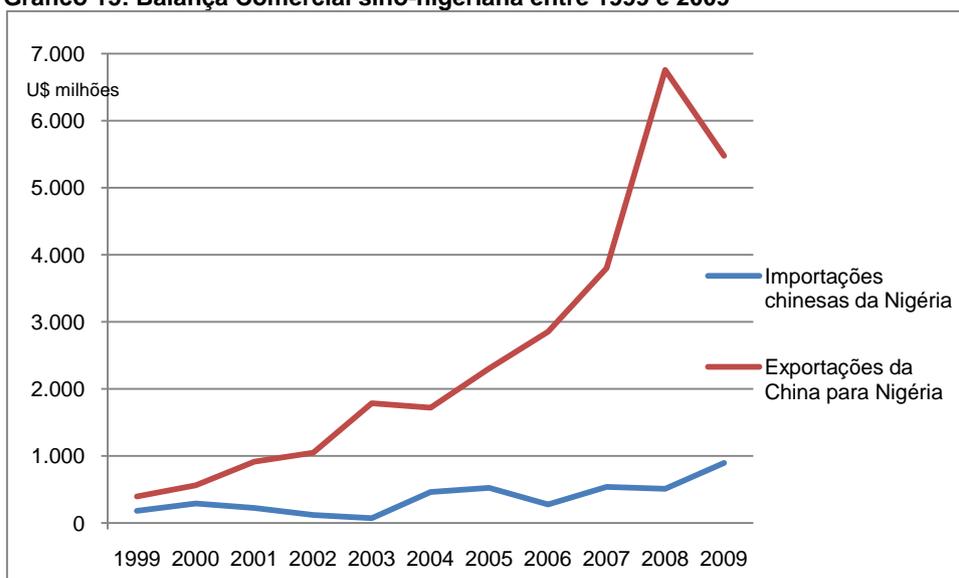
A balança comercial entre os dois países apresenta um superávit para os chineses, já que o volume de importações de petróleo e outros recursos ainda é pequeno, se comparado com as exportações de produtos à Nigéria. Na tabela 07, são apresentados os valores comerciados entre os dois países desde o início a aproximação sino-nigeriana, em 1999. O gráfico 15 permite visualizar mais claramente o supervávit em favor dos chineses, o qual teve seu ápice em 2008, com o total aproximado de 6.700 milhões de dólares em exportação e apenas 509 mil dólares em importações.

Tabela 07: Balança comercial sino-nigeriana entre 1999 e 2009

Ano	Importação China – Nigéria (U\$ x mil)	Exportação China-Nigéria (U\$ x mil)
1999	182,49	396,00
2000	292,93	563,88
2001	227,44	917,15
2002	121,31	1047,09
2003	71,68	1787,49
2004	462,58	1719,27
2005	527,06	2305,28
2006	277,75	2855,67
2007	537,49	3800,19
2008	509,92	6758,13
2009	898,23	5475,71

Fonte: Tralac, 2010.

**Gráfico 15: Balança Comercial sino-nigeriana entre 1999 e 2009**



Fonte: Tralac, 2010.

Com base nos dados acima, pode-se perceber que o total comercializado entre China e Nigéria é ainda pouco significativo, se comparado com o comércio realizado entre os chineses e outros países africanos como Sudão e Angola. Visando aumentar sua participação tanto na importação do petróleo nigeriano quanto no gigantesco mercado consumidor desse país africano, os chineses vêm realizando investimentos bastante significativos na Nigéria. Além dos investimentos já mencionados para o setor petrolífero, a China anunciou, também, uma parceria para a construção de uma Zona de Livre Comércio (FTZ) em Lagos. A primeira parte do projeto abrange uma área de 15 km<sup>2</sup> e prevê o investimento de 200 milhões de dólares da empresa chinesa CCECC e 67 milhões de dólares da nigeriana Lekki Global Investment Co.Ltd.<sup>135</sup>. Foi planejada a construção de redes elétricas, de estradas, assim como de centrais de fornecimento de água e sistema de tratamento de esgoto<sup>136</sup>. Após a conclusão da Fase I, prevista para 2014, a zona de livre comércio contará com um parque industrial apto para fabricar produtos têxteis, material de construção, assim como móveis e eletrodomésticos. Para as fases II e III, estão planejados o investimento de 5 bilhões de dólares, cobrindo uma área de 150 km<sup>2</sup>, para abrigar indústrias de produtos farmacêuticos, químicos, automotivos,

<sup>135</sup> TAYLOR, 2007, p. 632.

<sup>136</sup> <http://www.lfzdc.com/>

entre outros. Ao assinar o contrato para essa parceria, Chen Xiaoxing, responsável pela parte chinesa da FTZ, anunciou que, ao ser finalizado, esse projeto tem previsão de oferecer emprego para 300 mil trabalhadores nigerianos, além de facilitar o comércio dos produtos nigerianos com os mercados europeu e estadunidense.

Além dos altos investimentos realizados pelos chineses na Nigéria, a situação interna do país africano – com os constantes ataques de grupos rebeldes contra o governo e empresas petrolíferas – parece estar abrindo espaço para o aumento da presença chinesa no país. Empresas multinacionais ocidentais estão cada vez mais insatisfeitas com os prejuízos causados pelas investidas dos insurgentes e com os riscos de manter suas instalações nas regiões conflituosas. A anglo-holandesa Shell anunciou, em dezembro de 2009<sup>137</sup>, a intenção de vender alguns blocos petrolíferos na região do Delta Níger, pelo valor aproximado de 5 bilhões de dólares. A estatal chinesa Sinopec, por sua vez, já demonstrou interesse nesse negócio.

Independentemente da compra dos blocos petrolíferos da Shell, a China vem aumentando sua presença gradualmente na Nigéria. Basta observar os dados apresentados neste capítulo sobre o volume comercializado entre os dois países desde 2000 (tabela 07). O volume de exportações chinesas para a Nigéria cresceu de 563,88 mil dólares (em 2000) para aproximadamente 5,5 milhões de dólares em 2009. As importações realizadas pela China também apresentam um crescimento acentuado – de 292,93 mil dólares em 2000 para 898,23 mil dólares em 2009. Esse volume tende a aumentar ainda mais, pois, ao que tudo indica, os chineses já perceberam que o continente africano não pode ser considerado um bloco único. Assim, a estratégia de aproximação precisa ser formulada caso a caso, considerando as peculiaridades da política interna de cada país africano. Ao enfrentar a suspensão de contratos realizados por Obasanjo pelo novo governo nigeriano, os chineses estão cientes de que não podem se relacionar igualmente com a Nigéria – com

---

<sup>137</sup> The Times (20 dezembro 2009) disponível em: <[http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry\\_sectors/natural\\_resources/article6962925.ece](http://business.timesonline.co.uk/tol/business/industry_sectors/natural_resources/article6962925.ece)> acesso em 15 junho de 2010.

regime democrático e independente economicamente da relação comercial com a China – e com o Sudão, o qual tem al-Bashir como presidente desde 1989 e tem a economia altamente dependente do comércio bilateral com os chineses.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo central identificar se há um padrão na política externa chinesa para todo o continente africano, ou se varia para cada país da África. Para tanto, foram analisados dois casos, Sudão e Nigéria, no período entre a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, e os dias atuais.

Verificou-se que a política externa chinesa para África está centrada na busca por maior aproximação econômica e política com o continente e, para tanto, os chineses utilizam o chamado “pacote chinês”, composto por grandes investimentos em infraestrutura, crédito de longo prazo, cancelamento de dívidas, oferecimento de ajuda humanitária, além de apoio político em organizações internacionais como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Contudo, a realidade política e econômica interna de cada país africano é bastante diversa, fazendo com que os governantes chineses percebam que a África não pode ser considerada um bloco único e, por isso, a estratégia de aproximação precisa ser adaptada caso a caso, considerando as peculiaridades da política interna de cada país.

A reaproximação entre a China e o continente africano, na história recente, ocorreu em dois momentos distintos. Primeiramente, após a proclamação da República Popular da China (RPC), em 1949, coincidindo com a busca dos países africanos pela independência de suas metrópoles europeias e, depois, no final da década de 1980, quando a China buscou apoio no continente africano para enfrentar o isolamento diplomático imposto pelo Ocidente – devido ao chamado Massacre da Praça Tiananmen. Além do suporte político, não há dúvidas sobre o interesse econômico na reaproximação das duas regiões. O governo chinês, visando manter o crescimento da economia em ritmo acelerado, buscou parcerias na África para garantir o suprimento de petróleo e de outros recursos naturais, bem como para abrir espaço no mercado consumidor africano para seus produtos manufaturados.

Muitos governantes de países africanos, por sua vez, insatisfeitos com as imposições e as interferências nos assuntos internos de seus países e, também, frustrados com a falta de resultados positivos do Consenso de Washington e com a demora no envio de ajuda por parte do Ocidente, perceberam a reaproximação e o aumento da participação chinesa no continente como uma alternativa para seus problemas internos. Assim, líderes africanos tornaram-se importantes aliados da China, compartilhando opiniões sobre a democratização e os direitos humanos, assim como perceberam o país asiático como um novo modelo de desenvolvimento. A visão chinesa de que o direito econômico e o direito à subsistência são prioridades para os países em desenvolvimento, precedendo os direitos políticos, foi apoiada por muitas nações na África.

A combinação de interesses políticos e econômicos transformou o continente africano em um parceiro cada vez mais relevante para a China no século XXI. Além da reaproximação com a África, o governo de Hu Jintao também busca a revitalização, a expansão e o aprofundamento da relação entre as duas regiões. Visando alcançar tais objetivos, os chineses oferecem pacotes de ajuda econômica, investimentos em infraestrutura, bem como utilizam a diplomacia, incluindo visitas da cúpula do governo chinês à África e a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

A presença da China no continente africano tem crescido vertiginosamente na última década. O comércio entre as duas regiões aumentou de 10,6 bilhões de dólares em 2000 para 90 bilhões de dólares em 2009. Atualmente, os chineses são o terceiro maior parceiro comercial dos africanos, atrás somente dos EUA e da França. A complementaridade das economias é o ponto-chave para explicar o grande aumento na parceria comercial entre as duas regiões, pois, enquanto o continente africano tem recursos naturais para suprir a crescente demanda chinesa, a China oferece produtos manufaturados de baixo custo à população africana. Contudo, existe o receio de que a relação sino-africana fique centrada somente na troca dos recursos naturais africanos pelos produtos manufaturados chineses.

A importação chinesa de petróleo domina o comércio entre o país asiático e a África. Ao analisar o comércio bilateral dos chineses com as nações africanas, percebe-se que há um superávit significativo em favor dos chineses, especialmente nos casos em que o país africano não possui reservas significativas de petróleo ou exporta esse recurso para outras regiões no mercado internacional. Pode-se concluir, dessa forma, que há fundamentos para o receio com relação às características do comércio sino-africano, pois as transações comerciais entre as duas regiões, de fato, estão centradas na troca de recursos naturais por produtos manufaturados. Todavia, é importante ressaltar que, apesar das críticas de a expansão comercial chinesa estar enfraquecendo a indústria local, atualmente, com exceção da indústria de têxtil e, em menor medida, do setor calçadista, as empresas chinesas não competem diretamente com as africanas. Na África, a maior parte das empresas locais ainda não disponibiliza capital e tecnologia para competir com empresas chinesas e de outras nações. Em setores como telecomunicação, engenharia e construção civil, os maiores competidores são multinacionais estrangeiras, com as quais as chinesas frequentemente acertam longos contratos de parceria.

De acordo com o *Centre for Chinese Studies* (CCS), cabe aos africanos trabalhar em medidas de proteção de sua indústria e em acordos que vinculem a implantação de empresas multinacionais no seu território, com a transferência de tecnologia e contratação de mão de obra local. A África do Sul buscou uma solução para proteger a indústria têxtil local, por meio do estabelecimento de quotas para os tecidos provenientes da China. A implantação desse mesmo procedimento pode servir de exemplo para proteger não somente a indústria de tecidos, mas também a de outros produtos em todo o continente africano. No entanto, segundo KAPLINSKY (2006), os mercados na África são muito pequenos para permitir economia de escala e competição. Assim, a proteção do mercado africano precisa ser organizada em bases regionais.

Os países com reservas significativas de recursos naturais precisam ficar atentos ao resultado que o fluxo de produtos manufaturados chineses

causa na indústria local e, conseqüentemente, no número de empregos formais em seu território. Atualmente, a indústria dos países africanos, na sua esmagadora maioria, não tem como competir com a alta capacidade de produção das empresas chinesas dentro de relações recíprocas de comércio. Todavia, essa situação não parece ser suficiente para caracterizar a relação da China com a África como colonialista. Vale lembrar que, ao contrário das metrópoles ocidentais, a China proporciona ferramentas para que os Estados africanos – caso enderecem em conjunto medidas para resolver a situação do uso de mão de obra e proteção da indústria local, transferência de tecnologia, entre outras questões – possam encontrar seu próprio caminho para o desenvolvimento.

O governo chinês tem interesse em evitar que aumente o descontentamento de alguns setores da sociedade africana com a presença da China no continente, pois protestos contra multinacionais e trabalhadores chineses são cada vez mais frequentes, podendo prejudicar a credibilidade da China e, conseqüentemente, seus negócios nos países da região. Os planos de ação do FOCAC mostram que, pelo menos teoricamente, há intenção dos governantes chineses de promover maior interação entre o seu país e os organismos regionais, bem como parecem dispostos a dar espaço para discussão de propostas africanas para a agenda do fórum, como demonstra a iniciativa de realizar a reunião preparatória entre membros do governo chinês e dos governos africanos em 18 e 19 de outubro de 2008, ou seja, com mais de um ano de antecedência do IV FOCAC. Percebe-se, também, maior flexibilidade dos governantes chineses com relação ao tradicional princípio de não interferência, como demonstra o uso da boa relação com o governo sudanês para convencê-lo a aceitar a entrada das missões de paz da ONU na região de Darfur, em 2006.

É possível identificar que os resultados positivos da relação sino-africana passam pela forma com que os governantes africanos utilizam os recursos provenientes da relação comercial com a China. Se houver diversificação dos setores da economia, negociação de acordos bilaterais para transferência de tecnologia e treinamento de mão de obra qualificada, entre outras medidas, a

relação sino-africana caminhará rumo ao desenvolvimento mútuo, diferentemente do que houvera no período de colonização ocidental.

Ao estudar os casos da relação chinesa com o Sudão e com a Nigéria, observa-se que os governantes chineses, primeiramente, utilizaram uma política externa padrão para se relacionar politicamente e para aumentar sua participação no setor petrolífero nos dois países. Grandes investimentos em infraestrutura, crédito de longo prazo, cancelamento de dívidas e oferecimento de ajuda humanitária faziam parte da estratégia para fortalecer os laços com esses importantes fornecedores de petróleo. Contudo, a realidade da política interna e da economia desses países é diferente, fazendo com que os governantes chineses percebessem que o continente africano não pode ser pensado como um bloco único e, por isso, a estratégia de aproximação precisa planejada de acordo com a realidade de cada país.

Os sudaneses enfrentam, desde a sua independência até os dias atuais, graves conflitos civis ocasionados pela falha na consolidação de uma nação coesa entre as diferentes etnias e pela má distribuição dos recursos do governo central entre as regiões. Após conseguirem dar um fim à longa guerra civil que assolou o país por décadas, por meio da assinatura do Acordo de Paz (CPA) entre o governo central (Norte) e os insurgentes (Sul), o país agora enfrenta um novo conflito civil na região de Darfur, o qual também está relacionado com problemas políticos e econômicos. Essa grave situação interna no Sudão torna o governo de al-Bashir dependente do suporte chinês, tanto na esfera política quanto na econômica. Politicamente, os sudaneses necessitavam de apoio para enfrentar as severas críticas internacionais com relação ao conflito civil e os abusos cometidos contra os direitos humanos, e, no âmbito econômico, existe uma clara dependência da relação comercial com o país asiático, já que a economia sudanesa está fortemente embasada na exportação de petróleo, e os chineses atualmente importam mais da metade da produção desse produto. Cabe enfatizar, ainda, que o presidente al-Bashir assumiu o poder central do Sudão em 1989 e, desde então, concentra as principais decisões do país, facilitando o relacionamento com os chineses, os quais estão acostumados a realizar planejamento em longo prazo. Mesmo que

a população do Sul decida, por intermédio do referendo de 2011, pela independência total, em vez de optar por um Sudão unido, os chineses continuarão sendo ponto-chave para a nova república, rica em recursos energéticos.

A Nigéria, por sua vez, também apresenta uma economia bastante dependente do setor petrolífero; entretanto a maior parte da sua produção é exportada para os EUA e países europeus. Dessa forma, não há indícios de uma relação de dependência econômica com os chineses, pois somente uma pequena parte de sua produção é exportada aos chineses. Ademais, os nigerianos contam com um regime político democrático que, apesar de ainda estar sendo consolidado, estabelece eleições a cada quatro anos e, conseqüentemente, traz a possibilidade de troca do grupo político no comando após cada mandato presidencial. A estratégia única, elaborada com base nos investimentos em infraestrutura, foi bem recebida pelos nigerianos durante o governo de Obasanjo. Todavia, após as eleições realizadas em 2006, um novo grupo político assumiu o poder central na Nigéria, e a estratégia da troca de investimentos em infraestrutura por concessões para exploração petrolífera passou a ser questionada. O governo de Hu Jintao, por sua vez, tratou de reformular sua estratégia de aproximação com os nigerianos e parece decidido a seguir os princípios ditados pelo novo governo, como demonstram investimentos recentes do país asiático na Nigéria

Ao enfrentar a suspensão de contratos realizados por Obasanjo pelo novo governo nigeriano, os chineses estão cientes de que não podem a mesma estratégia política para se relacionar com a Nigéria e com o Sudão. O governo chinês, ao que tudo indica, está decidido a flexibilizar sua política externa para acompanhar as exigências de cada país, visando, principalmente suprir a sua demanda interna por petróleo e outros recursos naturais e, assim, dar continuidade no crescimento da sua economia.

## 6. REFERÊNCIAS

ADEDIPE, Biodun. **The impact of oil on Nigeria's economic policy formulation**. Disponível em: < <http://www.odi.org.uk/events/2004/06/16/32-background-paper-sunday-abiodun-adedipe-impact-oil-nigerias-economic-policy-formulation.pdf> > Acesso em 25 de julho de 2010.

ADEWUYL, Adeolu; BANKOLE, Abiodun; OGUNKOLA, Olawale. China-Nigeria Economic relations.

ALDEN, Chris. **China in Africa**. Nova Iorque: Zed Books, 2008.

\_\_\_\_\_, Chris. China and África. A New Development Partnership. **Strategic Analysis**, v. 32, n.2, 2008.

ALVES, André Gustavo Miranda Pirelli. Os interesses econômicos da China na África. **Boletim de Economia e Política Internacional**. n.1, p.25-32, 2010.

ANSHAN, Li. China and Africa: policy and challenges. **China security**, v. 3, n. 3, p. 69-93, 2007.

ARYA, Shailender. Sudan – Conflicts, Terror, Oil. *Journal of Defense Studies*. v.3, n.4, p.64-78. 2009.

BADMUS, Isiaka Alani. Nosso Darfur, Darfur Deles: A política desviante do Sudão e a nascente limpeza étnica em uma emergente anarquia africana. **Contexto Internacional**. v.30, n.2, p.309-360, 2008.

BANCO MUNDIAL. China Quartely Update. Março de 2010. Disponível em: < <http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/EASTASIAPACIFICEXT/CHINAEXTN/0,,contentMDK:22506322~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:318950,00.html> > acesso em 16 maio de 2010.

BARACUHY, Braz. A Crise da Liga das Nações em 1926: Realismo Neoclássico, Multilateralismo e a Natureza da Política Externa Brasileira. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, v.28, n. 2, p. 355-397, 2002.

BARNETT, Michael; DUVALL, Raymond. Power in International Politics. **International Organization**, n. 59, p.39-75, 2005.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. The Dutch Disease and its neutralization: a Ricardian approach. **Revista de Economia Política**, n.48, p.47-71, 2008.

CLAPLAM, Christopher. **Africa and the International System: The politics of the state survival**. Nova Iorque: Cambridge University press, 2007.

CARMODY, Pádraig R.; OWUSU, Francis Y. Competing Hegemons? Chinese versus American geo-economic strategies in Africa. **Political Geography**. v. 26, p-504-524, 2007.

CCS - Centre for Chinese Studies – <http://www.ccs.org.za/wp-content/uploads/2010/03/PORTUGUESE-Evaluating-Chinas-FOCAC-commitments-to-Africa-2010.pdf>

COOKE, Jennifer G. China's Soft Power in Africa. In: MCGIFFERT, Carola (ORG). **Chinese Soft Power and Its Implications for United States: Competition and Cooperation in the Developing World**. Washington: CSIS, 2009, p.27-44.

Discurso do presidente chinês Hu Jintao na cerimônia de abertura do III FOCAC. Disponível em: <http://www.focac.org/eng/ltada/dscbzjhy/SP32009/t606840.htm> > Acesso em 10 de março de 2010.

Energy Information Administration (EIA). Disponível em: < <http://www.eia.doe.gov/countries/>> Acesso em: 10 mar. 2010.

EBEL, Robert E. **Energy and Geopolitics in China: Mixing Oil and Politics**. Washington: CSIS, 2009.

EDWARDS, Chris; JENKINS, Rhys. The economic impacts of China and India on sub-saharan Africa: Trends and prospects. **Journal of Asian Economics**. v. 17, p.207-225. 2006.

FMI Country Report, n.09/218, Julho 2009. Disponível em: < <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2009/cr09218.pdf>> Acesso em 10 de junho de 2010.

FOSTER, VIVIAN et al., Building Bridges: China's Growing Role as Infrastructure Financier for Africa. Washington, DC: World Bank, 2009.

GILL, Bates; HUANG, Chin-Hao; MORRISON, J. Stephen. Assessing China's Growing influence in Africa. **China Security**, v.3, n.3, 2007, p.3-21.

GILL, Stephen. **Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007

GLASER, Bonnie S.; MURPHY, Melissa E. Soft Power with Chinese Characteristics:scas The Ongoing Debate. In: MCGIFFERT, Carola (ORG). **Chinese Soft Power and Its Implications for United States: Competition and Cooperation in the Developing World**. Washington: CSIS, 2009, p.10-26.

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das Relações Internacionais**. São Paulo: Contexto. 2004.

GU, Jing; HUMPHREY, John. The Impact of Africa on China. Institute of Development Studies. [http://www.aercafrica.org/documents/asian\\_drivers\\_working\\_papers/JHumphreyJingGuTheImpactof.pdf](http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/JHumphreyJingGuTheImpactof.pdf), acesso em: 10 de maio de 2010.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: UFRGS, 2.ed, 2007.

HUNTINGTON, Samuel P. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996

JIANHAI, Bi.; ZWEIG, David. China's global hunt for energy. **Foreign Affairs**, v. 84, n. 5, p.25-38, 2005.

JIANG, Wenran. China's Emerging Partnership in Africa. In: ROTBERG, Robert I. (Org). **China Into Africa: Trade, Aid and Influence**. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

JOHNSON, Douglas. **The root causes of Sudan's civil war**. Bloomington: Indiana University Press, 2004.

JOOMA, Mariam Bibi. Darfur and the Battle for Khartoum. **Situation Report**. Institute for Security Studies (ISS). Pretoria, 2006.

KAPLINSKY, Raphael. Winners and Losers: China's trade threats and opportunities for Africa. In: WILD, Leni; MEPHAM, David (org). **The new sinosphere: China in Africa**. Londres: IPPR, 2006. p.12-22.

KLEINE-AHLBRANDT, Stephanie.; SMALL, Andrew. China's new dictatorship diplomacy: is Beijing parting with pariahs? **Foreign affairs**, v. 87, n. 1, p. 38-56, 2008.

KOHLI, Col JS. The dragon on Safari: China's Africa Policy. **IPCS Special Report**, n.86, 2009.

KONINGS, Piet. China and Africa: Building a Strategic Partnership. **Journal of Developing Societies**. v.23. n.3, 2007. p.341-367.

KRASNER, Stephen D. A Statist Interpretation of American Oil Policy toward the Middle East. **Political Science Quartely**. v. 94, n.1, p.77-96, 1979.

LARGE, Daniel. China & the Contradictions of Non-interference in Sudan. **Review of African Political Economy**, v.35, n.115, p.93-106, 2008.

\_\_\_\_\_, Daniel. Sudan foreign relations with Asia: China and the politics of looking east. **Institute for Security Studies**, paper 158, p.1-20, 2008.

LIN, Teh-Chang. **Beijing's foreign aid policy in the 1990s: continuity and changes**. In: <http://iir.nccu.edu.tw/attachments/journal/add/4/v32-1-3.pdf>, acesso em: 10 de março, 2010.

MANJI, Firoze; MARKS, Stephen (org). **African perspectives on China in Africa**. Nairobi e Oxford:Fahamu, 2007.

MARQUES, Adhemar Martins; BERUTTI, Flavio Costa; FARIA, Ricardo Moura de. **História do Tempo Presente**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2007

MELTZ, Helen Chapin. **Nigeria: A country study**. Washington: Library of Congress, 1991.

MINGJIANG, Li. China Debates Soft Power. **Chinese Journal of International Politics**. v.2, p.287-308, 2008.

MORGENTHAU, Hans J. **Política Entre as Nações: a Luta Pelo Poder e Pela Paz**. Brasília: UNB, 2003.

MTHEMBU-SALTER, Gregory. Elephants, Ants and Superpowers: Nigeria's Relations with China. **SAIA Occasional Paper**, n.42, 2009.

NAIDU, Sanusha. The Forum on China-Africa Cooperation (FOCAC): What does the future hold? **China Report**, v 43, n.3, p.283-296, 2007.

\_\_\_\_\_, Sanusha; CORKIN, Lucy; HERMAN, Hayley. China's (Re)-Emerging relations with Africa: Forging a New Consensus? **Politikon**,v.36, n.1, p.87-115, 2009.

NYE, Joseph S. The Changing Nature of World Power. **Political Science Quartely**. v. 105, n.2, p.177-192, 1990.

\_\_\_\_\_, Joseph S. Soft Power. **Foreign Policy**, n.80, p.153-171, 1990.

\_\_\_\_\_, Joseph S. **O Paradoxo do Poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. Tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: UNESP, 2002.

\_\_\_\_\_, Joseph S. Soft Power and American Foreign Policy. **Political Science Quartely**. v. 119, n.2, p.255-270, 2004.

\_\_\_\_\_, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. New York: Public Affairs, 2004.

\_\_\_\_\_, Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais: Uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial**. São Paulo: Gente, 2009.

OLIVEIRA, Amaury Porto de Oliveira. **A China constrói uma parceria estratégica com a África**. Trabalho apresentado na Conferência sobre China, promovido pela Fundação Alexandre Gusmão, no período de 17 e 18/04/2008.

PATEY, Luke A. Crude days ahead? Oil and the Resource curse in Sudan. **African Affairs**, p.1-20, 2010.

PEREIRA, Wesley Robert. Nigéria e a questão petrolífera. **Conjuntura Internacional**: Puc Minas, 2006.

RAMO, Joshua Cooper. **The Beijing Consensus: notes on the new physics of Chinese power**. London: Foreign Policy Centre, 2004.

RAMONET, Ignácio. **Guerras do Século XXI: Novos Temores e Novas Ameaças**. Petrópolis: Vozes, 2003.

READER, John. **Africa: A biography of the continent**. Londres: Penguin Books, 1998.

ROMANA, Heitor Barras. **República Popular da China a sede do poder estratégico: Mecanismos do processo de decisão**. Coimbra: Almedina, 2005.

ROTBURG, Robert I. (org). **China into Africa: Trade, Aid and Influence**. Washington: Brookings Institution Press, 2008.

Rowthorn, R; Ramaswany, R. Growth, Trade and Deindustrialization. **IMF Staff Papers**, v.46, n.1. 1999.

SALIH, M.A. Mohamed. Understanding the Conflict in Darfur. **Occasional Paper**, Centre of African Studies, University of Copenhagen, 2005. Disponível em:

[http://www.teol.ku.dk/cas/research/publications/occ.\\_papers/muhamed\\_salih\\_salmeh.pdf](http://www.teol.ku.dk/cas/research/publications/occ._papers/muhamed_salih_salmeh.pdf)/ Acesso em: 20 jul. 2010.

SAMY, Yiagadeesen. China's Aid Policies in Africa: Opportunities and Challenges, **The Round Table**, v. 99, n. 406, p.75-90, 2010.

SAUTMAN, Barry; HAIRONG, Yan. Frinds and Interestes: China's distinctive links with Africa. **African Studies Review**, v.50, n.3, 2007. p.75-114.

SCHAFER, Leslie Anne. **Negotiating the North/South Conflict: Sudan's Comprehensive Peace Agreement**. Institute for Security Studies. ISS Paper 148. Pretoria, 2007.

Disponível em: <http://www.issafrica.org/uploads/PAPER148.PDF> Acesso: 10 mar. 2010.

SCHNEIDER, Luiza. **As causas políticas do conflito do Sudão: Determinantes estruturais e estratégicos**. (Monografia Relações Internacionais). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

SÉBILLE-LOPEZ, Philippe. **Geopolítica do Petróleo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2006.

SNOW, Philip. China and África: consensus and camouflage. In: ROBINSON, Thomas; SHAMBAUGH, David. **Chinese Foreign Policy: Theory and Practice**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1995.

TAYLOR, Ian. China's foreign policy towards Africa in the 1990s. **Journal of Modern African Studies**, v.36, n.3, 1998.

\_\_\_\_\_. Ian. China's oil diplomacy in Africa. **International Affairs**, v.82, n.5, 2006. p.937-959.

THOMPSON, Drew. China's Soft Power in Africa: from the "Beijing consensus" to health diplomacy. **China Brief**, v.5, n. 21, 2005.

TRALAC – Trade Law centre for Southern Africa – Disponível em: <[http://www.tralac.org/cgi-bin/giga.cgi?cat=1044&limit=10&page=0&sort=D&cause\\_id=1694&cmd=cause\\_dir\\_news#china](http://www.tralac.org/cgi-bin/giga.cgi?cat=1044&limit=10&page=0&sort=D&cause_id=1694&cmd=cause_dir_news#china)> Acesso em: 10 jul. 2010.

TULL, Denis M. China's engagement in Africa: scope, significance and consequences. **Journal of modern African studies**, v. 44, n. 3, p. 459-479, 2006.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **As relações internacionais da Ásia e da África**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2007.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luis Dario; PEREIRA, Analucia Danilevicz. **Breve História da África**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

WENPING, He. The Balancing Act of China's Africa Policy. **China Security**, v.3, n.3, 2007.

WILD, Leni; MEPHAM, David (org). **The new sinosphere: China in Africa**. Londres: IPPR, 2006.

YOSHIHARA, Toshi; HOLMES, James R. China's Energy-Driven: Soft Power. **Orbis**. v. 52, p.123-137, 2008.

ZAFAR, Ali. Learning from the Chinese Miracle: Development Lessons for Sub-Saharan Africa. **Policy Research Working Paper**. n.WS5216, 2010.

ZEN, Cássio Eduardo. O Relatório da Comissão Internacional de Inquérito Sobre a Situação em Darfur - Sudão. **Revista Brasileira de Direito Internacional - RBDI**, América do Norte, v.1 mar. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/dint/article/view/4646/3811>. Acesso em: 11 jul. 2010.

## Anexo I: Mapa político do Sudão



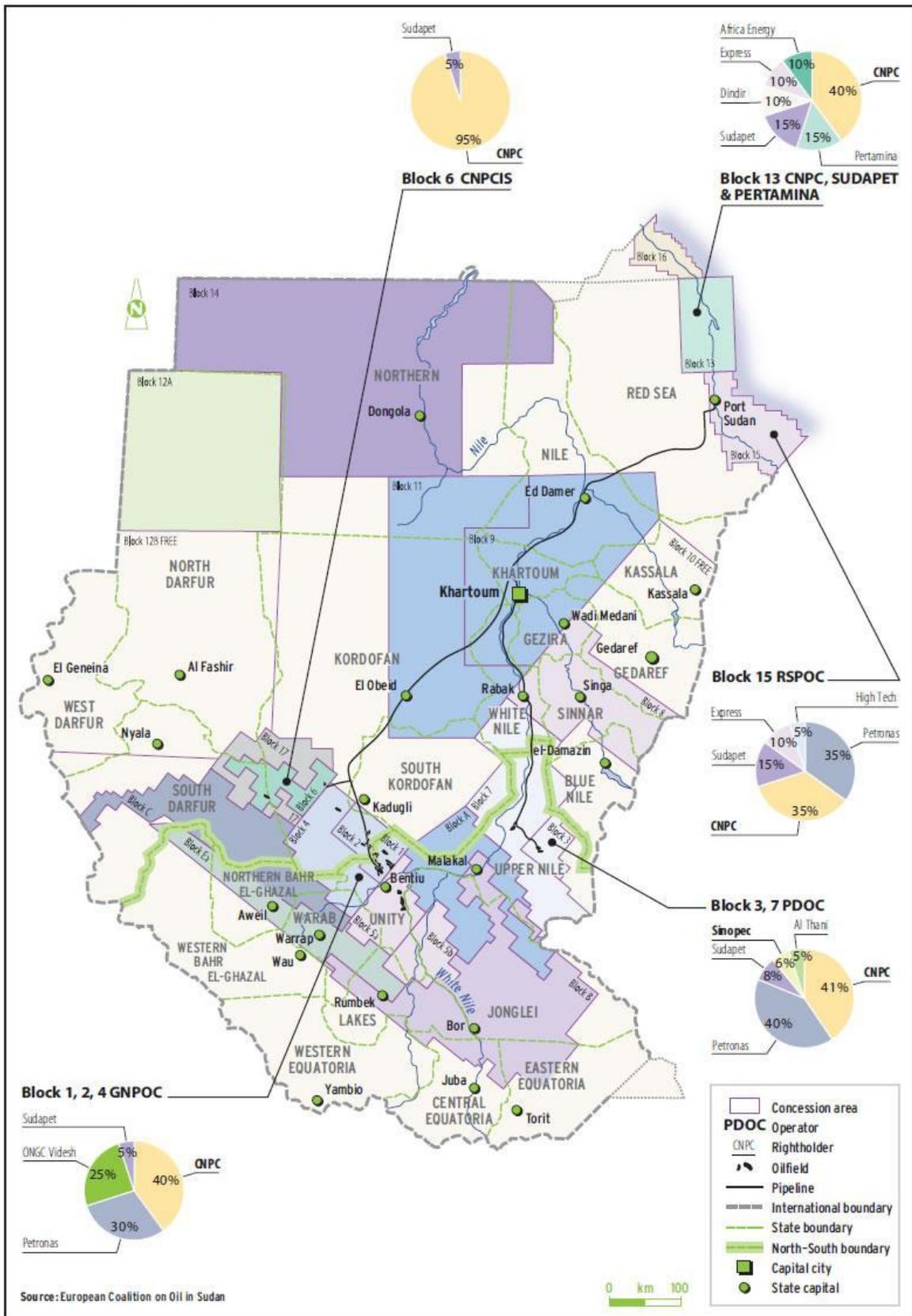
Fonte: Nações Unidas

**Anexo II: Empresas chinesas nos consórcios do setor petrolífero do Sudão**

BLOCO	CONSÓRCIO	EMPRESA		
		NOME	%	ORIGEM
1,2,4	GNPOC	<b>CNPC</b>	40	China
		Petronas	30	Malásia
		ONGC Videsh	25	Índia
		Sudapet	5	Sudão
3,7	Petrodar	<b>CNPC</b>	41	China
		Petronas	40	Malásia
		Sudapet	8	Sudão
		<b>Sinopec</b>	6	China
		Al Thani	5	Emirados Árabes Unidos
6	CNPCIS	<b>CNPC</b>	95	China
		Sudapet	5	Sudão
13	CNPC, Pertamina & Sudapet	<b>CNPC</b>	40	China
		Pertamina	15	Indonésia
		Sudapet	15	Sudão
		Dindir Petroleum	10	Sudão
		Express Petroleum & Gas	10	Nigéria
		Africa Energy	10	Nigéria
15	RSPOC	Petronas	35	Malásia
		<b>CNPC</b>	35	China
		Sudapet	15	Sudão
		Express Petroleum & Gas	10	Nigéria
		Hi Tech Petroleum Group	5	Sudão

Fonte: European Coalition on Oil in Sudan (ECOS)

### Anexo III: Presença chinesa nos blocos petrolíferos do Sudão



Fonte: European Coalition on Oil in Sudan (ECOS)

Anexo IV: Mapa Político da Nigéria



Fonte: Nações Unidas

## Anexo V: Principais Blocos Petrolíferos da Nigéria



Fonte: MARIN, Cecile (1999) "Bataille pour le pétrole au Nigéria". Le Monde Diplomatique, Fevereiro de 1999. Disponível em: <http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/afriquenigeriamdv51>, acesso em 10 de junho de 2010.